

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

JUCÉLIA AMORIM PEREIRA

DESAPARECIMENTOS DE PESSOAS: uma discussão sobre buscas e divulgações realizadas por meio do Quadro 'Desaparecidos', gravado nas cidades de Salvador e Feira de Santana-BA

CACHOEIRA-BA
Maio – 2017

JUCÉLIA AMORIM PEREIRA

DESAPARECIMENTOS DE PESSOAS: uma discussão sobre buscas e divulgações realizadas por meio do Quadro 'Desaparecidos', gravado nas cidades de Salvador e Feira de Santana-BA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^o Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira.

CACHOEIRA-BA

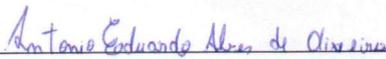
Maio – 2017

Jucélia Amorim Pereira

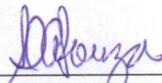
DESAPARECIMENTOS DE PESSOAS:
uma discussão sobre buscas e divulgações realizadas por meio do Quadro
'Desaparecidos', gravado nas cidades de Salvador e Feira de Santana-BA

Cachoeira – BA, aprovada em 15 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Eduardo Alves de Oliveira
(Orientador – UFRB)



Prof. Ms. Silvia Cristina Arantes de Souza

(Membro interno UFRB)



Prof. Drª. Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Membro interno - UFRB)

*À minha família: Maria Brígida, Francisco,
Jucilene, Antonio e Fernanda.
E à todas as pessoas desaparecidas
e seus familiares.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é o Senhor da minha vida. Sem a sua força e direcionamento eu não teria chegado até aqui. Obrigada, meu Deus!!!

Agradeço a minha querida mãe, Maria Brígida, e ao meu pai, Francisco, ambos pelo incentivo, dedicação e renúncias feitas em prol dos meus estudos e dos meus irmãos. Da mesma maneira, agradeço ao meu irmão e amigo, Antonio, por todo o incentivo e apoio na minha graduação. À minha irmã (quase gêmea), Jucilene, por estar comigo em praticamente todos os momentos da minha vida, sejam estes bons ou espinhosos. Obrigada por ser minha companheira, minha amiga, o meu anjo da guarda... Enfim, por sempre dizer: “*Vai dar tudo certo!*”. E à minha irmãzinha, Fernanda, por ser esta pessoa que chegou por último na família, mas que, com o seu ótimo senso de humor, trouxe mais alegria para a nossa casa. Obrigada por tudo, família! Sei que sempre vou poder contar com vocês, meus amores!!

Agradeço aos meus familiares, tias e tios, primas e primos. Em especial à Tia Edna, Tia Zete e Tia Didi, pela demonstração de preocupação, atenção e carinho de sempre. Agradeço à Rosângela, por ser um exemplo de luta e dedicação e por sempre me incentivar a buscar autonomia por meio dos estudos. À Luanda, por me apoiar quando entrei na universidade e no decorrer da minha vida acadêmica. À Rosa, pela atenção e pelo diálogo construtivo sobre o tema desta pesquisa. Ao Ricardo e ao Nailton pela demonstração de afeto e torcida. À Eliene, Silvana, Mariane, Rose e Rita por serem tão atenciosas e presentes. Ao Tio Augusto e seu Erivelton (*In memoriam*), pessoas especiais que sempre torceram por mim, mas que partiram para outro plano no período em que eu realizava este trabalho.

Agradeço às minhas colegas de república estudantil, Márcia, Juliane e Camila. À todas o meu “Muito obrigada!” pelos momentos que compartilhamos. À Márcia e Juliane, com quem convivi por mais tempo, agradeço pela amizade que construímos e desejo que possamos mantê-la para a vida inteira. Obrigada pelo incentivo na minha pesquisa. Jamais as esquecerei!

Agradeço às minhas amigas Carla, Flávia, Rosileia, Thaís e Joseane por compreenderem o meu distanciamento físico neste período de elaboração do TCC. Do mesmo modo, agradeço ao Matheus, por também compreender os motivos da minha distância, por me ouvir e por me incentivar a ir em frente, dizendo: “*Perseverança, tá!?*”. Saibam que em pensamento vocês sempre estiveram (e estarão) presentes.

Meu agradecimento especial ao meu orientador, professor Antonio Eduardo, por sua paciência, atenção, compreensão e por acreditar nesta pesquisa. O seu direcionamento e as suas orientações foram fundamentais para a realização deste trabalho. Muito obrigada, querido professor!

Às professoras Heleni Ávila e Sílvia Arantes por participarem da minha banca e também por enfatizarem, ao longo da graduação, a defesa dos direitos humanos e a necessidade de “ir além do que está posto no imediato”. Neste sentido, também agradeço às/aos demais professoras e professores do curso de Serviço Social da UFRB, com quem tanto aprendi, por promoverem uma constante reflexão crítica da realidade. Na realização deste trabalho refleti muito sobre os seus ensinamentos. Por isso, muito obrigada a todas/os! Vocês serão sempre lembradas/os com carinho e respeito.

Aos meus colegas do curso, o meu agradecimento especial aos mais próximos: Às queridas Adaíldes e Rosângela Moraes, com as quais realizei a maioria dos trabalhos em equipe e aprendemos muito juntas. À Rita e Neuza, pelo carinho e por serem exemplos de dedicação, conversar com vocês significa adquirir aprendizado, lições para a vida. Aos colegas Cláudio, Andréa, Marluce, Yara, Ysnarkai, Jacyara, Ágata, Jamile, Luise, Tuty, Tamires, Rosângela Oliveira, Rafaela, Rafael, Meires, Jacqueline, Carine, dentre outros. Foi maravilhoso dividir a experiência desta graduação com vocês!

Agradeço à PROPAAE da UFRB e ao seu Programa de Permanência Qualificada e também aos grupos de estudos e pesquisas, “Serviço Social na Educação” e “Programa Bolsa Família no Recôncavo da Bahia”, por possibilitarem o direito à permanência e a ampliação dos espaços de aprendizagem.

Agradeço imensamente às famílias de pessoas desaparecidas, com as quais convivi nos dias de observação participante. Com vocês aprendi que a esperança é fundamental para seguir em frente. Assim, quando eu pensar em desistir de algo, vou lembrar que vocês não desistiram dos seus objetivos e seguem lutando, mesmo em meio a tantos desafios.

Agradeço aos profissionais do Quadro Desaparecidos da TV Subaé, Poliana e Marcílio, e da TV Bahia, Andréa e Mayra. À Josenilda, fundadora da ONG Movimento Simone Pinho. Aos profissionais da Delegacia de Proteção à Pessoa. Aos profissionais da Sede da Polícia Civil da Bahia e do Gabinete do Delegado Geral. Muito obrigada por tornarem possível a realização deste trabalho!

Agradeço à receptiva população de Cachoeira, cidade histórica, linda, rica em cultural, onde vivi durante o meu percurso universitário.

Desaparecimento de Luísa

*Pede-se a quem souber
do paradeiro de Luísa Porto
avise sua residência
À Rua Santos Óleos, 48.
(...)*

*Pede-se a quem avistar
Luísa Porto, de 37 anos,
que apareça, que escreva,
que mande dizer
onde está.*

*Suplica-se ao repórter-amador,
ao caixeiro, ao mata-mosquitos,
ao transeunte,
a qualquer do povo e da classe média,
até mesmo aos senhores ricos,
que tenham pena de mãe aflita
e lhe restituam a filha volatilizada
ou pelo menos dêem informações.
É alta, magra,
morena, rosto penugento, dentes alvos,
sinal de nascença junto ao olho esquerdo,
levemente estrábica.
Vestidinho simples. Óculos.
Sumida há três meses.
Mãe entrevada chamando.
(...)*

(Carlos Drummond de Andrade).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral discutir a busca e divulgação de pessoas desaparecidas por meio do Quadro Desaparecidos, gravado nas cidades de Salvador e Feira de Santana, e visa contribuir para o crescimento das discussões sobre o tema do desaparecimento de pessoas no meio acadêmico dentro da perspectiva dos direitos sociais, reforçando assim a reflexão sobre o dever do Estado na garantia dos direitos da pessoa desaparecida e de seus familiares. Para realizá-lo utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura (por meio de teses, dissertações, artigos científicos, pesquisas em sites, dentre outros); análise documental, em especial dos Projetos de Leis N° 19.812/2012 (que institui a Política Estadual de Busca a Pessoas Desaparecidas na Bahia) e N° 18.811/2010 (que institui o Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas do Estado da Bahia); entrevistas semiestruturadas com profissionais da mídia, da segurança pública e da ONG Movimento Simone Pinho; observação participante com familiares que participam do Quadro Desaparecidos em Feira de Santana e estudo de vídeos. Por meio da literatura e da ida a campo observa-se que sem um amparo devido do Estado ainda resta às famílias a tarefa de executar buscas por conta própria e realizar a divulgação por meio da mídia. Na Bahia, o Quadro Desaparecidos é um exemplo de instrumento utilizado para este fim, tendo contribuído, em 16 anos, para diversas localizações e reencontros. No entanto e como o desaparecimento de pessoas é um problema social que apresenta um emaranhado de fatores, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade da realização de trabalhos em rede, envolvendo as políticas de segurança, assistência e saúde além da sociedade e da mídia, com vistas a dar respostas mais efetivas para as famílias que convivem com esta experiência.

Palavras-chave: Buscas e Divulgações. Desaparecimentos de Pessoas. Direitos Sociais. Problema Social. Quadro Desaparecidos.

ABSTRACT

This work aims to discuss the search and divulgation of missing persons through the Disappeared Frame, recorded in the cities of Salvador and Feira de Santana, and seen for the growth of discussions about the disappearance of people in the Within the perspective of social rights, thus reinforcing a reflection on the duty of the State to guarantee the rights of the disappeared person and his/her relatives. To do this we use the following methodological procedures: literature review (through theses, dissertations, scientific articles, site surveys, among others); Documentary analysis, in particular of Law Projects N° 19.812/2012 (establishing a State Policy for Search of Missing Persons in Bahia) and N° 18.811/2010 (establishing the State Register of Missing Persons of the State of Bahia); Semi-structured interviews with the media, public security and the NGO Movimento Simone Pinho; Participatory observation with the families that participate in the Disappeared Frame in Feira de Santana and study of videos. Through the literature and the area of a field it is observed that without an amparo behind the State there are still families a task of running searches on their own and carrying out a divulgation through the media. In Bahia, the Disappeared Frame is an example of an instrument used for this purpose, having contributed, in 16 years, to several locations and reunions. However, the problem of the disappearance of people is a social problem that presents a health problem, the results of the research into the need to carry out networking, involving as security, health and welfare policies beyond society and the media, With a view to giving more effective answers to the families that live with this experience.

Keywords: Search and Divulgation. Disappearances of People. Social Rights. Social Problem. Disappeared Frame.

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1: Ongs são investigadas por irregularidades em Salvador.....	67
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade mensal de desaparecimentos registrados em 2012	89
Gráfico 2: Quantidade mensal de desaparecimentos registrados em 2013.....	90
Gráfico 3: Quantidade mensal de desaparecimentos registrados em 2014	91
Gráfico 4: Quantidade mensal de desaparecimentos registrados em 2015	91
Gráfico 5: Quantidade mensal de desaparecimentos registrados em 2016	91
Gráfico 6: Quantidade mensal de desaparecimentos registrados em 2017	92
Gráfico 7: Quantidade de desaparecimentos registrados – entre março de 2012 a fevereiro de 2017.....	92
Gráfico 8: Quantidade de pessoas localizadas - entre março de 2012 a fevereiro de 2017.....	93
Gráfico 9: Quantidade de pessoas localizadas vivas - entre março de 2012 a fevereiro de 2017.....	94
Gráfico 10: Quantidade de pessoas localizadas mortas – entre março de 2012 a fevereiro de 2017.....	95
Gráfico 11: Predominância com relação ao sexo.....	96
Gráfico 12: Predominância com relação à cútis (pele)	97
Gráfico 13: Predominância com relação à idade	97
Gráfico 14: Motivos identificados em 2012.....	98
Gráfico 15: Motivos identificados de 2013 a fevereiro de 2017.....	99

LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de ONGs

BO - Boletim de Ocorrência

CBDDCA - Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

CEDEP - Centro de Documentação e Estatísticas da Polícia

CMP - Central dos Movimentos Populares

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DEM - Partido Democrata

DPP - Delegacia de Proteção à Pessoa

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

GDG - Gabinete do Delegado Geral

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IML - Instituto Médico Legal

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PT - Partido dos Trabalhadores

REDESAP - Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes
Desaparecidos

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SEDH - Secretaria de Estado e Direitos Humanos

SIPP - Sistema Integrado de Proteção à Pessoa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. CAPÍTULO I: DESAPARECIMENTOS DE PESSOAS: CONCEITOS, DETERMINAÇÕES E DISCUSSÕES.....	17
1.1 Conceitos de desaparecimentos.....	21
1.2 Desaparecimentos de pessoas e determinações.....	26
1.3 Campanhas e debates, ocorridos a partir da década de 1990, sobre o desaparecimento de pessoas.....	35
2. CAPÍTULO II: MOVIMENTOS SOCIAIS E A MILITÂNCIA POLÍTICA DAS MÃES DE PESSOAS DESAPARECIDAS.....	41
2.1 A experiência argentina: Madres de Plaza de Mayo.....	48
2.2 As experiências brasileiras.....	52
2.2.1 <i>Mães de Acari.....</i>	52
2.2.2 <i>Mães da Sé.....</i>	58
2.2.3 <i>Mães em Luta.....</i>	60
2.2.4 <i>Movimento Simone Pinho.....</i>	62
3. CAPÍTULO III: O QUADRO ‘DESAPARECIDOS’ COMO LÓCUS DA PESQUISA...70	
3.1 Breve apresentação do objeto de pesquisa e sua localização geográfica.....	71
3.2 Procedimentos Metodológicos.....	77
3.2.1 Revisão bibliográfica: descobertas e desafios.....	79
3.2.2 Análise Documental.....	80
3.2.3 Entrevistas.....	81
3.2.3.1 <i>Entrevista ONG Movimento Simone Pinho.....</i>	82
3.2.3.2 <i>Entrevistas Quadro Desaparecidos.....</i>	83
3.2.3.3 <i>Entrevista Delegacia de Proteção à Pessoa (DPP).....</i>	84
3.2.4 Observação participante: uma aproximação necessária.....	85
3.2.5 Estudo de vídeos.....	88
3.3 Resultados da pesquisa.....	89
3.3.1 <i>Quantidade de Pessoas desaparecidas</i>	89
3.3.2 <i>Quantidade de pessoas localizadas.....</i>	93
3.3.3 <i>Perfil das pessoas desaparecidas.....</i>	95

<i>3.3.4 Motivos/Determinações.....</i>	<i>98</i>
<i>3.3.5 Depoimentos sobre os desaparecimentos e as buscas.....</i>	<i>101</i>
<i>3.3.6 Quem são as pessoas que mais buscam por desaparecidos no Quadro?.....</i>	<i>107</i>
<i>3.3.7 Registro de ocorrência e a cultura da espera para realizá-lo: houve mudanças?.....</i>	<i>108</i>
<i>3.3.8 Atuação do poder público baiano frente ao desaparecimento de pessoas</i>	<i>110</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE.....	125

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo discutir a busca e divulgação de pessoas desaparecidas por meio do Quadro Desaparecidos, gravado nas cidades de Salvador e Feira de Santana, tendo em vista que o mesmo é considerado por familiares como o principal mecanismo de busca e divulgação de desaparecidos na Bahia.

Abordar o desaparecimento de pessoas é tratar de um problema social que tem acometido inúmeras famílias no país, mas que, mesmo estando presente nos vários instrumentos da mídia nacional, ainda não alcançou significativo espaço nos debates acadêmicos e nas agendas políticas. Pesquisá-lo significa esbarrar em desafios, dentre estes estão a escassez bibliográfica e a falta de sistematização e disponibilização de dados estatísticos. Frente à estas questões, a relevância da realização deste trabalho dá-se no sentido de contribuir para o crescimento das discussões sobre o tema no meio acadêmico dentro da perspectiva dos direitos sociais, reforçando assim a reflexão sobre o dever do Estado na garantia dos direitos da pessoa desaparecida e de seus familiares.

A minha inquietação com relação ao desaparecimento de pessoas surgiu justamente do fato de que este é um problema social constantemente abordado na mídia, sendo comum ver alguma reportagem sobre o tema, semanalmente os familiares comparecem em programas jornalísticos regionais à procura dos seus entes, além de divulgar em programas de rádios, fazer anúncios em sites, dentre outros, sempre tentando receber notícias, encontrar ao menos uma pista, e/ou tornar visível um problema que faz parte da experiência de vida de milhares de famílias pelo Brasil. Entretanto, ele ainda é um problema invisibilizado e silenciado no sentido político e teórico. Assim, o que me motivou a realizar esta pesquisa foi o fato de que mesmo diante das ações citadas pouco se sabe sobre como o Poder Público tem respondido ao clamor destas famílias, se tem as amparado neste processo de busca e divulgação.

Para a realização deste trabalho utilizamos revisão bibliográfica por meio de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos, dentre outros, além de análise documental de legislações e bancos de dados de órgãos governamentais. Para me aproximar ainda mais do fenômeno do desaparecimento de pessoas e investigá-lo foi necessário escolher um objeto de pesquisa e este é o Quadro Desaparecidos, gravado nas cidades de Salvador e Feira de Santana (onde resido). Desta forma, o conhecimento que tinha sobre o Quadro era aquele advindo das vezes em que tive oportunidade de assisti-lo e dos momentos em que presenciei as famílias no centro da cidade durante as gravações do mesmo. Assim, a pesquisa

tem caráter qualitativo, tendo como instrumentos de coleta de dados: entrevistas (4), estudo de vídeos (14 vídeos), e observação participante (com 10 pessoas, em Feira de Santana).

Visando manter a ética da pesquisa e preservar o anonimato, os nomes dos participantes do Quadro foram resguardados e substituídos. Para tanto, os nomes utilizados serão de militantes políticos mortos ou desaparecidos no período da ditadura militar brasileira. A escolha dos mesmos tem como objetivos manter viva a memória deste período crítico da nossa história e homenagear pessoas que foram contra a ordem vigente em prol de direitos. Os participantes (observados *in loco* e nos vídeos) serão: Margarida Maria, Carlos Marighela, Ana Maria, Wilson Silva, Maria Lúcia, Fernando Santa Cruz, Maria Regina, Dinaelza Soares, Jorge Leal, Aurora Maria, Jaime da Silva, Maria Augusta, Aurea Eliza, Carlos Eduardo.

Este trabalho está dividido em três capítulos: No primeiro, intitulado *Desaparecimentos de pessoas: conceitos, determinações e discussões*, são abordados os conceitos de desaparecimento, os principais determinantes que têm contribuído historicamente para a ocorrência deste fenômeno, e algumas campanhas e espaços de debates criados para divulgá-lo e discuti-lo como um problema social, a partir da década de 1990.

O segundo capítulo, cujo título é *Movimentos sociais e a militância política das mães de pessoas desaparecidas*, trata da luta de mães de desaparecidos que, ao inserirem-se em movimentos sociais e ONGs, passam a militar a favor dos direitos das pessoas desaparecidas e de seus familiares. Aqui abordamos inicialmente o Movimento Madres de Plaza de Mayo por ser precursor no que tange as ações em torno da busca e da divulgação de desaparecidos no período da ditadura militar argentina. Posteriormente, apresentaremos quatro movimentos sociais brasileiros, que surgiram a partir dos anos de 1990 lutando por respostas do Estado frente ao desaparecimento de pessoas, tais como Mães de Acari, Mães da Sé, Mães em Luta e Movimento Simone Pinho. Dentre estes movimentos, daremos maior ênfase ao último por ter atuado na Bahia, contribuindo com a busca e localização de centenas de pessoas no estado.

No terceiro capítulo, intitulado *O Quadro Desaparecidos como lócus da pesquisa*, apresentamos o nosso objeto de pesquisa e a sua localização geográfica, os procedimentos metodológicos seguidos para a realização da pesquisa e os resultados da pesquisa, com discussão sobre os temas tratados nas entrevistas e na observação participante.

Nas considerações finais retomamos brevemente aos principais pontos abordados nos resultados da pesquisa, reforçando as reflexões desenvolvidas em torno do nosso objeto. Portanto, é importante destacar que o presente trabalho não pretende ser conclusivo, antes ele abre espaço para futuras inquietações e discussões acerca do tema.

1. CAPÍTULO I: DESAPARECIMENTOS DE PESSOAS: CONCEITOS, DETERMINAÇÕES E DISCUSSÕES

Diariamente inúmeras pessoas desaparecem sem deixar pistas no Brasil, algumas somem por poucas horas, outras permanecem desaparecidas por longos anos, causando nas famílias uma constante angústia advinda da incerteza de reencontro. Aqui cabem algumas indagações: quantas pessoas desaparecem anualmente no país? O que tem contribuído para o sumiço delas? O que é o desaparecimento de pessoas? Quais determinações têm produzido historicamente este fenômeno? Tem sido criados espaços de discussão sobre o tema?

Estas são algumas das questões que debateremos neste capítulo por considerarmos fundamental refletir sobre o desaparecimento de pessoas como um grave e complexo problema social, que, por fazer parte da experiência de vida de várias famílias, necessita alcançar uma maior atenção do poder público e da sociedade de um modo geral.

De acordo com o site “Meu filho sumiu”¹, por ano, no Brasil, somem sem deixar pistas 250 mil pessoas e destas, segundo o Ministério da Justiça, cerca de 40 mil são menores de idade. Os números são impactantes. Porém, não há dados atuais que indiquem de fato a quantidade de desaparecidos no país. O que pode significar que o “desinteresse do Estado é tão evidente que, até hoje, não há dado oficial mais atualizado do que o de 1999, levantado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Justiça” (CARVALHO, 2013, p.71). Então, é inegável que estamos diante de um sério problema público, todavia, ainda carente de efetivas intervenções estatais.

No ano de 2013, uma pesquisa realizada pelo Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (CNPD) - organizado pela ONG Grupo Institucional Brasileiro (GIB) - apurou que o Rio de Janeiro é a capital com o maior número de pessoas desaparecidas do país, ocorrendo mais de 500 casos por mês, enquanto Belo Horizonte é a segunda com 70 e Salvador ocupa a terceira posição, com uma média de 54 casos de desaparecimentos por mês.

Neste mesmo ano, entre janeiro e outubro, a Delegacia de Proteção à Pessoa (delegacia especializada em desaparecimentos de pessoas) registrou 534 desaparecimentos em Salvador, sendo que 490 pessoas foram localizadas. Dentre estas, 448 foram encontradas com vida e 42 mortas².

1. O site Meu Filho Sumiu (www.meufilhosumiu.com) é uma ferramenta de busca por desaparecidos, utilizada por 4 milhões de usuários. Informações disponibilizadas no site O dia (www.odia.ig.com.br). Acesso em 14/12/2015.

2. Informações disponíveis nos sites: Jornal Atarde (<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1550855-policia-registra-534-desaparecidos-em-2013-em-salvador>), Revista Afro da Bahia (<http://revistaafrobahia2.blogspot.com.br/2013/11/salvador-e-terceira-capital-com-mais.html>). No 3º capítulo retomaremos as discussões sobre o número de desaparecidos e localizados em Salvador.

Os números assustam, mas o que estaria por trás deles?

É possível pensarmos o desaparecimento de pessoas como um problema que tem como um de seus determinantes as expressões da questão social. Assim, podemos inseri-lo na lógica de uma sociedade capitalista, que, como tal, ao mesmo tempo em que eleva o capital de poucos, aumenta as desigualdades sociais, produz e reproduz pobreza, desempregos, violências, desaparecimentos, e tantos outros problemas sociais.

Para Minayo, os fenômenos sociais “são produtos da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos” (MINAYO, 2006, p.111). Nesta perspectiva Neuman afirma que “o desaparecimento é uma categoria social, que nasce na sociedade: pelas relações entre as pessoas; vive na sociedade: pelos fatos e pela sua perpetuação; morre na sociedade: seja na lembrança ou no esquecimento das pessoas” (NEUMAN, 2010, p.36). Diante desta definição, percebemos que o desaparecimento é um problema intimamente ligado às relações sociais. Desta forma, torna-se necessário considerar as determinações sócio históricas que têm contribuído para a ocorrência destes desaparecimentos no Brasil, ou seja, procurar entender suas particularidades, sem dissociar das dimensões culturais, econômicas e políticas que os determinaram.

De acordo com Yasbek, a “Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema [...]” (YASBEK, 2009, p.3). Assim, com o desenvolvimento do capitalismo e a apropriação pela classe burguesa da riqueza socialmente produzida, surgiram vários problemas sociais que foram denominados questão social, por resultarem das desigualdades sociais que emergiram deste sistema como a pobreza, a violência e outros, que no decorrer deste trabalho nos farão perceber o quanto tais fatores podem ser estimulantes para a produção e reprodução de desaparecimentos de pessoas.

Além disso, a revisão de literatura, por meio dos textos de Yasbek (2009) e Iamamoto e Carvalho (2011), demonstra que a questão social deve ser situada na história e associada às relações sociais advindas do modo de produção capitalista e seu processo de urbanização, que ao obrigar o trabalhador a vender a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência bem como a da família, acaba fazendo com que este trabalhador tenha o seu modo de vida transformado, ou seja, o trabalhador passa a trabalhar para sobreviver e a sobreviver para trabalhar, o que vai impactar de maneira decisiva na relação que tem com a família, a comunidade e a sociedade, visto que esta relação passa a girar em torno do mercado, no qual as regras que são ditadas pela classe burguesa exercem influência tanto nas

prioridades do trabalhador quanto nos aspectos sociais voltados à cultura, economia, religião e política.

Entretanto, é importante salientar que, mesmo as expressões da questão social exercendo uma forte influência sobre o desaparecimento de pessoas, ao inserirmos este problema na história percebemos que estas manifestações - tais como são descritas pelos autores - não são os únicos fatores determinantes deste fenômeno, como veremos, por exemplo, ao abordarmos os desaparecimentos ocorridos em decorrência do processo de colonização europeia e de regimes ditatoriais.

Ademais, adiantamos que antes mesmo do surgimento da ideia de “questão social”, já ocorriam os desaparecimentos de pessoas, também advindos das relações sociais e do convívio conflituoso com o outro, bem como das relações de dominação de uma raça/cultura/religião/ideologia sobre a outra, e, neste sentido, este fenômeno sempre vem acompanhado de sentimentos de incerteza, impotência e dor dos familiares que aguardam uma resposta sobre o paradeiro do ente que sumiu. Aqui citaremos dois exemplos: o primeiro será um caso de desaparecimento de pessoa abordado na Bíblia Cristã³, na qual é contada a história de José que aos 17 anos foi vendido pelos próprios irmãos a um grupo de comerciantes que o levaram para o Egito para trabalhar na condição de escravo. Então, com o objetivo de justificar a ausência de José, seus irmãos criaram uma farsa para que o pai acreditasse que o filho mais novo havia sido morto por um animal selvagem. Vejamos a seguir:

[...] Israel amava José mais do que todos os outros filhos, porque ele era o filho de sua velhice; e mandara-lhe fazer uma túnica de várias cores. Seus irmãos, vendo que seu pai o preferia a eles, conceberam ódio contra ele e não podiam mais tratá-lo com bons modos [...]. Os irmãos de José foram apascentar os rebanhos de seu pai em Siquém [...] Partiu então José em busca dos seus irmãos [...]. Quando José se aproximou de seus irmãos, eles o despojaram de sua túnica [...] e jogaram-no numa cisterna velha, que não tinha água [...]. E, quando passaram os negociantes madianitas, tiraram José da cisterna e venderam-no por vinte moedas de prata aos ismaelitas, que o levaram para o Egito. Rubem voltou à cisterna, e eis que José já não estava ali. Rasgou então suas vestes e voltou para junto dos seus irmãos: “O menino **desapareceu**, disse ele. E eu, para onde irei?” Tomaram então a túnica de José, mataram um cabrito e a mergulharam no seu sangue. E mandaram-na levar ao seu pai com esta mensagem: “Eis o que encontramos: vê se não é, porventura, a túnica do teu filho.” Jacó reconheceu-a e exclamou: “É a túnica de meu filho! Uma fera o devorou! José foi esfaqueado!” E, rasgando as vestes, cobriu-se de um saco, e chorou o seu filho por muito tempo. [...] (GÊNESIS 37: 3-34). (Grifo nosso).

Em suma, após passarem-se alguns anos do seu desaparecimento e ter tornado-se governador do Egito, José reencontra o pai. Assim, diferente das várias histórias de desaparecimento de pessoas, no período em que ficou desaparecido José foi de escravizado a

3. A versão da Bíblia que utilizamos encontra-se disponível em <https://www.bibliaonline.com.br>.

governador, saiu do cárcere para uma vida carregada de prestígios, mas nos diversos casos de desaparecimentos não é isso que ocorre, nem todos os pais e mães conseguem reencontrar o(a) filho(a) com vida, nem todas as histórias de desaparecimentos tem um final feliz como esta. Além disso, é possível inferir que este exemplo trata-se de um desaparecimento involuntário⁴, no qual a pessoa desaparecida não tinha a intenção de sumir, alguém a obrigou a fazer isso, alguém a retirou do seu convívio social, tendo a partir daí paradeiro desconhecido, o que ocorre nos dias atuais com as vítimas de crimes tipificados como subtração, sequestro e tráfico de pessoas. O nosso próximo exemplo também envolve o desaparecimento involuntário e o tráfico de pessoas, e tratará da colonização portuguesa, pois de acordo com Neuman (2010), historicamente os desaparecimentos estão ligados à herança de dominação deixada por colonizadores portugueses:

Entre o século XVI ao XIX [...] cerca de 11 milhões de escravos foram trazidos à América, sendo que metade foi trabalhar nas ilhas do Caribe e 40% no Brasil. A colonização do Brasil pelos portugueses foi à expressão da dominação sobre a população nativa e os negros que foram escravizados. A herança do desaparecimento no país é a forma como os dominantes trataram os dominados. O negro, o índio, o mameluco, o pardo são a mais pura expressão daqueles que foram excluídos de seus direitos desde essa época. Os resquícios desta colonização estão marcados na história deste país e engrossam as estatísticas de desaparecidos (NEUMAN, 2010, p.42-43).

Assim, com a colonização dos europeus e o processo de escravização de africanos e dos povos nativos ocorreram inúmeros casos de desaparecimentos, visto que neste período os negros, comprados/vendidos como mercadorias, eram transportados nos navios denominados negreiros em condições sub-humanas, e, quando não morriam em decorrência dos maus-tratos, sequer tinham notícias do paradeiro da família, a qual haviam sido brutalmente separados.

Sobre este processo Iamamoto e Carvalho revelam que a ““questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 133). Então, neste movimento, é possível notar que o exemplo extraído da Bíblia e o da colonização portuguesa fazem parte de conjunturas diferentes entre si, porém possuem semelhanças no que tange aos desaparecimentos, visto que nos dois casos o fenômeno ocorreu involuntariamente, envolvendo relações de dominação e de compra/venda de seres humanos

4. Os tipos de desaparecimentos serão abordados no tópico intitulado “Desaparecimentos de pessoas e determinações”.

(crime caracterizado nos dias de hoje como tráfico de pessoas).

Portanto, para avançarmos nas discussões sobre o desaparecimento de pessoas, nos tópicos seguintes abordaremos os conceitos e as principais determinações que tem contribuído para a ocorrência deste fenômeno. Além disso, citaremos algumas campanhas e espaços de debates criados, a partir da década de 1990, para divulgar e discutir o desaparecimento como um problema social, que como tal necessita da intervenção do Estado.

1.1 Conceitos de desaparecimentos

Praticamente todos, em alguma ocasião, já tomaram conhecimento de algum caso de desaparecimento de pessoas. No entanto, existem várias concepções de desaparecimento, o que pode acabar gerando confusão. É na tentativa de amenizar possíveis confusões conceituais que neste tópico recorreremos principalmente às teses de Oliveira (2007) e Neuman (2010), que, em meio à escassez de produção científica sobre o tema, trazem à luz propostas que diferenciam os vários tipos de desaparecimentos, os quais serão abordados nas próximas linhas após apresentarmos o significado do verbo “desaparecer” extraído do dicionário da língua portuguesa Houaiss.

Segundo o dicionário Houaiss (2004) o verbo “desaparecer” significa *deixar de estar visível, sumir, deixar de existir, de manifestar-se, acabar, ausentar-se, morrer*. Estas definições podem ser utilizadas não só para pessoas, mas também para casos que envolvam o sumiço de animais, objetos pessoais, e outros. Sobre estas definições advindas dos dicionários, Oliveira afirma que:

[...] Pela definição dos dicionários o ato ou efeito é produto da ação do indivíduo, já os relatos noticiados sempre apontam para possíveis “ações externas” que recaem sobre o sujeito (um assalto, um homicídio entre outros) [...]. Além disso, os dicionários nos apontam, como sinônimos de desaparecer, um leque de outros termos que traduzem parcela das situações definidoras do ato de desaparecer, porém reportando sempre ao indivíduo como sujeito do ato do desaparecimento [...] (OLIVEIRA, 2007, p.22-23).

Assim, estes conceitos dicionarizados não dão conta de traduzir a dimensão do fenômeno do desaparecimento de pessoas. Neuman (2010), ao buscar em um dicionário a definição do verbo desaparecer, afirma que esta “demonstra a diversidade de alternativas” que

o indivíduo “pode ter a partir de um desejo seu”. Diante disso, verifica-se a necessidade de ir além do que está posto nos dicionários.

De fato não há como negar a dúvida que paira sobre a sociedade com relação ao verbo desaparecer, visto que além do exposto no dicionário, ele ainda pode estar envolto em múltiplas determinações capazes de produzir e reproduzir desaparecimentos de pessoas. Nesta perspectiva, os três termos⁵ mais conhecidos são: “pessoa desaparecida”, “desaparecido político/forçado”, e o “desaparecido civil”, além do termo “ausente”, utilizado pela justiça.

O termo “pessoa desaparecida” é uma denominação que pode ser atribuída a todos que estão em lugares desconhecidos e que não se sabe se está vivo ou morto. Nesta “categoria podem-se agregar todos os indivíduos, inclusive quando, desde o primeiro momento, sabe-se o que de fato ocorreu, como é o caso das catástrofes, dos fugitivos de instituições penais, entre outros” (OLIVEIRA, 2007, p.64). Segundo o autor, aqui incluem-se todos aqueles cujo desaparecimento é passível de presunção.

Já o termo “desaparecido político” (forçado) remete-se aos militantes políticos desaparecidos no período da Ditadura Militar, que no caso específico do Brasil, iniciou-se em 1964, com o golpe contra o governo do presidente João Goulart, e estendeu-se até 1985. De acordo com Netto,

Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: *o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político [...]* (NETTO, 2015, p.41)

Este é considerado um período crítico da história do país, no qual ocorreram perdas de direitos, perseguições, prisões arbitrárias, torturas, mortes e outras crueldades cometidas aos que demonstravam, de alguma forma, posicionamentos contrários às ideologias do regime.

5. Em 2013 foi aprovado o Projeto de Lei 245/2011 (de autoria do senador Vital do Rêgo – PMDB) que tipifica o desaparecimento forçado de pessoas como crime. Esta proposição define o desaparecimento forçado de pessoas como sendo qualquer ação de apreender, deter, sequestrar, arrebatar, manter em cárcere privado, impedir a livre circulação ou de qualquer outro modo privar alguém de sua liberdade, em nome de organização política, ou de grupo armado ou paramilitar, do Estado, suas instituições e agentes ou com a autorização, apoio ou aquiescência de qualquer destes, ocultando ou negando a privação de liberdade ou deixando de prestar informação sobre a condição, sorte ou paradeiro da pessoa a quem deve ser informado ou tenha o direito de sabê-lo. O crime passa a ser considerado como hediondo (incluindo-se na lei nº 8.072/1990). Informações disponíveis em www12.senado.br. De acordo com o site da Câmara dos Deputados, este projeto (agora nº 6.240/2013) foi aprovado, no entanto o seu texto original foi alterado pelo deputado Jair Bolsonaro, “para evitar ações judiciais contra militares” do período do regime militar. A reclusão poderá chegar a 30 anos, caso o delito leve à morte da vítima. Informações disponíveis em: www2.camara.leg.br. Acessos em 09 de março de 2017.

Mas então, quem é o desaparecido civil? Oliveira caracteriza o desaparecido civil como a pessoa que saiu de um ambiente familiar ou “de referência emocional-afetiva como roda de amigos para realizar qualquer atividade cotidiana, porém que não anunciou sua intenção de partir (daquele lugar) e jamais retornou. Sem motivo aparente, sumiu sem deixar vestígio” (OLIVEIRA, 2007, p.18). E, desta forma, segundo o autor, “há (ou colocam-se) pelo menos três problemas imediatos: “saber o que ocorreu”, “saber o que fazer”, “saber a quem procurar”, enfim, saber que providências tomar”” (*Idem*).

Na visão do autor, o desaparecido civil pode ser entendido como aquela pessoa que aparentemente não tinha motivos para sumir, mas que o fez (ou foi obrigado a fazer) sem deixar rastros e a partir daí teve ou tem o seu paradeiro ignorado, provocando na família um sentimento de angústia pela incerteza do que de fato teria acontecido a esta pessoa, o que teria determinado este desaparecimento, como proceder diante do problema e a quem recorrer para obter algum tipo de amparo. Portanto, é a pessoa cujo motivo do desaparecimento é uma incógnita, como nos casos em que um indivíduo sai de casa apenas para ir ao trabalho, escola ou à casa de algum conhecido e sem levar documentos, roupas e dinheiro, não retorna ao seu convívio familiar e comunitário. O que teria acontecido a esta pessoa? Para onde teria ido? Para onde teria sido levada? Quem a levou? Para milhares de famílias estas perguntas continuam sem respostas.

Para Oliveira, o desaparecimento civil é um fenômeno que possui uma “diversidade de entendimento”, assim sendo é necessário estabelecer uma nova nomenclatura para diferenciá-lo dos demais, desta forma ele conclui:

Chama-se, portanto, de desaparecidos civis todas aquelas pessoas que são notificadas publicamente por meio de registros em boletins de ocorrência (B.Os) sendo que a situação se caracteriza pelo desconhecimento (alegado pelos denunciante) dos elementos intervenientes do desaparecimento, de sua condição de vida ou morte da pessoa desaparecida, assim como de seu possível paradeiro (OLIVEIRA, 2007, p.64).

Então, partindo das concepções deste autor, a colocação do termo “civil” após a palavra “desaparecimento” é utilizada especificamente para diferenciar do conceito de desaparecido político. Assim, além deste último, entende-se que o autor não considera como desaparecido civil os demais tipos de desaparecimentos cujos motivos são conhecidos ou presumidos, tais como: o desaparecimento após a ocorrência de acidentes (com carros, aviões, entre outros), catástrofes (como as que ocorrem advindas de furações, deslizamentos de terra, alagamentos, etc), fuga de detenções, dentre outros. Para ele, deve-se levar em conta o

registro do desaparecimento nas delegacias por meio do Boletim de Ocorrência (B.O), o que o autor reconhece nem sempre ser possível, principalmente quando se trata de desaparecidos maiores de idade⁶, pois a cultura policial ainda determina que as famílias esperem em torno de 24 horas para registrar a ocorrência, ou são, conforme o autor (*idem*), situações denominadas como “subnotificações”, nas quais o registro em delegacias não é feito como desaparecimento, o que torna difícil saber o número real de pessoas desaparecidas no Brasil.

Já Neuman, afirma que a proposta conceitual de desaparecimento “não se esgota em si mesmo”, pois a “conceitualização é dinâmica”. Isto é “o conceito absorveu alguns elementos que tornaram possível sua expressão, assim esses elementos refletidos iluminaram sua dinâmica, mas não dá conta de sua totalidade” (NEUMAN, 2010, p. 36). O conceito pode ser entendido como algo que está em movimento e que pode ser transformado no decorrer do tempo. Então, segundo o autor:

[...] O desaparecimento é um processo contínuo de não aparecimento, ocorrendo na relação entre uma e mais pessoas que possuem uma ligação relacional constante, podendo ser afetiva ou de responsabilidade civil, seja por laços consanguíneos [sic], amorosos ou de afinidade ou de amizade. Ocorre o não aparecimento físico da pessoa e/ou a perda total do seu contato, com o seu circuito social, levando ao rompimento das relações anteriormente constituídas [...] Portanto o desaparecimento ocorre nas relações humanas e na convivência das pessoas em sociedade. O desaparecimento é uma situação que ocorre na visão do sujeito que procura, mas não necessariamente no sujeito desaparecido. Ele é iminente social; não existe desaparecimento descolado das determinações sociais. Se o aparecimento ocorre nas relações humanas, pelo reconhecimento da existência individual, o desaparecimento possui a mesma lógica (NEUMAN, 2010, p.36-37).

Assim sendo, Neuman considera o desaparecimento de pessoas como um processo inseparável das relações sociais, um fenômeno marcado por várias determinações (com predominância das sociais), e que só existe se houver uma relação com o outro, ou seja, “só é possível ocorrer no mínimo entre duas pessoas: a que desaparece e a que busca” (*Idem*) pelo desaparecido.

[...] Na hipótese de um indivíduo que vive sozinho, por exemplo o ermitão, sua solidão e seu isolamento é desconectado das relações humanas e isto não abala a sociedade, pois com a falta de relacionamento, não há nada que possa “ligar” os seus elos com outras pessoas. Portanto uma pessoa sem ligação ou relação com outra, seu

6. Com a Lei nº 11.259/2005, Lei da Busca Imediata, foi determinando que o registro do Boletim de Ocorrência seja feito imediatamente nos casos de desaparecimento de menores de idade.

desaparecimento não é percebido. Caso o ermitão venha morrer por qualquer circunstância ninguém ficará sabendo [...] Mesmo que ele tenha existido sua ruptura com as relações sociais e com a sociedade de maneira geral impede a visão de desaparecido [...] (NEUMAN, 2010, p.36).

Com este exemplo, o autor afirma que se uma pessoa vive sozinha e em situação de isolamento social o seu desaparecimento não é notado por não haver convívio social com outras pessoas, ou seja, o afastamento de um indivíduo da sociedade de forma geral impossibilita que esta o veja como desaparecido.

Entretanto, o autor ressalta que este conceito esbarra em um problema central na sua discussão: “as pessoas que não estão integradas a estrutura social” (*Idem*, p.37), se questionando se existe o reconhecimento dos “excluídos” como desaparecidos. Assim, paira uma contradição conceitual, visto que existem casos em que pessoas encontram-se há muito tempo isoladas ou excluídas do convívio familiar e comunitário, como os ermitões e as pessoas em situação de rua, mas que ainda assim podem estar sendo procuradas por seus familiares ou conhecidos. Neste sentido, como afirma o autor, “qualquer estatística sobre o desaparecimento nunca exprimirá sua verdadeira dimensão, visto que não se sabe quantas pessoas vivem no mundo nestas condições de isolamento social” (*Ibidem*, p.36).

Tanto Oliveira (2007) quanto Neuman (2010) abordam em suas teses o desaparecimento sob a ótica jurídica. Neste caso, Oliveira afirma que a figura do desaparecido “refere-se a aquele cuja morte é certa [...] Portanto, juridicamente, falar em “desaparecido” é indicá-lo como morto” (OLIVEIRA, 2007, p.20). Para este autor esta definição, comumente utilizada no âmbito jurídico, em certa medida “fere as expectativas de todas as famílias que buscam notícias de seus parentes ou conhecidos desaparecidos, uma vez que buscam, sobretudo, pessoas vivas” (*Idem*).

Mas quando há uma suposição de que o desaparecido esteja vivo e quando não se tem ideia dos motivos do desaparecimento, juridicamente usa-se outra denominação: o “ausente”. Então, a “legislação entende o ‘ausente’ como a pessoa desaparecida de seu lar, condicionando uma coisa à outra [...]” (NEUMAN, 2010, p.18), voltando a sua preocupação para a questão dos bens deixados e quem administrará os mesmos. Porém, a justiça pode declarar esta pessoa como morta mesmo não tendo encontrado o seu corpo, como ocorreu com Ulisses Guimarães, que sofreu um acidente aéreo em 1992 e mesmo não tendo o corpo localizado foi dado como morto, por meio de declaração de morte presumida.

Para Neuman (2010), ao considerar o desaparecido como “ausente”, a justiça “ofusca as determinações importantes para a compreensão de ‘desaparecimento’” (*Idem*). Além disso,

“demarcam o desaparecimento enquanto uma situação fragmentada, que não traduz um conceito universal e deixam de considerar aspectos importantes que ainda não estão presentes nas leis, reforçando uma visão parcial do mesmo” (NEUMAN, 2010, p.21).

Do ponto de vista do senso comum (que pode ser a família ou conhecidos), o desaparecido é aquela pessoa que está viva e que “pode estar em perigo” (OLIVEIRA, 2007, p.33). Quase sempre amparada no sentimento de esperança, mesmo que remoto, é essa concepção que impulsiona estas pessoas a não desistirem de encontrar os seus entes desaparecidos.

Nota-se, portanto, a dificuldade do estabelecimento de um conceito de desaparecimento voltado exclusivamente para seres humanos. Por meio da revisão dos textos é possível perceber que não há um único tipo de desaparecimento nas relações sociais, e sim desaparecimentos, utilizando o termo no plural por tamanha diversidade dos tipos e motivos pelos quais ocorrem. Nenhum desaparecimento é igual ao outro, as pessoas que somem são sujeitos únicos, com histórias e realidades de vida distintas, também por isso torna-se necessário atentar-se às particularidades deste fenômeno.

1.2. Desaparecimentos de pessoas e determinações

Este tópico abordará as principais determinações que tem contribuído decisivamente para os desaparecimentos de pessoas, conforme conceituados anteriormente.

Para Neuman,

o não-aparecimento da pessoa, ocorre por três motivações: o indivíduo desaparece por algum motivo pessoal, particular, mas faz isto de forma “voluntária”. Uma outra situação em que ele desaparece sem vontade própria, “involuntária”, seja por questões sociais ou catástrofes naturais ou causadas pelo homem. A terceira possibilidade é a falta de consciência sobre seu desaparecimento, seja por uma falta de informação, deficiência mental, seja por sua imaturidade psicológica ou de desenvolvimento, entre outras. (NEUMAN, 2010)

Então, são vários os motivos e determinações que por um lado podem fazer com que uma pessoa desapareça e por outro podem fazer com esta pessoa permaneça desaparecida. Veremos que nos casos em que o desaparecimento é considerado “voluntário” este está associado, dentre outras causas, às fugas do lar, nas quais crianças, adolescentes e pessoas adultas tomam esta decisão motivados pela violência doméstica/familiar/urbana (ou pelas três juntas), bem como pela cultura de dominação do homem sobre a mulher e/ou dos pais sobre

as filhas e filhos, podendo a fuga ser vista por estas pessoas como uma forma de se livrarem de situações de opressão.

Sabe-se que o termo “voluntário” é aqui empregado por ter sido o próprio desaparecido a tomar a decisão de sumir. Porém, é preciso ter cautela para não naturalizar a questão do desaparecimento enquanto decisão “voluntária”. Isso porque existem situações de maus tratos e violações de direitos nas quais o indivíduo é submetido no âmbito do lar que podem fazer com que o mesmo sinta-se obrigado a tomar a decisão de sumir, já que a convivência neste ambiente tornou-se insuportável em sua ótica. O que poderia ser evitado se houvesse uma real preocupação com o investimento em políticas sociais que de fato fortalecessem os vínculos familiares e comunitários.

Além disso, como os desaparecimentos de menores de idade são constantemente relacionados aos conflitos familiares, é preciso atentar-se para que não haja uma naturalização das determinações deste fenômeno por parte das autoridades policiais, cuja cultura ainda é de conciliar de imediato o desaparecimento a problemas familiares e por isso nem sempre tomam as decisões cabíveis logo que lhes é apresentada a queixa.

Já os desaparecimentos “involuntários”, os quais não partem da vontade do indivíduo, estão associados tanto à questão dos regimes totalitários e ditatoriais, catástrofes, acidentes, quanto aos casos de violência urbana e crimes tipificados como sequestro, tráfico de pessoas, dentre outros. Entretanto, como o autor aborda na citação anterior, existem ainda os casos em que o desaparecimento ocorreu ou permanece devido à falta de informação. Isto é, o indivíduo desconhece que está desaparecido ou porque está acometido por alguma patologia que o faz esquecer a sua origem (o que pode ocorrer com maior frequência entre os idosos e pessoas com deficiência) ou por “imaturidade” (como as crianças, por exemplo), o que faz com que não se tenha a real noção do que está acontecendo nem de que esteja sendo procurado.

As determinações sociais dos desaparecimentos estão ligadas historicamente às ditaduras, à intolerância a alguns aspectos culturais e religiosos, bem como às expressões da questão social, simbolizando graves atentados aos direitos humanos.

No caso do regime ditatorial, este foi responsável por vários desaparecimentos no Brasil e em outros países da América Latina. O site Memórias Reveladas (<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>), afirma que a Ditadura Militar brasileira “levou à morte 380 pessoas, entre as quais 147 desaparecidos, termo usado para se

referir àqueles cujos corpos jamais foram entregues às famílias”, tais dados foram registrados pela Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

A não adequação aos padrões sociais de cultura, religião e ideologia também podem determinar os desaparecimentos. Neste mesmo período da ditadura, manifestações culturais eram abafadas pela rigidez do regime, a liberdade de expressão foi ceifada, e os que não se adequaram aos padrões impostos pela ordem vigente foram raptados, torturados, mortos, tiveram seus destinos incertos ou, conforme Arbex (2013), foram enviados para o Hospital Colônia de Barbacena⁷. Um lugar que teoricamente havia sido criado para tratar dos pacientes com transtornos mentais, foi transformado em um verdadeiro *depósito de gente*, que não necessariamente apresentava diagnóstico de doença mental, apenas incomodava de alguma forma a manutenção da ordem social. Gente que para alguns precisava ficar calada, isolada, desaparecida, por simbolizar um incômodo aos que detinham mais poder.

A autora do livro o intitulou “Holocausto Brasileiro” como analogia ao Holocausto Nazista ocorrido no governo totalitário de Adolf Hitler, no qual o direito à diversidade não era respeitado, assim pessoas foram perseguidas e exterminadas por sua religião, posicionamento político, raça/etnia e por sua orientação sexual. O livro denuncia que cerca de 60 mil pessoas morreram devido aos maus tratos sofridos dentro da instituição, além de evidenciar um exemplo grave de violência institucional⁸ respaldado em relações de poder e dominação.

Como já foi abordado, outro determinante de desaparecimentos é a violência, enquanto manifestação da questão social. Portanto,

[...] a violência é compreendida como um fenômeno amplo e complexo, o qual atinge a todos os sujeitos de diferentes formas e intensidades, que vem se potencializando na medida em que se acirram as repercussões da exploração produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista. A violência manifesta-se com maior força no projeto político, social e econômico hegemônico que exclui dois terços da humanidade de participar da alegria dos bens que produz (SANTOS, 1997 *apud* SCHERER, 2013, p.98).

7. Segundo Arbex, “a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar” (ARBEX, 2013, p.23).

8. A violência institucional, como o próprio nome sugere, “é [...] uma forma de violência praticada por instituições, materializada desde a falta de acesso a serviços até a má qualidade nos serviços prestados, abrangendo abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições” (Martinez, p.98 *apud* SCHERER, 2013, p.98).

Para este autor “é inegável que em determinados contextos haja uma potencialização dos processos de violência em razão do contexto de vulnerabilidade social” (SCHERER, 2013, p.98), devido à violação de direitos e a falta de proteção social. No entanto, não se deve concluir que violências só ocorrem em ambientes pauperizados, nem que o desaparecimento de pessoas seja um fenômeno exclusivo das camadas mais populares da sociedade. Ressalta-se, portanto, que as violências, sejam elas conjunturais, institucionais, urbanas, domésticas ou intrafamiliar, violam direitos, ocorrem nas relações sociais e têm ligação com o fenômeno do desaparecimento de pessoas.

Assim sendo, como já afirmamos, as expressões da questão social contribuem para a ocorrência de desaparecimentos. A questão social surge a partir do avanço do capitalismo, que acelera o processo de urbanização e remete-se “a função integradora do trabalho na própria sociedade” (NEUMAN, 2010, p.51) capitalista. Isto é, para o autor, ao transformar o trabalho em emprego também ocorre uma transformação significativa nas relações sociais: aumenta-se as exigências de qualificação profissional, o mercado de trabalho torna-se cada vez mais competitivo, em contrapartida reduzem-se os salários, eleva-se o número de desempregados, ocasionando a precarização do trabalho e a ampliação do contingente de pessoas que vivem em situação de exclusão social.

Para o autor, a “exclusão econômica, aliado ao desamparo do Estado, da comunidade e de toda a sociedade, faz com que milhares de pessoas, todos os anos, desaparecem de seus familiares” (*Idem*, p.52). Neuman demonstra, a partir da pesquisa realizada por Gattas e Fíguro-Garcia em 2007, que uma quantidade expressiva dos desaparecidos menores de idade conviviam em condições de vulnerabilidade social

Em 302 casos pesquisados por Gattas e Figuro-Gracia [*sic*], sobre o perfil das famílias de crianças e adolescentes desaparecidas, mostra que estas famílias residem: 7% em barracos, 9,6% em apartamento, 75,2% em casa e 8,3% afirmam que residem em outros lugares. Sendo que 60,3% afirmam que a moradia é própria, contra 39,7% dos entrevistados que dizem morarem em locais que não são deles, grande parte destas famílias residem em bairros periféricos do município de São Paulo. (NEUMAN, 2010, p.52).

Assim sendo, segundo o autor, como “o indivíduo é espoliado em seus direitos” e suas necessidades humanas de conforto e cidadania não são de fato atendidas, ele se rebela

9. A vulnerabilidade social tem a ver com “uma construção social, determinada pelas novas configurações do Capitalismo, sendo um termo utilizado para designar grupos ou indivíduos fragilizados econômica, política ou juridicamente” (Aguinsky, Fernandes e Tejadas, 2009 *apud* SCHERER, 2013, p.98).

contra a família e também contra a sociedade e com isso acaba por nutrir “objetivamente e subjetivamente o desejo de sumir, de desaparecer” (*Idem*).

Autores como Oliveira (2007), Neuman (2010) Fíguro-Garcia (2010) e Ferreira (2013) abordam em seus textos a fuga do lar como uma das causas dos desaparecimentos de crianças e adolescentes¹⁰, sendo associada às relações familiares. Autoridades policiais e gestores de ONGs também apontam os conflitos familiares como uma das principais causas do desaparecimento de menores de idade. Diante disso, segundo alguns pesquisadores, os casos de fuga ainda são vistos pela maioria dos órgãos competentes (delegacias e conselhos tutelares) como um problema de família e que devem ser resolvidos no âmbito familiar e por isso os mesmos demonstram resistência em registrá-los como desaparecimento.

De acordo com Ferreira,

40 mil crianças e adolescentes desaparecem anualmente no Brasil. Deste total, cerca de 75% dos casos consistem em fugas de crianças que sofrem violência e castigos físicos dentro de suas casas e, por isso, preferem viver nas ruas e/ou em abrigos públicos (FERREIRA, 2013, p.200).

O que demonstra que mesmo dentro de casa, crianças e adolescentes vivenciam situações de violência e diversas formas de violação de Direitos Humanos. Em seus lares, independente da classe social e do modelo de família nas quais estão inseridas, crianças e adolescentes podem ser vítimas de vários tipos de violência, desde a psicológica até a física e sexual. Assim, segundo Fíguro-Garcia, algumas fugas ocorrem “justamente para ir contra o desejo dos pais e tentar encontrar um caminho pessoal. E, em alguns casos, a fuga de casa configurou uma saída para a sobrevivência psíquica da criança ou do adolescente” (FÍGARO-GARCIA, 2010, p.9). Os estudos apontam que muitos menores de idade após fugirem dos seus lares passam a viver nas ruas, mas os que têm menos idade (as crianças) optam por voltar para casa pouco tempo depois da fuga, outros, porém, enxergam a rua como um lugar onde dispõem de maior liberdade para viver, criando até mesmo vínculos amistosos e de afinidades, o que às vezes não ocorre no ambiente familiar, onde existe a imposição de regras nem sempre bem vistas por eles. Além disso, a fuga de casa pode ampliar a vulnerabilidade do menor e o expor a situações de riscos como a exploração sexual, contato com drogas, prática de atos infracionais e violências, conforme pesquisas citadas por esta autora.

10. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 2º: “Considera-se criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2013, p.4).

Historicamente a mulher¹¹ tem tido seus direitos violados, sofrendo com a naturalização da cultura machista, na qual tem-se a relação de poder e dominação do gênero masculino sobre o feminino, que vai desde a educação diferenciada e rígida que os pais impõem às suas filhas, passando para o tratamento dominador que os maridos submetem as suas esposas no ambiente doméstico. Assim, a violência contra a mulher é considerada uma violência de gênero e também constitui-se como um determinante de desaparecimentos. De acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2012, p.18). As mulheres que sofrem violências muitas vezes fogem de seus lares por medo dos seus algozes, que podem estar investidos socialmente nos papéis de pais, tios, irmãos, namorados, companheiros e outros, como este exemplo extraído do texto de Ferreira:

um homem que comunicara o desaparecimento de sua esposa e filho recém-nascido havia agredido fisicamente aqueles que afirmou terem desaparecido. Nesse caso, a esposa deixara sua residência sem aviso e levando consigo o bebê para proteger-se (e à sua criança) de novos episódios de violência conjugal (FERREIRA, 2013, p.196).

Além do que foi exposto, existem os casos em que a violência chega ao ponto de ocasionar a morte e ocultação do corpo da mulher, fazendo com que esta seja procurada por parentes e amigos que não sabem do ocorrido. Portanto, deve-se com urgência pensar em formas de prevenção voltadas para o ambiente familiar, para que este seja um espaço que ofereça segurança e condições de sobrevivência para todos, principalmente para crianças, adolescentes, idosos e mulheres, que são as maiores vítimas deste tipo de violência.

Em se tratando do desaparecimento de pessoas com deficiência e idosos(as), cujos estudos sobre o tema são ainda os mais escassos, há indícios de que problemas de saúde podem ser os causadores dos seus desaparecimentos. Ferreira afirma que no caso dos idosos desaparecidos, estes geralmente podem ter sido “acometidos por perdas temporárias ou definitivas de memória” (FERREIRA, 2013, p.192), podendo em alguns casos nem perceberem que estão desaparecidos, o que também pode está associado a casos de desaparecimentos de pessoas com deficiência. No entanto, estas não são certamente as únicas causas do sumiço destas pessoas, tornando-se necessário mais dados e informações que

11. Lisboa e Pinheiro ressaltam que a “violência contra a mulher tem sido apontada pela ONU como uma violação dos Direitos Humanos e como um problema de Saúde Pública, ou seja, como uma das principais causas de doenças das mulheres (hipertensão, angústia, depressão, sofrimento psíquico, e outras) [...]” (LISBOA E PINHEIRO, 2005, p.200).

possibilitem um maior aprofundamento do tema.

Os autores já citados abordam outras situações nas quais podem ocorrer desaparecimentos. Segundo Neuman, o Código Civil Brasileiro associa o desaparecimento a crimes tipificados como: “subtração de incapaz, rapto, seqüestro [*sic*] e outras modalidades correlacionadas” (NEUMAN, 2010, p.14) como o abandono de incapaz e o abandono de recém-nascido, aliciamento, homicídio ou latrocínio com ocultação do corpo.

O autor afirma que “o rapto consensual é muito comum no Brasil, principalmente aqueles ligados a fugas de namorados. Segundo a SEDH, 10% dos casos, em 2009, tinham essas características” (*Idem*, p.15). Para Neuman, o crime de subtração de menores de idade geralmente é cometido por algum membro da família, e principalmente pode ser causado por um dos pais que, após a separação, não dispõe da guarda legal do filho, o que segundo a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), corresponde a 15% dos desaparecimentos de crianças e adolescentes (*Ibidem*, p.16). O ECA também se refere à subtração como um crime: “Art. 237 – Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com fim de colocação em lar substituto. Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa” (BRASIL, 2005, p.54).

Ferreira afirma que geralmente as crianças subtraídas “possuem entre 2 e 11 anos de idade” (FERREIRA, 2013, p.25). Mas existe também a subtração praticada por pessoas que não são familiares e as maiores vítimas são adolescentes acima de 12 anos, sendo que “dois terços ou mais das subtrações envolvem abuso sexual e a maioria dos adolescentes é subtraída nas ruas” (Finkelhor et al., 1990 *apud* FERREIRA, 2013, p.25). É um crime que também provoca vários desaparecimentos, que podem tornar-se de difícil localização, já que pessoas nesta faixa-etária costumam mudar os traços físicos conforme vão crescendo.

Crimes de homicídio podem provocar desaparecimentos por ocultação de cadáveres. É um crime que vitima principalmente adolescentes e jovens com idade ente 16 e 29 anos, de cor negra¹² e oriundos das camadas mais populares da sociedade. Ou seja, o homicídio é um crime que possui entre suas particularidades o fator raça, idade e classe social, assim pode ser relacionado ao genocídio¹³ e crimes de extermínio¹⁴. Para Fíguro-Garcia, o desaparecimento

12. De acordo com matéria disponível no site “Carta Capital” (<http://www.cartacapital.com.br>) “56 mil pessoas foram assassinadas em solo brasileiro em 2012, sendo 30 mil jovens e, entre eles, 77% negros”.

13. Segundo o dicionário Houaiss, genocídio é o crime contra a humanidade, que consiste no extermínio de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso. Fonte: HOUAISS, Antônio. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2004.

14. A Lei nº 12.720, de 27 de setembro de 2012, dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal brasileiro.

de crianças e adolescentes também pode envolver o crime praticado por grupos de extermínio, como ocorreu em 1990 com 11 pessoas, dentre elas adolescentes, moradoras da comunidade de Acari na região de Magé (RJ), cujo paradeiro dos corpos ainda é desconhecido, este crime ficou conhecido como a “Chacina de Acari” e motivou a criação do movimento social Mães de Acari. Outro exemplo de crimes de extermínio foi o ocorrido em maio do ano de 2006 em São Paulo, quando 493 pessoas foram assassinadas no ato de extrema barbárie e desvalorização do direito à vida, motivando também a criação de um movimento social chamado Mães de Maio.

O sequestro também pode causar desaparecimentos e, de acordo com o artigo 148 do Código Penal, significa “privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado”. Este Código tipifica ainda o tráfico de seres humanos como crime. Segundo pesquisas o tráfico de pessoas pode ocorrer em situações de guerra civil, extrema pobreza ou de catástrofes, sendo considerado como um problema internacional. Segundo o site do Ministério da Justiça e Cidadania (<http://www.justica.gov.br>),

O Tráfico de Pessoas¹⁵ é realizado com diferentes propósitos. Além da exploração na indústria do sexo, a forma mais disseminada e denunciada, existem outros destinos para as vítimas: trabalho sob condições abusivas, mendicância forçada, servidão doméstica e doação involuntária de órgãos para transplante. Apesar da grande maioria das vítimas ser formada por mulheres, também crianças e adolescentes e, em menor número, homens são visados pelos traficantes (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2016).

Uma reportagem apresentada no programa “Repórter em Ação”, da TV Record, no dia 13/11/2016, teve como tema “O tráfico infantil”, e denunciou um esquema criminoso que alimentava uma rede de tráfico internacional de seres humanos para adoção ilegal. De acordo com a reportagem, nas décadas de 1980 e 1990 centenas de crianças recém-nascidas foram vendidas para estrangeiros, que residiam principalmente em Israel. A maioria das crianças eram do Sul do Brasil e com traços físicos europeus. Uma mulher, apontada como integrante do grupo, acusa autoridades públicas e mães de participarem deste esquema. Estas últimas em virtude da situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social eram convencidas pelos traficantes a venderem seus bebês. Até hoje o paradeiro de inúmeras pessoas ainda é desconhecido, mesmo diante do apelo de vários familiares e da realização de ações em rede envolvendo as polícias civil, federal e a INTERPOL (Organização Internacional Criminal).

15. Segundo o site do Ministério da Justiça e Cidadania, o relatório global da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho forçado aponta que 43% das pessoas traficadas são usadas na exploração sexual comercial e que o tráfico rende lucros globais de mais de 31 bilhões de dólares por ano. Informações disponíveis em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/trafico-de-seres-humanos>. Acesso em 18/10/2016.

Vale destacar que o tráfico de pessoas é um problema que tem mobilizado autoridades internacionais de 190 países, incluindo o Brasil. Segundo o site “Desaparecidos do Brasil” (www.desaparecidosdobrasil.org), por meio da Difusão Amarela, a INTERPOL busca pessoas desaparecidas ou perdidas, em razão de ato criminoso ou em caráter humanitário, objetivando principalmente a busca de menores de idade, pessoas com deficiência física ou psicológica.

Oliveira (2007) aborda também a questão da exigência das 24 horas ou mais para o registro dos Boletins de Ocorrências nas delegacias, como uma atitude que contribui para a concretização dos desaparecimentos. Portanto, se os BOs e as buscas fossem realizados de imediato em todos os casos, as chances de localizações seriam maiores, já que as pessoas que sumiram poderiam estar ainda nas proximidades do local em que foram vistas pela última vez, ou na própria cidade ou unidade de federação, o que pode não ocorrer com o decorrer das horas.

Além do que já citamos, os desaparecimentos também estão relacionados à perda de contatos com familiares e conhecidos. Entre estes casos estão aqueles em que as pessoas procuram por entes que não conhecem e/ou aqueles em que pessoas acabaram se distanciando umas das outras por algum motivo. Assim, são vários os casos em que filhos/filhas procuram por pais/mães que nunca viram, parentes que viajaram para outros estados em busca de emprego e que acabaram perdendo o contato com a família, entre outros.

Outro determinante de desaparecimentos são os afogamentos, que ocorrem principalmente no verão, período em que geralmente as pessoas estão de férias e costumam frequentar praias e rios.

Os desastres também podem provocar o sumiço de pessoas. Um estudo realizado por Renata Oliveira sobre a megacatástrofe ocorrida na região Serrana do Rio de Janeiro (em janeiro de 2011) aponta que ocorreram “cerca de 900 mortos, 35.000 desalojados e desabrigados e aproximadamente 400 desaparecidos” (PORTAL G1, 2011 *apud* OLIVEIRA, 2014, p.15). Os sobreviventes deste desastre sentem na pele o descaso e o abandono dos “governantes que não demonstraram interesse nem comprometimento com a reconstrução das comunidades destruídas pela tragédia, além das inúmeras denúncias de desvio de doações e verbas destinadas à população” (OLIVEIRA, 2014, p.8). Além das mortes e desaparecimentos, as perdas nestes casos ainda incluem “imóveis, emprego e locais de referência (como escola, igreja, entre outros)”, que impactam em toda a comunidade.

1.3 Campanhas e debates, ocorridos a partir da década de 1990, sobre o desaparecimento de pessoas

O recorte temporal aqui se dará a partir da década de 1990, porque foi quando algumas campanhas e debates acerca do desaparecimento de pessoas passaram a ganhar visibilidade no Brasil. Tais discussões, seja por meio de fóruns, campanhas de empresas, organizações governamentais ou não-governamentais e outras, mesmo sendo ainda escassas e pouco abrangentes, são de fundamental importância para fortalecer o debate sobre o tema, garantir maior visibilidade aos desaparecidos, e chamar a atenção do poder público para a gravidade do problema, que necessita com urgência da implementação de políticas sociais que deem conta desta triste realidade.

A partir desta década, o desaparecimento de pessoas começa a ser visto como problema social perante a sociedade, movimentos de luta passam a ser conhecidos mundialmente por meio da mídia, que a partir daí passa a dar maior ênfase aos casos de desaparecimentos ocorridos no Brasil. Mães de desaparecidos iniciam suas mobilizações, fazendo denúncias públicas sobre os desaparecimentos dos filhos, provocados por agentes do Estado. Enquanto isso, outros desaparecimentos vão sendo divulgados pelos veículos midiáticos, o que acaba chamando a atenção da autora Glória Perez, que insere a discussão sobre o desaparecimento de pessoas em sua novela intitulada *Explode Coração* (1995).

Para além das discussões promovidas pela mídia, que voltaremos a tratar no decorrer deste trabalho, em 1998 um evento internacional traz a tona o desaparecimento de pessoas, especificamente o de crianças que foram raptadas por pais ou mães. O evento apontou “os horizontes para a abordagem da abdução de crianças pelos pais” (OLIVEIRA, 2007, p.81) e recebeu o nome de International Forum on Parental Child Abduction (*Idem*), alertando sobre um problema que necessita da atenção dos Estados.

Ao longo dos anos, o espaço público mais utilizado como fonte de divulgação dos desaparecidos foram os postes de energia, as praças, rodoviárias, aeroportos e ônibus. Um exemplo deste último é a campanha “Seu filho desapareceu? Procure o projeto caminho de volta” ocorrida em 2006, na qual, segundo Fígaro-Garcia (2010), funcionários das empresas de transportes urbanos e rodoviários, Sociedade Civil Campineira (SOCICAM) e São Paulo Transporte S.A, receberam instruções e foram capacitados no período de duas semanas sobre “o que é o desaparecimento de crianças e adolescentes, sua gravidade e importância de ser

registrado e a quem recorrer se uma criança ou adolescente for encontrado nos terminais ou nos ônibus e que seja suspeito de ser desaparecido” (FÍGARO-GARCIA, 2010, p.104).

A ideia desta campanha partiu do projeto Caminho de Volta¹⁶, que ao entrevistar crianças e adolescentes que haviam sido localizados, observaram que os mesmos afirmavam que geralmente “frequentavam terminais urbanos e rodoviários e ficavam andando de ônibus pela cidade e, às vezes, chegavam a dormir lá” (*Idem*). Assim, percebeu-se a necessidade de divulgar o projeto nestes lugares para que todos soubessem que podiam contar com os responsáveis do projeto em caso de desaparecimento.

Um marco para a discussão sobre o tema foi o I Encontro da REDESAP - Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos realizado em Brasília/DF, entre os dias 23 a 26 de novembro de 2005, com o objetivo de fortalecer a interação dos órgãos de atendimento a casos de crianças e adolescentes desaparecidos e promover maior comunicação e conscientização entre os mesmos, resultando em um documento (a Carta de Brasília) que apresenta e defende um conjunto de diretrizes para a estruturação da política de atendimento neste âmbito, conforme estabelecido pelo ECA em seu artigo 87, segundo informações disponíveis no site da ONG Mães do Brasil¹⁷. Portanto, a REDESAP é

uma instância de debates e formulação de estratégias de enfrentamento ao desaparecimento de pessoas que articula 47 instituições, entre organizações não governamentais (ONGs) e órgãos de administração pública, como conselhos tutelares, delegacias de polícia e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) (FERREIRA, 2013, p.194).

Mas este não foi o único encontro da Rede. Segundo Ferreira (2013), os encontros continuam acontecendo anualmente tanto a nível nacional como regional e são abertos ao público interessado. Nesta perspectiva também ocorrem os Encontros Nacionais sobre Pessoas Desaparecidas e Desastres de Massa, sendo que o primeiro ocorreu em 2010, na Bahia.

Outro relevante momento de discussão acerca do tema ocorreu em 2009, quando a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes - com membros da Câmara Federal e do Senado, esteve em São Paulo no intuito de apurar as

16. De acordo com o site <http://www.caminhodevolta.fm.usp.br>, o Projeto Caminho de Volta foi desenvolvido na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em parceria com a Secretaria de Segurança Pública no ano de 2004. Sua finalidade é auxiliar as famílias de crianças ou adolescentes desaparecidos por meio de tecnologia, criando bancos de dados e bancos de DNA dos seus familiares. Mais iniciativas deste projeto em Fígaro-Garcia (2010, p.104).

17. Disponível em: blogdasmaesdobrasil.blogspot.com.br. No texto de Oliveira (2007), um dos mais conhecidos pesquisadores do desaparecimento de pessoas no país, é disponibilizado este conjunto de diretrizes da Carta de Brasília.

causas dos desaparecimentos ocorridos no estado. Na oportunidade, representantes de diversos segmentos sociais e pesquisadores do tema puderam discuti-lo, trazendo contribuições tais como as do pesquisador Neuman, que afirma durante o evento terem refletido

que o desaparecimento de crianças e adolescentes ocorre por um processo histórico de exclusão [...] Neste sentido para compreender o desaparecimento de crianças e adolescentes e deve-se pensar no aspecto econômico. Numa sociedade pautada na injustiça social e na desigualdade, o Estado não pode se desresponsabilizar sobre o que ocorre com os mais fragilizados (NEUMAN, 2010, p.109).

O autor também afirma que, neste espaço, alertou sobre a falta de mecanismos de justiça que regule a questão do desaparecimento de pessoas; sugeriu a ampliação de ações para o aperfeiçoamento do sistema de busca e localização de crianças e adolescentes; propôs também a ampliação de estudos e pesquisas sobre o tema nas Universidades, e outras indicações.

Em se tratando de divulgação, notadamente, as campanhas com maior visibilidade estadual ou nacional são realizadas por Organizações não-governamentais (ONGs) que atuam junto aos familiares de desaparecidos, em parceria com outras instituições ou empresas privadas. Para exemplificar temos a extinta ONG Movimento Simone Pinho¹⁸, que contou com o apoio da Companhia de Energia da Bahia (Coelba) para a divulgação de desaparecidos nas contas de energia entre os anos de 2008, 2009 e 2010. De acordo com a entrevista que fizemos com Josenilda (presidente desta ONG), a empresa inseria *“04 fotos de pessoas desaparecidas nas contas de energia a cada 3 meses”*. O que para Josenilda *“foi de grande valia, pois a propagação de informação sempre é bem vinda na luta em busca de um desaparecido”*. Essa parceria funcionava assim: a presidente da ONG enviava as fotos para esta empresa que as anexava às contas, juntamente com o número de telefone da ONG, que ao receber as ligações com alguma informação sobre o desaparecido certificava-se da veracidade das informações e depois tomava as devidas providências para que ocorresse o reencontro com as famílias¹⁹.

Outro exemplo de campanhas realizadas por este tipo de organização são as da ONG Mães da Sé²⁰, que já desenvolveu várias campanhas acerca do tema, como em 2014, com a realização da copa do mundo no país e o crescente temor com relação ao rapto e a adoção

18. Voltaremos a tratar do trabalho da ONG Movimento Simone Pinho no 2º capítulo.

19. Informações disponíveis no site Vidas Suspensas (<http://vidassuspensas.blogspot.com.br>).

20. Informações disponíveis no site da ONG Mães da Sé: www.maesdase.org.br. Também abordaremos o trabalho desta ONG no próximo capítulo.

ilegal, a ONG junto à agência de publicidade NewStyle, perceberam que o momento era apropriado para a divulgação dos desaparecidos por meio da Campanha “Figurinhas Desaparecidas”, na qual eram distribuídos adesivos com a imagem de pessoas desaparecidas.

A mais recente campanha desta ONG é a de nome “Procurando Nossos Filhos”, baseada no filme “*Procurando Dory*”, que estreou no Brasil no dia 30 de junho de 2016. O filme narra a história de Dory, que se perdeu da família e tenta reencontrá-la. Segundo o site Estadão (<http://emails.estadao.com.br/noticias/...>), a ONG contou com a parceria de 20 salas de cinema, espalhadas por várias cidades brasileiras. A campanha ocorre com a exibição de um vídeo antes do filme, sendo que o nome de Dory é substituído pelo nome das crianças desaparecidas, demais informações e fotos.

O Movimento Nacional pela Pessoa Desaparecida começou a ser organizado em 2013. De acordo com Graça (2014), este movimento conta com o apoio de mães e movimentos sociais como Mães em Luta, Mães da Sé, Fundação da Criança de São Bernardo, profissionais de psicologia e direito e também a Internacional Centre For Missing & Exploited Children²¹. Trata-se da realização de ações coletivas voltadas para a “defesa dos direitos das pessoas desaparecidas e familiares, com manifestações públicas do tipo passeatas e eventos em dias comemorativos (Dia Internacional dos Desaparecidos, Dia das mães, Dia das Crianças)” (GRAÇA, 2014, p. 67). Estas ações em rede são de grande relevância para fomentar a discussão sobre o fenômeno social do desaparecimento de pessoas e suas determinações, refletir sobre mecanismos de prevenção, além de contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas para a defesa e garantia do direito da pessoa desaparecida e da sua família²².

Assim sendo, o desaparecimento de pessoas é considerado como um problema que inspira atenção internacional. Ele está presente em várias partes do mundo e por isso necessita de ações conjuntas entre organizações nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos como a Anistia Internacional, Humans Rights Watch, Comitês de Direitos Humanos da Organizações das Nações Unidas (ONU), e a Corte interamericana de direitos humanos da

21. Segundo Graça, a Organização Americana Internacional Centre For Missing & Exploited Children” está no Brasil desde 2011 com “unidade localizada em Brasília responsável pelas formulações de Políticas Públicas para América Latina” (GRAÇA, 2014, p. 67).

22. Para os fins da presente pesquisa o conceito de família que utilizamos é o que consta na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na qual a família é definida como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade” (BRASIL, PNAS, 2004, p.44). Assim, trataremos como mãe, pai, filhos, irmãos, etc., aqueles que declararam assumir um destes papéis sociais, sem levar em consideração se os laços que os unem são consanguíneos ou de afinidade. Ressaltamos que aqui não discutiremos os tipos de famílias.

organização dos Estados Americanos, conforme enfatiza Graça (2014, p.67). Segundo a autora, estas instituições recebem “denúncias sobre a violação de direitos humanos de indivíduos, grupos e setores, abrindo processo internacional quando evidencia-se o não cumprimento das normas internacionais de direitos humanos nos países signatários” (*Ibidem*).

As datas comemorativas são um momento oportuno para a discussão das problemáticas que motivaram a criação das mesmas. Assim, o dia 25 de maio foi declarado como o dia Internacional da Criança Desaparecida e neste dia são realizadas discussões e mobilização pela causa da criança desaparecida em âmbito mundial. No Brasil, foi instituída a Semana de Mobilização Nacional para a Busca e Defesa da Criança Desaparecida (Lei nº 12.393/2011), que anualmente ocorre entre os dias 25 a 31 de março. De acordo com o Ministério da Justiça, nestes dias são ampliadas as “ações estratégicas de mobilização da sociedade em prol da proteção e localização de crianças e adolescentes desaparecidos”, assegurando a este público “o direito à convivência familiar e comunitária”.

O Estado também realiza algumas campanhas, um exemplo disso é quando agentes do corpo de bombeiros e da polícia alertam sobre crianças perdidas em praias, eventos, em locais com imensa concentração de pessoas, e também o Disque-Denúncia (organização governamental) que realiza campanhas em âmbito nacional, por meio da televisão e da internet, visando alertar a sociedade sobre os desaparecidos bem como localizá-los.

Como os campeonatos de futebol atraem a atenção de inúmeras pessoas pelo mundo, este evento pode ser utilizado para a divulgação de pessoas desaparecidas. Em setembro de 2016, a Comissão Brasileira de Futebol (CBF) em parceria com a Agência Z+, Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) e Rede Globo realizaram a campanha “Perdidos na Multidão”. Segundo os sites “Meio e Mensagem” (<http://www.meioemensagem.com.br>) e “Estadão” (<http://esportes.estadao.com.br>), durante a partida entre Brasil e Colômbia, na Arena Amazônia (em Manaus), voluntários que estavam nas arquibancadas levantaram cartazes com imagens de menores desaparecidos. Esta campanha resultou na localização de uma criança desaparecida há 2 anos, encontrada em uma creche. No dia 28 de março do ano corrente, ocorreu a segunda etapa desta campanha, na qual ex-atletas entraram na Arena Corinthians (em São Paulo), com fotos de crianças desaparecidas, durante o intervalo do jogo entre Brasil e Paraguai.

É importante salientar que as poucas (e muito relevância) pesquisas e discussões sobre o desaparecimento de pessoas abordam mais a temática no âmbito da criança e do adolescente. Não se pode negar que há um silêncio constituído acerca do tema de um modo

geral, todavia este silenciamento é ainda maior no que diz respeito às pessoas adultas, idosas, com deficiência. Algumas pesquisas tratam do adulto desaparecido trazendo ótimas reflexões, porém sem adentrar tanto na questão dos idosos ou das pessoas com deficiência, o que provavelmente pode ocorrer devido à escassez de dados estatísticos.

Portanto, ao trazermos alguns dos momentos de discussões ocorridos nas duas últimas décadas, percebemos que é urgente a ampliação dos espaços de debates a respeito do tema. É necessário que as discussões adentrem as casas, as escolas, as universidades e os vários espaços de convívio social. É preciso que todos estejam informados sobre este problema que faz parte da realidade de várias famílias brasileiras. As imagens das pessoas que somem precisam ser divulgadas para que reencontros se tornem possíveis, sobretudo é preciso que os olhares dos formuladores de políticas públicas voltem-se para a questão do desaparecimento de pessoas, com vistas à prevenção de novos casos, bem como a dar respostas ao apelo das várias famílias que convivem com este grave problema social.

2. CAPÍTULO II: MOVIMENTOS SOCIAIS E A MILITÂNCIA POLÍTICA DAS MÃES DE PESSOAS DESAPARECIDAS

“[...] não saber o que aconteceu com seu ente querido é a pior situação. Você morre por dentro a cada segundo”.

(Josenilda Lima)²³.

No presente capítulo abordaremos as ações coletivas desenvolvidas por mães enquanto militantes dos direitos das pessoas desaparecidas e de seus familiares. Buscaremos enfatizar o que tem sido feito por estas mães, que, ao institucionalizarem suas ações de busca e divulgação de desaparecidos, acabam muitas vezes preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado. O fato de conseguirem transformar experiências traumáticas em luta política, motivando a criação de legislações voltadas para as pessoas desaparecidas, chama a nossa atenção e nos faz considerar relevante refletirmos sobre este tipo de movimento.

A sociedade é composta por sujeitos com necessidades diversas e nem sempre atendidas pelo Estado, que muitas vezes negligencia os direitos da população em prol dos seus próprios interesses econômicos. Estes direitos para serem assegurados necessitam da intervenção de atores sociais, tais como os movimentos sociais, cujo processo de luta tem contribuído para a conquista, o respeito e a ampliação dos direitos sociais²⁴.

De acordo com Gohn,

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo [...] (GOHN, 2008, p. 251).

23. Josenilda Lima é a fundadora da extinta ONG Movimento Simone Pinho, da Bahia.

24. De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)” (Emenda Constitucional Nº 90, de 2015). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 02 de março de 2017.

As demandas de determinado grupo ou classe social são representadas pelos movimentos sociais, que, com ações materializadas por meio de manifestações, ocupações, protestos, passeatas, conseguem sensibilizar mais indivíduos a também lutarem pela causa. Em suma, estes movimentos surgem por diversos motivos e suas ações coletivas geralmente visam defender direitos e alcançar mudanças sociais em torno de problemas ou interesses específicos, tendo a identidade como princípio norteador do sentimento de pertencimento e da solidariedade à causa.

A autora enfatiza que não há um único conceito de movimentos sociais, como também “nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre eles”, pois eles “são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais”. Tais processos influenciam na dinâmica dos movimentos, fazendo com que estes sejam transformados na medida em que novos objetos de lutas sociais vão se configurando.

Guimarães (2011) ressalta que nem toda a forma de ação coletiva (protestos, manifestações e outras) pode ser considerada Movimento Social (MS), “embora a existência de objetivos em comum e estratégias de organização e mobilização, aliados a outros componentes, sejam importantes para a constituição de um MS” (GUIMARÃES, 2011, p.6). Desta forma, a autora citando Scherer-Warren defende que “os movimentos sociais referem-se à organização de um sujeito coletivo constituído por um grupo que compartilha identidades” (*Idem*) através de “uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (SCHEREN-WARREN, 1987, p.12 *apud* GUIMARÃES, 2011, p.6). Estas características exercem relevante influência na construção de um movimento social organizado.

A década de 1990 foi um período marcado por transformações econômicas, políticas e sociais, somadas ao avanço da tecnologia e da globalização. No que diz respeito especificamente aos movimentos sociais, esta década é considerada por alguns autores como o período em que ocorreu a institucionalização²⁵ de alguns movimentos sociais, tornando-se Organizações não governamentais (ONGs).

As ONGs integram a sociedade civil, esta “tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e “complementares”, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os *laços de solidariedade*” (IAMAMOTO, 2004, p.31). Tais

25. Sobre este assunto consultar os trabalhos de CISNE, Mirla. Institucionalização dos Movimentos Sociais: uma reflexão sobre luta de classes na contemporaneidade; e MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. Os autores fazem uma crítica acerca da institucionalização dos movimentos sociais no contexto de avanço do ideário neoliberal.

organizações são consideradas sem fins lucrativos e integram o terceiro setor, pois estão entre o Estado (público) e o mercado (privado), são públicas não estatais, embora muitas sejam mantidas com recursos do Estado.

Parafraseando Gohn (2001, p.206-207), estas organizações foram criadas a partir da descrença que a sociedade civil passou a ter com relação à política, os políticos e as ações do Estado, em contrapartida, a sociedade civil passa a acreditar mais em sua própria capacidade de fazer política a partir da busca por seus objetivos individuais.

A criação destas organizações se deve também ao “fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, coordenadas por ONGs” (GOHN, 2008, p.308), como a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), a criação da Central dos Movimentos Populares (CMP) e o “surgimento e/ou desenvolvimento de movimentos internacionais” (idem, p.308-309), como a Anistia Internacional, uma entidade que defende os direitos humanos e se expandiu pelo mundo, chegando ao Brasil, em virtude do processo de globalização, com uma atuação que mistura “ONG e movimentos sociais” (Gohn, 1997 *apud* GOHN, 2008, p.309).

Com o avanço da globalização, começa a se expandir pelo mundo as ações coletivas voltadas para outras necessidades humanas para além da relação antagônica entre capital *versus* trabalho, no sentido econômico da “luta de classes” (utilizando a expressão de Marx), o que também se reflete no Brasil. Ou seja, nos anos 1990 surgem “novos movimentos sociais centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana” (GOHN, 2008, p.305). Segundo a autora, neste período ocorre um deslocamento do conceito de cidadania individual, passando a ser visto de forma coletiva, ampliada, isto é, a demanda do outro passa a ser reconhecida enquanto direito.

Para a autora o “novo”²⁶ dos movimentos sociais está relacionado a dois eixos:

Primeiro, deslocou-se o eixo das reivindicações populares, antes centradas em questões de infra-estrutura básica ligadas ao consumo coletivo (transportes, saúde, educação, moradia etc.), para reivindicações relativas à sobrevivência física dos

26. Como exemplo destes novos movimentos a autora cita alguns voltados para as questões de raça/etnia (Movimento negro, Movimento dos índios), de gênero (Movimentos Feministas, Movimentos pelo fim da violência contra as mulheres), da ética na política (Movimento ética na política e Movimento estudantil “Caras pintadas” (responsáveis pelo impeachment do ex-presidente Collor)), do meio ambiente (Movimento de defesa da Amazônia, Greenpeace), da reforma agrária (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Movimentos em torno das questões sociais advindas da idade (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento dos Aposentados), contra a miséria (Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida), além dos movimentos voltados para a valorização da cidade e a convivência em uma sociedade menos violenta como os Movimentos pela paz: “Viva Rio” e “Viva São Paulo”, dentre outros, conforme Gohn (2008). Cabe salientar que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi fundado na década de 1980, mas é somente na década de 1990 que ele ganha maior estrutura e notoriedade, transformando-se “no maior movimento popular do Brasil” (GOHN, 2008, p.305). Nesta década “centenas de trabalhadores foram mortos em conflitos pela posse da terra” (Idem), o que repercutiu na mídia nacional e internacional.

indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual de alimentos [...] Retomou-se a questão dos direitos sociais tradicionais [...] como o direito à vida e à sobrevivência. O aumento da miséria, em particular nos grandes centros urbanos, é o principal fator explicativo dessa primeira direção. O segundo localiza-se no plano da moral, que ganhou lugar central como articulador dos fatores que explicam a eclosão das lutas sociais [...] (GOHN, 2008, p.309).

Entre os fatores que motivaram as reações populares em torno da moral estavam “a violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida política nacional etc.” (*Idem*). O cenário econômico, político e social do país nesta década era propício às mobilizações:

[...] o desemprego, a insegurança, a corrupção que levou ao processo de *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello, o aumento da violência nas ruas, os arrastões nas praias cariocas, as chacinas de menores, os sequestros – que se tornaram uma rotina, levando a imprensa a falar numa “indústria de sequestros” – a intensificação do narcotráfico e do consumo de drogas – basicamente pelos jovens – [...] (GONH, 2008, p.306).

Estes fatores fizeram com que a população, “principalmente a classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro” (*Idem*, p.307), respondesse positivamente, organizando movimentos pelo fim da violência, como já citamos.

Especificamente sobre as mobilizações de mulheres, Graça (2014) afirma que ganharam destaque no cenário brasileiro desde as décadas de 1970 e 1980, impulsionadas pela construção da categoria gênero, que contribuiu decisivamente “para a interpretação das diferenças e desigualdades sociais, principalmente no âmbito das relações entre sexos, raças/etnias e classes sociais” (GRAÇA, 2014, p.30) nas quais se nota a exclusão do gênero feminino e também devido aos vários homicídios de mulheres, expressando um fenômeno reproduzido mundialmente. Entretanto, também foi a partir da década de 1990 que surgiram as primeiras organizações de mulheres em movimentos de mães que buscavam por resposta sobre o desaparecimento e/ou assassinato dos filhos. Neste sentido as precursoras são as Mães de Acari e as Mães da Cinelândia, ambas do Rio de Janeiro, motivadas pela visibilidade que a luta das madres Argentinas ganhara nesta década.

Estes movimentos ganharam visibilidade midiática e social. Estas mães protestavam contra a omissão do Estado frente à violência e os desaparecimentos de pessoas, sejam estes de cunho misterioso ou determinados pelas violências urbanas e institucionais. Segundo Freitas, “o que uniria essas mulheres seria a maternidade e a violência que as tinham separado de seus filhos, mortos ou sequestrados” (FREITAS, 2002, p. 69).

Graça enfatiza que estas mães eram:

Mulheres que empoderadas e apoiadas na função social da maternidade, como fonte de legitimidade pública, política e de identidade coletiva, denunciam, avaliam e exigem providências das autoridades competentes em relação à violação dos direitos sociais, humanos e/ou políticos de seus filhos, como o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, o direito de ser presumido inocente e, quando necessário, a garantia de um julgamento justo (GRAÇA, 2014, p.13).

Portanto, no momento em que estas mães passam a ter noção dos seus direitos, e percebem que os direitos dos filhos não estavam sendo respeitados, elas saem às ruas e passam a exigí-los. De maneira geral, o que estas mães buscam é um olhar mais atento do poder público para a problemática do desaparecimento de pessoas, como questão de direito e justiça social.

É importante destacar que o empoderamento de mulheres está associado ao poder de participação feminino nas decisões políticas, sociais e econômicas. Empoderar uma mulher significa assegurar a igualdade de gênero, contribuindo para que esta conquiste o seu reconhecimento profissional e o seu espaço de fala. Todavia, é importante ressaltar que o termo empoderar não deve ser utilizado apenas para mulheres e sim para todas as minorias (negros, indígenas, comunidade LGBT, e outros) que lutam constantemente para a ampliação do acesso a espaços historicamente negados.

Em sua análise sobre três movimentos de São Paulo (Mães da Sé, Mães em Luta e Mães de Maio), criados a partir da década de 1990 (quando as ações das Madres argentinas ganham maior visibilidade no país com a difusão da informação) por mães de pessoas desaparecidas misteriosamente ou mortas pela violência policial, Graça (2014) afirma que estes grupos apropriaram-se do repertório²⁷ de ações coletivas destas Madres para dar início às suas lutas. Em outras palavras, os novos movimentos sociais de mães de desaparecidos herdaram estes repertórios (ocupações de praças, protestos, campanhas, vigílias, etc.) podendo adequá-los, inová-los ou modificá-los de acordo com a realidade social, cultural e política na qual estão inseridas.

Assim sendo, estes movimentos “apropriaram-se das condições políticas existentes e, apoiados por redes específicas de ativismo e de defesa de direitos, obtiveram as estruturas

27. Repertório aqui tem a ver com um “[...] conjunto limitado, familiar, historicamente criado de performances reivindicativas que, sob a maioria das circunstâncias, circunscreve em muito os meios pelos quais as pessoas se engajam em confrontos políticos” (TILLY, 2006 *apud* ALONSO, 2012:36 *apud* GRAÇA, 2014, p.56).

necessárias para sua organização” (GRAÇA, 2014, p.17). Gohn, citando Tarrow, ressalta que nas bases destas ações “há redes sociais e símbolos culturais por meio dos quais as relações sociais estão organizadas” (GOHN, 2008, p.98). Ela enfatiza quais são estas estruturas essenciais: “oportunidades políticas²⁸, repertórios, redes e marcos referencias, são os materiais básicos para a construção de um movimento social” (*Idem*). Mesmo as oportunidades políticas tendo “centralidade no processo”, é preciso salientar que é por meio da combinação de todos estes elementos que se desencadeia uma ação coletiva.

Portanto, as estruturas de oportunidades políticas são necessárias para a formação dos movimentos sociais e precisam ser “percebidas e aproveitadas pelos ativistas, pois a partir delas é que se tem uma visão do ambiente político, com seu grau de resposta repressiva ou de sua capacidade de negociação, inclusive fornecendo aliados à luta” (GRAÇA, 2014, p.52).

Tanto as oportunidades políticas quando as restrições variam de um lugar para outro, dependendo do seu sistema político, impactando no sentido da “participação e/ou exclusão, de recursos disponíveis para a ação coletiva, revelando aliados e expondo as fragilidades de seus oponentes, assim disponibilizando informações estratégicas para as estruturas de mobilização, como as redes, os partidos, as ONGs e elites intelectuais” (*Idem*, p.52-53).

Além das oportunidades políticas, Graça ressalta que os grupos precisam também das “estruturas de mobilização” para terem sucesso em suas ações. Estas estruturas dizem respeito aos recursos utilizados para as ações coletivas, “com suas estratégias, estruturas materiais e cognitivas, tornando-se dependentes das ONGs, redes de apoio, órgãos públicos, e as mais variadas instituições que possam oferecer suporte para campanhas” (GRAÇA, 2014, p.53). Assim sendo, os movimentos sociais precisam utilizar-se desta categoria para organizarem estratégias, alocar recursos e parcerias para levar à frente seus projetos.

Ressalta-se que a emergência desses movimentos está relacionada com a percepção que as mães vão tendo de que a questão do desaparecimento é um problema social e uma violação de direitos, que como tal precisa obter respostas do Estado. Então:

A emergência dos movimentos sociais de mães está inscrita na percepção da violação de direitos, a partir do momento em que as mães começam a construir a ideia de direitos sociais, civis e políticos, em substituição a paradigmas pré-

28. “Estruturas de oportunidades políticas são: as dimensões consistentes - mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais do ambiente político, que facilitam ou dificultam a ação coletiva”. (TARROW, 2009 *apud* GRAÇA, 2014, p.52). Gohn, esclarece que Tarrow foi “consagrado como um dos principais teóricos dos movimentos sociais nos anos 90” (GOHN, 2008, p.92), realizando avanços no que diz respeito a teoria dos movimentos sociais. Contudo, segundo ela, “Tarrow não privilegia a identidade coletiva do grupo” (GRAÇA, 2014, p.95), um termo muito utilizado nesta pesquisa, por contribuir na conquista de novos militantes para a causa defendida.

definidos em relação a problemática do desaparecimento e/ou assassinato de seus filhos, como por exemplo, passam a questionar a interpretação do fenômeno [*sic*] de desaparecimento como problema familiar, e/ou desconstruir a culpa da tragédia imputada à própria vítima [...] (GRAÇA, 2014, p.18).

Estes fatores serviram de motivação para a construção dos movimentos sociais de mães, que passam a reivindicar do poder público maior atenção aos desaparecimentos de seus filhos, não aceitando que estes fossem naturalizados nem circunscritos apenas à esfera privada da família.

Portanto, nos próximos tópicos abordaremos ações em torno da busca e divulgação desenvolvidas por mães de desaparecidos, a partir da década de 1990. A princípio estas ações eram em prol de suas próprias causas e depois, ao unirem estes esforços, as institucionalizam e passam a lutar também pelas causas de outras mães e familiares que enfrentam o mesmo problema. Assim, procuramos dialogar com as ações e parcerias adquiridas ao longo do caminho, os desafios enfrentados e os resultados atingidos. Ressalta-se que antes de abordarmos as organizações brasileiras, trataremos da luta social daquelas que são as precursoras dos movimentos sociais de mães de desaparecidos, cuja maneira de realizar as ações difundiu-se na América Latina neste período. Estamos nos referindo às Madres de Plaza de Mayo, que, conforme relata Araújo (2007), ao ocuparem um relevante espaço público, inspiraram o surgimento de movimentos sociais brasileiros como o Grupo Tortura Nunca Mais e as Mães de Acari. Assim, posteriormente, abordaremos as ações das Mães de Acari (Rio de Janeiro), Mães da Sé (São Paulo), Mães em luta (São Paulo) e Movimento Simone Pinho (Bahia), nesta ordem.

Por meio da entrevista que realizamos com a fundadora, buscaremos nos aprofundar mais no trabalho desta última organização, por sua localização geográfica pertencer ao recorte espacial desta pesquisa. Assim, a escolha²⁹ destas instituições deve-se ao fato de ambas terem o desaparecimento de pessoas como motivo para a sua criação. Isto é, todas foram fundadas por mães de desaparecidos. As organizações são (ou foi, no caso específico da ONG Simone Pinho) utilizadas (utilizada) por familiares como mecanismos de busca por desaparecidos. Ao chamarem a atenção da mídia e da sociedade para o desaparecimento enquanto problema social, elas fizeram com que o poder público criasse algumas legislações voltadas para a garantia do direito da pessoa desaparecida e de seus familiares.

29. No Brasil, existem outras ONGs que atuam frente a esta problemática e já conquistaram o reconhecimento social do seu trabalho, como a Mães do Paraná (Cridespar), Mães do Brasil (Portal Kids), Instituto Impar, dentre outras. No entanto, devido à falta de espaço optamos por abordar somente aquelas organizações.

Porém, mesmo diante da luta destes movimentos sociais, no Brasil estas leis estão surgindo timidamente, não possuindo de fato um caráter universalizante. Veremos que estas mães ainda têm muitos motivos para continuarem na luta.

2.1 A experiência argentina: Madres de Plaza de Mayo

Após o golpe de 1976, inicia-se a última Ditadura Militar na Argentina que vai até o ano de 1983 e é considerada como o mais violento de todos os regimes militares da América Latina. Então o país passa a viver um intenso processo de atentado aos direitos humanos, que deixaram o saldo negativo de cerca de 30 mil mortes e desaparecimentos, o que fez com que, em 30 de abril de 1977, surgisse no país um movimento organizado por mães de desaparecidos políticos. Este movimento ficou conhecido mundialmente como “Madres de Plaza de Mayo” ou Mães da Praça de Maio³⁰ (em português).

Estas mães, arriscando suas vidas, saíam às ruas e órgãos públicos procurando pelos filhos de forma individualizada e depois foram se juntando a outras mães que tinham o mesmo objetivo, quando em 1977, um grupo com cerca de 14 mulheres (depois mais de 200) se encontraram na Praça de Maio e formaram a associação, que teve como fundadora Azucena Villaflor de Devicenti, a qual neste mesmo ano foi sequestrada e morta pelos ditadores. Gonçalves relata:

“[...] Para o Estado ditatorial, as práticas das Madres, com quebra do isolamento, reuniões e buscas pelos desaparecidos constituíam um crime. Em dezembro do mesmo ano, começaram os sequestros e desaparecimentos de Madres e de seus parentes e amigos. Uma das primeiras protagonistas do movimento, a Azucena, mulher com nome de flor, desapareceria para nunca mais voltar.” (GONÇALVES, 2014, p.3).

É por meio de desaparecimentos forçados, torturas e mortes que geralmente os ditadores passam a mensagem do quanto pode ser perigoso enfrentá-los. No Brasil, Zuleika Angel Jones (ou Zuzu Angel), mesmo não estando inserida em alguma instituição social,

30. No Brasil existe um movimento homônimo. É o movimento Mães de Maio da Democracia Brasileira (ou somente Mães de Maio), criado em 2006, em São Paulo. O seu nome faz “referência ao mês de maio do corrente ano, e a identificação com o movimento das Madres da Plaza de Mayo na Argentina”. (GRAÇA, 2014, p.47). O movimento “é composto por ativistas que tiveram seus filhos assassinados pela ação policial, num momento em que havia tensões e confrontos entre o Estado e a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital, 1993). Essas mães das Cidades de Santos e São Vicente se organizaram na luta contra a execução sumária realizada por policiais, ex-policiais e grupos de extermínios, e também pela federalização da apuração dos crimes cometidos contra seus filhos, em maio de 2006” (GRAÇA, 2014, p.48).

lutou até os últimos dias de vida para localizar o corpo do filho Stuart Edgar Angel Jones, torturado e assassinado no período da ditadura, além de fazer denúncias das arbitrariedades do regime militar, até morrer em 1976 em um acidente de carro suspeito³¹.

Os crimes cometidos neste período também fizeram surgir no país uma organização política denominada “Grupo Tortura Nunca Mais”³², fundada oficialmente em 1985, tendo, segundo Araújo (2007), a figura feminina como maioria entre os integrantes, defende até hoje os Direitos Humanos e a luta contra todas as formas de agressão e abusos cometidos contra o ser humano pelos representantes do Estado, buscam esclarecer as mortes e desaparecimentos de militantes políticos e também fazer com que a memória deste período não seja esquecida, assim como estas pioneiras Argentinas.

As Madres além de lidar com o desaparecimento dos filhos ainda tiveram de superar o medo de serem também vitimadas pela agressividade do regime e continuar lutando por seu objetivo maior naquele momento: saber o paradeiro dos filhos e netos. Mas mesmo diante das intimidações e ameaças elas não recuaram. Transformaram a dor em luta. No intuito de alcançar o objetivo, as mães reuniam-se (e reúnem-se até os dias atuais) na Praça de Maio, em Buenos Aires e lá permaneciam de pé, em silêncio e paradas esperando uma resposta sobre o paradeiro dos filhos, marchando em volta do monumento Pirâmide de Maio (que simboliza a independência do país), como forma de protesto. E este ato é realizado até os dias de hoje, sempre as quintas-feiras à tarde, com todas as integrantes utilizando lenços brancos na cabeça (simbolizando as fraldas dos filhos).

Com o início da Copa do Mundo de 1978, intensificaram as repressões, mas as mães queriam aproveitar a presença dos jornalistas de outros países para fazer suas denúncias. Assim, seus rituais de protestos foram tão intensos que chamaram a atenção destes profissionais, que divulgaram pelo mundo imagens das mães munidas de cartazes com fotos dos filhos e faixas com frases que exigiam informações a respeito do paradeiro dos mesmos. A partir daí, o movimento ganha visibilidade internacional.

31. Informações disponíveis no site <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/zuzu-angel>.

32. Fundada oficialmente em 25 de setembro de 1985, no Rio de Janeiro, como instrumento de luta das famílias das pessoas que foram torturadas, morreram ou desapareceram durante este período. Suas ações atuais giram em torno da abertura de arquivos militares, denúncias de ex-torturadores militares que ocupam cargos públicos, busca por reparação aos que foram prejudicados pelo regime, participação no projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, dentre outras. Esta ONG continua ativa até os dias de hoje e além do Rio de Janeiro tem filiais nos estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia, pois é preciso que todos lembrem os crimes que marcaram esse período, é preciso que os algozes paguem pelas atrocidades cometidas, é preciso que todos que sofreram na pele a rigidez de um regime militar recebam do Estado o que lhes é de direito e, como diz a página oficial do Grupo, é preciso lutar “Pela vida, pela paz: tortura nunca mais!”. Ressaltamos que por questões de espaço e recorte não inserimos esta ONG em nosso trabalho, mesmo reconhecendo o seu relevante trabalho social. Mais informações na página oficial da ONG <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>.

Como exemplo disso, Araújo cita que “na Holanda ao invés de transmitir a abertura, a televisão mostrou as *madres* marchando na praça” (ARAÚJO, 2007, p.110). Como resultado disto, “começaram a surgir grupos de apoio às *madres* pelo mundo todo, como o SOLMA (Solidariedade às Mães da Praça de Maio), que se reunia em frente à embaixada argentina na França, reproduzindo alguns dos rituais elaborados pelas *madres*” (*Idem*), tais como as reuniões no local sempre às quintas-feiras.

Este autor relata que as mães denunciavam e divulgavam o desaparecimento dos filhos sempre que o país recebia algum famoso internacional, em especial norte-americano, ou em eventos promovidos pelo Estado ou pela Igreja, os quais contavam com a grande presença de jornalistas.

É a partir de uma constante divulgação seja nas ruas, seja por meio da mídia que os casos de desaparecimentos vão se tornando conhecidos, saem do espaço privado da casa e da família para se tornarem visíveis socialmente, deslocam-se do âmbito local e passam a ser mundialmente conhecidos. E na medida em que vão se difundindo os desaparecimentos, criam-se redes de solidariedade, que surgem por meio da identificação com a causa, com o sofrimento de quem tem um ente desaparecido. As pessoas que tem acesso às imagens dos desaparecidos bem como presenciam as entrevistas e os relatos dos familiares, colocam-se muitas vezes no lugar destes e passam a se questionar sobre o quão difícil deve ser lidar cotidianamente com o problema. E foi por meio da divulgação que as mães alcançaram apoio da sociedade e de organizações internacionais de defesa dos direitos humanos.

Suas ações eram materializadas por meio de manifestações populares como protestos, além de investigações, busca por desaparecidos e denúncias. Elas também reversavam-se em visitas cotidianas a casas de famílias, orfanatos, Tribunais de Menores, e investigavam as adoções ocorridas naquele período, além disso, conscientizavam a população argentina e solicitava que esta colaborasse por meio de denúncias que ajudassem nas localizações.

Segundo Araújo, os repertórios de ação das Madres “surgiram de maneira muitas vezes espontânea” e foram ao longo dos anos e da luta se firmando. Para ele:

A própria falta de recursos para lutar tornava-se um recurso político: o simples estar na praça, a prática de carregar as fotografias dos filhos, a idéia de marchar ao redor da pirâmide da praça localizada em frente ao palácio do governo, tudo isso criou um sentimento de identidade e pertencimento de um grupo de pessoas a uma mesma causa, além da crescente solidariedade dos observadores (ARAÚJO, 2007, p.114).

Através das emoções e sentimentos levados para as ruas e divulgados pela mídia é que estas mães “buscam sensibilizar e mobilizar o apoio público para sua causa” (ARAÚJO, 2007, p.136). Em outras palavras, é a partir da dor de ter um filho desaparecido que estas mães buscam a solidariedade de outras pessoas que passam pelo mesmo problema ou de pessoas que não o vivenciam, mas que por valores morais ou humanitários sentem-se motivadas a abraçar a causa.

Com o fim da ditadura e o estabelecimento da democracia no país houve a possibilidade de exumação dos corpos para a identificação dos desaparecidos políticos bem como o pagamento de indenização às famílias. Mas a maioria das mães discordou destas medidas, o que resultou na separação³³ do movimento.

As mães e avós da Praça de Maio continuam lutando tanto pela localização dos corpos dos filhos e filhas desaparecidos/as como também pela localização dos netos e netas que foram raptados/as enquanto eram crianças ou aqueles/as que nasceram em clínicas clandestinas após as mães serem sequestradas enquanto estavam grávidas. Ou seja, lutam pela restituição dos netos e netas às famílias biológicas. Estima-se que mais de 400 filhos de militantes políticos desaparecidos foram adotados durante a ditadura, sendo que, até o mês de maio deste ano, 122 foram recuperados. E por este motivo ainda no país continuam as divulgações na mídia para que aqueles que tenham dúvidas com relação a sua origem procurem os órgãos competentes para fazerem testes de DNA.

Em suma, de acordo com o site www.madres.org, as Madres de Plaza de Mayo construíram uma universidade para discutir sobre regimes governamentais que desrespeitam os direitos humanos, além de seminários sobre sociologia, psicanálise, grupos de atendimento e busca de familiares desaparecidos. Ainda de acordo com o site³⁴, as ações destas mulheres possuem quatro níveis: denúncias e reclamações às autoridades governamentais, nacionais e internacionais, apresentações perante a justiça, pedidos de assistência dirigida a população em geral e investigações pessoais. Por meio de uma equipe multidisciplinar composta por médicos, psicólogos, genéticos e profissionais jurídicos, a instituição conseguiu garantir que fosse implementado um banco de dados genéticos, respaldado pela Lei Nacional N° 23.511,

33. As mães que não aceitaram a indenização afirmam que “só a verdade e a justiça podem reparar o terrorismo de Estado” (*Idem*) e rejeitam a exumação dos corpos, porque “aceitar esta morte sem que nos digam quem os matou, era assassiná-los de novo” (Madres de Plaza de Mayo, 1995: 71 *apud* GONÇALVES, 2012, p.135). Portanto, devido à estas discordâncias, em 1976, este movimento dividiu-se em duas linhas que ainda existem: as Mães da Praça de Maio – Linha Fundadora (sob a condução de Nora Morales Cortiñas) – e a Associação Mães da Praça de Maio (liderada por Hebe de Bonafini). E em 1977 surgiram as Avós da Praça de Maio. Estas informações também encontramos em Araújo (2007).

34. As informações aqui disponibilizadas encontram-se nos sites <https://www.abuelas.org.ar/> e <http://madres.org>, onde é possível encontrar um vasto material bibliográfico sobre as Mães e Avós da Praça de Maio.

contendo os mapas genéticos de todas as famílias que tem crianças desaparecidas (da ditadura ou não), visando garantir que futuramente os exames de sangue destas pessoas tenham validade.

Ao realizar estas ações políticas as Madres “transmutaram a fronteira que define onde é o lugar de homem e o lugar de mulher. Transgrediram um espaço de poder [...]” (GONÇALVES, 2012, p.2), ou seja, estas mulheres saíram do lugar socialmente atribuído a elas - o lugar de donas de casa - para adentrar o cenário político, espaço comumente ocupado por homens.

Lutar contra o que está posto na sociedade não é tarefa fácil. Percebemos o quanto o trabalho destas mães, que persistiram mesmo diante das barreiras sociais, emocionais e físicas, é de fundamental importância para que outros movimentos se levantem em favor da luta por justiça social e por respostas do Estado sobre a questão dos desaparecidos. As Mães da Praça de Maio são um exemplo de movimento social organizado, e demonstraram a importância do princípio da solidariedade e a necessidade da divulgação do problema para a conquista dos objetivos do grupo, indicam que é preciso lutar todos os dias para que direitos sejam respeitados e assegurados, mesmo que isso custe longos anos da vida dos envolvidos com a causa.

2.2 As experiências brasileiras

2.2.1 Mães de Acari

As lutas sociais marcam a história das sociedades capitalistas. A violência, enquanto expressão da questão social, é uma das consequências do sistema, que preocupa-se com a acumulação do capital em detrimento da segurança e do bem estar dos cidadãos. A falta de segurança é algo que acomete toda a população sendo mais evidente aos mais pobres, já que os que dispõem de padrões de vida mais elevados costumam recorrer à segurança privada, embora seja dever do Estado garantir segurança a todos os cidadãos.

Além da crise política e econômica, fala-se também de uma atual crise no sistema de segurança pública do Brasil, devido ao alto índice de violência urbana e de crimes como assaltos e homicídios ocorridos no país nos últimos anos (conforme os dados estatísticos apresentados pelos anuários de segurança), além dos assassinatos de policiais e das chacinas (e desaparecimento de corpos) ocorridas em presídios no início deste ano, resultando na morte

de 134 pessoas. Mas o problema com a segurança assola o país há séculos e a busca por soluções vem se arrastando há décadas, assim o que vivemos hoje é resultado de uma política de segurança pública mal estruturada desde a sua gênese.

No livro “O Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels já alertavam sobre as barbáries advindas com os momentos de crise nas sociedades capitalistas:

cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. [...] A sociedade se encontra subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea [...] Et por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. [...] O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia conter essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas, de outro pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos (MARX e ENGELS, 1998, p. 45).

Quem mais sofre com os impactos destas crises são as pessoas pertencentes à classe trabalhadora, quase sempre de pele negra, pobres, residentes em comunidades (conhecidas como favelas), nas periferias do país. Quando ocorreu a “abolição” da escravatura os negros foram deixados “à própria sorte ou azar”, como afirma Jessé Souza, e ainda hoje essas pessoas possuem o corpo marcado pela violência do preconceito e do racismo, estigmatizados, são o perfil mais abordado pelas polícias, por carregarem toda a bagagem que a sociedade aprendeu a rotular como *perfil de bandido*, e, portanto, fazem parte da categoria de “*pessoas-matáveis*”, conforme classificou Araújo (2007). E é nesta categoria que policiais³⁵, representantes do Estado, inseriram as vítimas das várias chacinas ocorridas no Brasil nas duas últimas décadas.

De acordo com Araújo:

A partir da década de 1990 um tipo específico de violência passou a fazer parte recorrentemente do noticiário da imprensa carioca, nacional e internacional com bastante força: as chacinas. Termo utilizado para designar o assassinato coletivo de pessoas. Chacina de Acari, Candelária, Vigário Geral, Nova Brasília, Nova Holanda, Baixada Fluminense e muitas outras (ARAÚJO, 2007, p.34).

35. Em uma conjuntura marcada por atos de violência, os policiais aparecem muitas vezes como algozes outras como vítimas. Os casos em que aparecem como algozes geralmente são relacionados a crimes de extermínio ou nos chamados “autos de resistência seguidos de morte”, também são apontados como culpados pelo desaparecimento de pessoas após as abordagens de rotina: Quem não se lembra do caso Amarildo, ocorrido em 2013 no Rio de Janeiro? Outro caso semelhante ocorreu em Salvador determinando o desaparecimento de um adolescente de 16 anos, em 2015. Porém, também figuram como vítimas, e isso acontece tanto quando estão trabalhando como nos momentos de descanso, motivando os protestos de familiares e colegas de trabalho, clamando por maior segurança para estes profissionais.

As chacinas iniciadas a partir da última década do século XX marcaram a vida das pessoas envolvidas direta ou indiretamente, implantaram sentimentos de medo e preconceito na sociedade com relação às comunidades e seus moradores, mas ao mesmo tempo impulsionaram as mães das vítimas a se engajarem em movimentos sociais e políticos como forma de lutar por justiça e imortalizar a tragédia ocorrida.

A chacina de Acari ocorreu em 26 de julho de 1990, quando 11 pessoas com idades entre 13 e 30 anos (sendo 7 menores de idade), residentes na favela de Acari e região, foram sequestradas por um grupo de homens que se identificaram como policiais, quando estavam em um sítio em Magé no Rio de Janeiro. Segundo relatos da Anistia Internacional, em 1994 estes policiais foram identificados pelo Setor de Inteligência da Polícia Militar como policiais do 9º Batalhão da Polícia Militar, em Rocha Miranda, e como detetives do Departamento de Roubo de Carga da 39ª Delegacia de Polícia da Pavuna, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, estes policiais estariam envolvidos em um grupo de extermínio denominado Cavalos Corredores, que também teriam envolvimento nas chacinas da Candelária e de Vigário Geral no ano de 1993. O paradeiro dessas pessoas ou de seus corpos ainda não foi descoberto. O crime ficou conhecido como a “chacina de Acari” e as vítimas como “Os onze de Acari”.

A partir daí inicia as idas e vindas individuais das mães em busca de informações sobre o paradeiro dos filhos. Mas essa não deveria ser uma busca individual, visto que o crime ocorreu de forma coletiva, então tornava-se necessária uma ação também coletiva. As mães das vítimas, conhecidas como Mães de Acari, saem da condição de sujeitos individualizados para se tornarem “Sujeito Coletivo”, utilizando a expressão de Gonçalves (2012). Unem-se na luta por justiça (mesmo sem muitas instruções acerca dos seus direitos e nem como podiam assegurá-los (cf. Araújo, 2007)) e passam a exigir que os culpados paguem pelo crime cometido, em um cenário sobrecarregado de calúnias, difamações e ameaças. As primeiras, advindas da sociedade e de autoridades policiais, afirmavam que as vítimas eram envolvidas em crimes e por isso naturalizavam suas mortes, como se fosse algo que deveria acontecer mesmo, como se a vida de uns valessem mais que a de outros. Já as ameaças vinham especificamente da parte dos algozes dos seus filhos.

É assustador, mas diante de casos como este ainda é possível observar em nossa sociedade algumas pessoas utilizando-se do bordão “*bandido bom, é bandido morto!*” como se este fosse o seu lema, sem levar em consideração o fato de que “todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, conforme estabelecido no artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os mesmos que fazem uso do bordão anterior ainda costumam afirmar que “*os direitos humanos só servem para defender bandidos*”. Por falta de informações ou não, estas mesmas pessoas que defendem estas ideias não conseguem responder a seguinte questão: os policiais que sequestraram e causaram o desaparecimento destas 11 pessoas podem ser considerados como bandidos, já que também praticaram crimes? Possivelmente alguns dirão que são questões diferentes e sairão em defesa dos policiais. Entretanto, é necessário ressaltar que, mesmo que algumas das vítimas tivessem envolvimento com o crime, não justificaria a barbaridade a qual foram submetidas. Quando as construções sociais não permitem que se enxergue o outro como pessoa humana, com direitos que precisam e devem ser respeitados, o descarte do ser humano ocorre de forma naturalizada, sem culpas ou culpados, como se isso fosse algo benéfico para todos os cidadãos ditos “de bem”.

Para Araújo,

[...] o fato de serem moradoras da favela ou mães de jovens envolvidos com algum tipo de crime representou obstáculos para a participação de algumas mães, uma delas chegando a ser assassinada. Além disso, houve tentativas, sobretudo de setores da polícia de rotulá-las como “mães de bandido” com o objetivo de deslegitimá-las diante da “opinião pública” (ARAÚJO, 2007, p.37).

Como o autor enfatiza, as mães também foram rotuladas, adjetivadas negativamente, numa demonstração de preconceito, insensibilidade e desrespeito diante do sofrimento vivenciado por elas naquele momento. Percebe-se que imperava um nítido desejo da polícia em desmotivar a população a apoiar estas mães, pois eles sabiam que ao conquistarem o apoio da opinião pública, a massa lhes cobraria as respostas que não estavam dispostos a dar.

Assim como ocorreu no movimento das mães argentinas, este movimento também teve uma das integrantes assassinadas. Esta mãe chamava-se Edmeia Euzébio, e, de acordo com pesquisadores (Araújo, 2007; Graça, 2014), foi vítima de uma emboscada, que tirou-lhe a vida no ano de 1993.

Além da busca por pistas que levassem ao paradeiro dos filhos, as primeiras ações promovidas pelo movimento foram os protestos pedindo que houvesse mais empenho nas investigações. O “Caso Acari” tornou-se conhecido a nível nacional e internacional, então houve uma intensa mobilização das autoridades públicas que disponibilizaram policiais e bombeiros para realizar as buscas. Procuraram em terrenos, rios e até mesmo um cemitério foi escavado na tentativa de localizar os corpos, já que as mães recebiam denúncias assustadoras

sobre o crime e onde estariam os supostos corpos. Mas estas denúncias não foram comprovadas.

Como é notável, foram vários os desafios enfrentados por estas mães, que tiveram de fazer renúncias para continuar lutando por justiça - assim como fazem outras mães e parentes inseridos em movimentos sociais (ou não) - como ter de abandonar empregos, ou foram demitidas, pois precisavam acompanhar de perto as investigações, algumas também foram abandonadas pelos maridos e companheiros, conforme Araújo (2007).

Em meio à necessidade de reagir diante da injustiça ocorrida, as mães dos 11 desaparecidos buscaram a parceria do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) que, além de acompanhar as famílias envolvidas, ajudaram na denúncia pública ao desenvolver um dossiê sobre o caso, adquirindo assim o apoio da Anistia Internacional, do Comitê de Solidariedade França-Brasil e da Fundação France-Libertés, instituições de defesa dos direitos humanos. Para Araújo, no processo de construção da denúncia pública

as “Mães de Acari” manipulam e subvertem diferentes papéis que a sociedade patriarcal e machista atribui à mulher, sobretudo a partir do lugar tradicional que ocupa na família, ancorada na defesa de princípios sacralizados como a maternidade e o direito à vida. Por outro lado acentua certos papéis tradicionais. Se uma das principais críticas feministas ao longo do tempo girou em torno da ruptura do determinismo biológico que está embutido na construção da maternidade como um fim natural da mulher, por outro lado, é da maternidade partida que essas mães buscam legitimar-se no espaço público (ARAÚJO, 2007, p.52).

Assim sendo, como integrantes de uma sociedade machista, para obter legitimidade social estas mães utilizaram-se do papel atribuído historicamente às mulheres como aquela naturalmente cuidadora, que não desiste do filho em qualquer circunstância. Papel diferente do atribuído ao homem, que é visto como provedor material da família. De qualquer maneira, o fato de serem mães que perderam seus filhos devido à violência e ainda assim permaneceram se manifestando por justiça acabou fazendo com que elas conseguissem chamar a atenção da sociedade, que enxergou como legítima as suas ações. Esta visibilidade fez com que estas mulheres fossem inseridas, juntamente com outros movimentos de familiares de vítimas de violência, nas manifestações em torno de uma sociedade mais pacífica, ou seja, a imagem das mães tornou-se “um símbolo da luta pela paz na cidade do Rio de Janeiro” (ARAÚJO, 2007, p.52-53), na década de 1990.

Entretanto, ainda segundo este autor, nem todas as mães dos “Onze de Acari” continuaram na luta, algumas por não conseguirem vencer o medo diante das ameaças e do

estigma que as rodeiam por serem mulheres (algumas de pele negra), pertencentes à classe trabalhadora e moradoras de periferias, dentre outros motivos. Mas as que permaneceram sentem-se politicamente emancipadas e seguem com o repertório de suas ações tanto de cunho investigativo como político e social, por meio da organização de protestos e manifestações contra a violência e o desaparecimento, palestras, participações em eventos como o I Encontro de Mães de Desaparecidos, ocorrido em Paris no ano de 1994, e organizado pelas Mães da Praça de Maio e pela ex-primeira dama da França Danielle Miterrand (fundadora da Fundação France-Libertés), participaram de programas jornalísticos e da novela Explode Coração³⁶, de Glória Perez, que se identificou com a luta das mães, pois ela também havia passado pela experiência da “maternidade partida” quando ocorreu o assassinato da filha, também nesta década, de acordo com Araújo (2007). E, desta forma, como as Madres, serviram e servem de inspiração para outras mães que enfrentam o mesmo problema.

Mesmo em meio aos vários anos de mobilizações sociais, a impunidade permanece. Em 2010 o crime foi prescrito com a alegação de falta de provas. Ninguém respondeu pelo crime. O Estado³⁷ ainda não foi capaz de dar uma resposta ao apelo destas mães (sendo que três já faleceram³⁸). Até 2015 apenas cinco das vítimas tinham a morte reconhecida, tendo em seus atestados de óbito a “chacina de Acari” como causadora da morte. Mas outras seis famílias ainda não dispõem deste documento³⁹. Esta parte burocrática não cumprida impossibilita a conquista de outros direitos como os relacionados à herança, guarda de filhos (se houver), a solicitação de pensões e indenizações, advinda da responsabilização do Estado perante as mortes, já que os principais suspeitos são policiais. Em outras palavras, a luta destas mães por justiça e reparação ainda tem muitos motivos para continuar existindo.

36. A novela, exibida as 21 horas, horário conhecido como “horário nobre” da TV Globo, mostrava o drama das famílias de pessoas desaparecidas, o que de acordo com o site www.maesdase.org.br deu origem a uma campanha nacional que resultou na localização de 113 pessoas desaparecidas.

37. Para a Anistia Internacional (um dos principais atores a exercer pressão sobre as autoridades), a chacina de Acari revela a incapacidade do Estado brasileiro de garantir justiça para os casos de violência policial, desaparecimentos forçados e mortes por grupos de extermínio no país. Informações retiradas do site <https://anistia.org.br>.

38. As mães já falecidas são: Edmeia da Silva Euzébio, cuja morte já foi citada aqui; Marilene de Souza, morreu em 2012, com um tumor na cabeça; e Vera Lúcia, morreu em 2008, de diabetes. Informações retiradas do site <https://anistia.org.br>.

39. De acordo com a Anistia Internacional, “até hoje, a maioria das famílias não recebeu a certidão de ausência ou morte presumida de seus filhos e filhas. Não há uma certidão de óbito oficial que comprove a morte dos jovens. A falta desse reconhecimento, impediu as famílias de receberem uma pensão por parte do Estado”. Informações retiradas do site <https://anistia.org.br>. Um decreto de 2001 do governo do Rio garantiu às famílias das vítimas das chacinas de Acari, Vigário Geral (21 mortos) e Candelária (8 mortos) indenização de R\$ 10 mil para compra de uma casa. Algumas famílias receberam o dinheiro, outras não. Informações disponíveis no portal IG.

2.2.2 Mães da Sé

Enquanto as Mães de Acari estavam promovendo as primeiras mobilizações no Rio de Janeiro em virtude do desaparecimento de seus filhos e filhas, ocorriam outros desaparecimentos misteriosos como o de Fabiana Renata, desaparecida em novembro de 1992, aos 13 anos de idade, quando saiu de casa (no bairro Jaraguá, em São Paulo) para ir à escola e a partir daí nunca mais foi vista, e o de Fabiana Esperidião da Silva, desaparecida com a mesma idade, quando voltava da casa de uma colega de escola, no bairro de Pirituba, próximo da casa onde morava (a cerca de 120 metros de distância), também no estado de São Paulo. De acordo com Graça, ambas moravam em regiões periféricas e “conhecidas pela falta de infraestrutura, pobreza e crescente criminalidade” (GRAÇA, 2014, p.60).

A mãe de Fabiana Renata, Vera Lúcia Ranú, e a mãe de Fabiana Esperidião, Ivanise Esperidião, iniciaram de forma separada as suas buscas pelo paradeiro das filhas, já que nem se conheciam. Ambas procuraram por hospitais, nas ruas, fizeram denúncias em delegacias e encararam também o trabalho investigativo e o de buscas por conta própria, como outros familiares de desaparecidos, devido à falta de assistência encontrada nas delegacias de polícia.

Segundo Graça (2014), como estas mães não encontraram em São Paulo nenhum tipo de serviço destinado à localização de crianças e adolescentes desaparecidos, viajaram para o Rio de Janeiro, no intuito de cadastrar o desaparecimento de suas filhas na ONG Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (CBDDCA). Nesta instituição elas conheceram as Mães de Acari e as Mães da Cinelândia (atual Mães do Brasil⁴⁰), já que “algumas atrizes sociais desses movimentos trabalhavam voluntariamente no CBDDCA, fazendo o cadastramento dos casos de desaparecimentos e orientando quanto às providências

40. Os três movimentos estão relacionados entre si. O movimento Mães da Cinelândia foi fundado no ano de 1993 por mães de crianças e adolescentes desaparecidos no Rio de Janeiro e foi organizado pelo Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CBDDCA). O movimento recebeu esse nome porque as mães ficavam sentadas em silêncio na Praça da Cinelândia com fotos dos filhos, como forma de reivindicação. Este movimento mudou o nome, atualmente chama-se Mães do Brasil e faz parte de um projeto desenvolvido pela ONG Portal Kids, que desde 1998 vem apoiando mães de crianças, jovens e adultos desaparecidos (inclusive as Mães de Acari) de forma enigmática, sequestrados e vítimas de tráfico humano, como também mobilizando campanhas em que se divulgam esses crimes nos veículos de mídia. Este projeto se assemelha a um grupo de autoajuda onde uma mãe ajuda a outra através do apoio de um psicólogo, realizando ações para localização dos filhos desaparecidos e sequestrados e mudanças na política e atendimento a estes casos. De 2006 a 2008 o projeto contou com o apoio do Criança Esperança. As linhas de investigação seguem múltiplas possibilidades, entre as quais: o tráfico internacional de seres humanos objetivando adoção ilegal ou exploração sexual; o tráfico de órgãos, o trabalho escravo em fazendas do interior do país, o recebimento de benefícios governamentais em função de tutela de menores carentes. Na solução destes casos o Portal Kids contou com a parceria do Governo Federal através do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, dos Ministérios Públicos Federais, Conselhos e Polícia Federal; e com os Governos Estaduais através das Justças das Infâncias e Juventudes, dos Ministérios Públicos Estaduais, Conselhos Tutelares, Secretárias de Segurança Pública, Polícias Civil e Militar e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Informações disponíveis em <http://blogdasmaesdobrasil.blogspot.com.br>.

devidas para cada evento” (GRAÇA, 2014, p.61). Nesta instituição elas foram convidadas para participar da novela Explode Coração, de autoria de Glória Perez, momento em que se conheceram e também conheceram o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas (do Paraná), grupo que, como o Mães da Cinelândia, também desenvolvia trabalho com vistas à investigação de casos de desaparecimento de pessoas nas suas regiões. O trabalho desenvolvido por estes grupos as inspirou a criar uma organização que atuasse de forma parecida em São Paulo.

Assim, foi fundada em 31 de março de 1996, a Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas (ABCD), conhecida como “Mães da Sé”. Na tentativa de chamar a atenção da população e do Estado para o problema do desaparecimento, elas escolheram realizar seus protestos de maneira semelhante ao repertório de ações das Mães da Praça de Maio: protesto silencioso em uma praça com significado histórico, com familiares de desaparecidos portando cartazes com imagens e nomes destas pessoas.

No primeiro dia de manifestação nas escadarias da Catedral da Sé (localizada na Praça da Sé – centro de São Paulo) compareceram cerca de 100 pessoas, dentre mães e familiares de desaparecidos, que exibiram de forma silenciosa cartazes com imagens dos filhos desaparecidos. De acordo com Graça (2014), Ivanise e Vera escolheram a Praça da Sé por ser um lugar histórico, teria uma simbologia para as suas ações reivindicativas, pois “foi palco de grandes manifestações nos anos 1970 e 1980, como a luta contra a ditadura, os movimentos operários e os movimentos populares de mulheres” (GRAÇA, 2014, p.63).

As atividades administrativas e reuniões, a princípio, eram realizadas na própria casa de Ivanise. Depois de três anos, o governo estadual lhes cedeu uma sala em um edifício desta cidade, onde permaneceram por mais de uma década realizando suas atividades. Atualmente a ONG possui a sua sede em um prédio que fica localizado também no centro da cidade de São Paulo, mas suas integrantes continuam com o ritual de comparecer a cada 15 dias nas escadarias da Catedral da Sé para realizar as manifestações. Às vezes unem-se também a outros movimentos de mães para protestar, participam de audiências públicas, CPIs e reuniões realizadas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em Brasília (Cf. Graça, 2014).

Ainda segundo a pesquisa de Graça, a ONG utiliza como forma de recrutamento de novos ativistas o cadastro destas pessoas na organização, que é feito mediante a notificação do BO de um desaparecido da família. Depois, “elas passam a ser associadas e recebem assistência e acompanhamento do grupo, em conjunto com o Ministério Público” (GRAÇA, 2014, p.65), sendo que atualmente já existem dez mil associados no Brasil.

As ações da ONG eram voltadas somente para crianças e adolescentes do estado de São Paulo, mas com o tempo percebeu-se a necessidade de expandir para desaparecidos de todas as idades e de todo o país, o que é uma forma de universalizar as suas ações. Já cadastrou mais de 9.000 casos em todo o país, contribuindo para a localização de cerca de 2.937 pessoas, sendo 2.657 delas com vida, segundo entrevista realizada com Ivanise em 2013, disponível no portal R7 (<http://noticias.r7.com>).

Segundo o site <https://docreencontrar.wordpress.com>, a ONG possui parcerias com a Delegacia de Pessoas Desaparecidas, o SOS Criança (do Rio de Janeiro), a Fundação Criança de São Bernardo do Campo (no ABC Paulista) além de empresas privadas como a MultiConnect, CCR NovaDutra, PoupaFarma, Itaim Express e Nina Bruni. O mesmo site afirma que uma de suas principais dificuldades é conseguir parceiros que colaborem com as despesas da organização, assim sendo os gastos da instituição são pagos por meio de doação, que é o que mantém o trabalho da entidade.

Ivanise permanece presidindo a ONG Mães da Sé, mas Vera deixou a organização e fundou a ONG Mães em Luta. Ambas ainda não encontraram suas filhas.

A organização Mães da Sé realiza campanhas e divulgações através do financiamento de empresas privadas e também da mídia. Possui voluntários para desenvolver suas atividades. Então além de trabalhar com a divulgação e o cadastramento na lista de desaparecidos do estado de São Paulo, realiza atendimentos social, psicológico e jurídico, o que faz com que as famílias de desaparecidos encontrem na organização a assistência que geralmente lhes é negada pelo Estado, que ainda precisa enxergar este problema com a devida seriedade, o inserindo com urgência nas agendas governamentais, elaborando assim políticas sociais que assegurem o direito da pessoa desaparecida e de seus familiares.

2.2.3 Mães em Luta

A Associação Nacional de prevenção e Busca à Pessoas Desaparecidas (Associação Mães em Luta) é uma organização não governamental fundada também no estado de São Paulo, em 08 de março de 2005 por Vera Ranú, que atuou de 1996 a 2004 como vice-presidente da ONG Mães da Sé.

Segundo Graça (2014), Vera começou a se questionar sobre a efetividade das ações da ONG Mães da Sé, visto que durante todos esses anos de trabalho os desaparecimentos só aumentavam, enquanto “o trabalho da associação ficava restrito a cadastrar os

desaparecimentos, encaminhar para as autoridades competentes e acompanhar junto aos familiares e delegacias o andamento dos casos” (GRAÇA, 2014, p. 66).

Então Vera passou a pensar em formas de fazer com que a população fosse alertada e informada sobre este problema social, por considerar, segundo esta autora, que as ações promovidas pela ONG Mães da Sé ainda eram insuficientes para sensibilizar a sociedade e “a agenda política, que fomentasse a emergência de políticas públicas, assim como a melhoria dos serviços, equipando-os tecnologicamente e especializando seus agentes para o atendimento pertinente ao desaparecimento de pessoas” (*Idem*). Esta mesma autora afirma que Vera queria realizar um trabalho voltado para a prevenção junto às escolas, famílias e igrejas, mas como não conseguiu que suas ideias fossem aceitas, ela resolve se afastar da organização juntamente com outras dez mães, que juntas não desistiram do objetivo de atuar na prevenção de desaparecimentos.

Ainda de acordo com esta autora,

Vera L. Ranú indignava-se com o fato de sua filha e os filhos de outras mães, estarem desaparecidos há anos, e segundo a lei, o desaparecimento não ser considerado crime, já que não há um corpo e nem evidências de crime. O desaparecimento não é previsto pela lei brasileira, sendo tratado apenas como processo administrativo. E se for desaparecimento de adultos, não haverá investigação, pois não há leis protetivas para esta faixa etária, diferente das pessoas que ainda não completaram 18 anos, que têm o Estatuto da Criança e Adolescente como aparato legal. Depois de tanto tempo, a filha de Vera e de muitas outras famílias são consideradas adultas desaparecidas, o que torna emergente os movimentos não limitarem a faixa etária em suas lutas (GRAÇA, 2014, p.67).

Segundo pesquisas (Oliveira, 2007; Newman, 2010; Fíguro-Garcia, 2010) e declarações de autoridades policiais, as primeiras horas são fundamentais para a localização de uma pessoa desaparecida, resguardando o direito à vida e à liberdade da mesma. Mas conforme os anos vão passando, a esperança se mistura com a incerteza, e para não perder a primeira as mães veem a necessidade de fazer algo, já que ainda são insuficientes e pouco efetivas as legislações brasileiras em torno do desaparecimento de pessoas, o que é mais grave quando se trata de pessoas maiores de idade. Assim, Vera, como outras mães de desaparecidos inseridas ou não em movimentos sociais, não querem que a esperança do reencontro seja esvaída, desejam um amparo legal para a sua causa e para as demais, almejam que as ações em torno do desaparecimento sejam voltadas para todo o público, independente da faixa etária, como forma de inclusão social.

Mesmo considerando o quanto é relevante a divulgação da imagem do desaparecido, Vera, em entrevista⁴¹ concedida ao portal R7, revela que as ações da ONG Mães em Luta são focalizadas especialmente na prevenção, por perceber que a maioria dos casos que chegam ao conhecimento da instituição tem relação com conflitos familiares. Neste sentido, o seu trabalho de prevenção é realizado principalmente em escolas e comunidades carentes.

Como os outros movimentos, o intuito de inserir símbolos nas ações também é notado aqui, já que a organização não governamental foi fundada no dia 08 de março, dia socialmente atribuído à mulher, visando “evidenciar mais uma luta de mulheres na sociedade, que para o grupo, é a luta mais importante na vida dos cidadãos, que é a luta pelos filhos” (GRAÇA, 2014, p.67).

Ainda segundo Graça (2014), para formar o movimento Mães em Luta, Vera contou com a parceria do movimento de Mães do Paraná – CRIDESPAN, já consolidado e com atuação desde 1991. Além desta parceria, o movimento atua em rede com a ONG - Justiça é o que se busca (fundada em 2004), Fundação Criança de São Bernardo do Campo (fundada em 1974), conselhos tutelares e Ministério Público, ampliando por meio de redes sociais o debate sobre o desaparecimento de pessoas.

Em 12 anos a organização cadastrou mais de duas mil (2.000) pessoas desaparecidas de várias partes do país, sendo que até o ano de 2013 já havia conseguido localizar em torno de trezentas (300) pessoas, ainda segundo informações disponibilizadas no portal R7.

2.2.4 Movimento Simone Pinho

As dificuldades advindas da falta de órgãos de segurança pública devidamente equipados e com profissionais preparados e empenhados para realizar a busca por desaparecidos somadas a falta de instituições públicas de amparo às famílias são alguns dos motivos que levam os familiares a desenvolverem tanto atividades investigativas e buscas por conta própria como também ações coletivas, o que ocorreu com Josenilda Ribeiro Lima, fundadora da ONG Movimento Simone Pinho, na Bahia.

O desaparecimento da estudante Simone Lima Pinho (com 26 anos na época), ocorreu quando ela saiu de casa para passar as festas juninas em Lençóis, na Chapada Diamantina (BA), no dia 16 de junho de 2000. Esse fato fez com que sua mãe, Josenilda,

41. Entrevista disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/maes-escolhem-a-luta-para-enfrentar-dor-da-incerteza>> Acesso em 15/01/2017.

enfrentasse momentos angustiantes. Este sentimento surgiu, inicialmente, motivado pela incerteza por não saber o que teria acontecido à filha e logo foi ampliando-se à medida que não encontrava o apoio devido da parte da polícia.

Segundo informações do jornal “Tribuna da Bahia” (versão online), durante cinco anos, a vida de Josenilda resumia-se a caminhar com a foto da filha nas mãos e tentar descobrir o que lhe havia acontecido, mudou-se para Lençóis e chegou a dormir no meio do mato. Sobre estes momentos de buscas, o Blog Vidas Suspensas relata que:

Josenilda perdeu as contas de quantas vezes se embrenhou pelas trilhas de cidades como Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras e vilarejos como o Vale do Capão, na expectativa de rever Simone, mas, ao mesmo tempo, com um mau pressentimento de que algo muito sério havia acontecido. Obteve a ajuda de muita gente, de guias de turismo da região e grupo de hippies a donos de pousada que não cobravam diárias quando o dinheiro da professora acabava. Só o Estado demonstrou pouco empenho (Trecho da entrevista concedida ao Blog Vidas Suspensas, em 2012).

Sacrifício realizado na esperança de obter ao menos uma pista do paradeiro da filha, já que havia um descaso da polícia, que Josenilda atribuiu a sua falta de condições financeiras. Contudo, somente após a prisão de José Vicente Matias, o Corumbá, foi que ela descobriu que a filha havia sido uma das vítimas fatais deste *serial killer* (assassino em série), que matou ao menos seis mulheres em vários estados do Brasil.

Ao recorrer às delegacias, Josenilda não teve um tratamento muito diferente do que tiveram as outras mães já abordadas neste trabalho. Segundo ela o tratamento era “padrão”: *“registro só após 48 horas; a culpa é do desaparecido; deve ser namorada, gostar de drogas; estamos trabalhando (sem investigar); não temos logística, etc. Enfim, saímos das delegacias totalmente sem esperança”*. Ou seja, a polícia procurando dar uma resposta imediata ao caso, atribui culpabilidade à própria vítima, ao invés de realizar o seu trabalho investigativo, o que demonstra um despreparo institucional para lidar com casos de desaparecimento de pessoas. A desesperança que a senhora Josenilda ressalta faz com que a família sintam-se obrigadas a fazer o trabalho da polícia, ou seja, não resta a família outra alternativa senão a de fazer buscas e investigações por conta própria.

Nas buscas por informações sobre o paradeiro da filha, Josenilda foi encontrando outras famílias que passavam pela mesma situação. A identidade com o sofrimento de outras mães e familiares a sensibilizava, pois ela conhecia bem o que estas pessoas estavam passando. Não tendo uma instituição voltada para atender pessoas que vivenciam o desaparecimento de entes na Bahia, ela percebeu a necessidade de criar uma organização que

atuasse neste âmbito. Então, a militância de Josenilda frente à causa dos desaparecidos e de seus familiares inicia-se em 10 de setembro de 2002, com a fundação da ONG Movimento Nacional de Busca e Apoio a Pessoas Desaparecidas Simone Pinho, ou somente Movimento Simone Pinho. O nome da organização simboliza uma homenagem à filha.

De acordo com Josenilda, *“a ONG Simone Pinho na sua elaboração e instituição sofreu influências da ONG Mães da Sé”*, uma organização com trabalho já reconhecido nacionalmente. Entretanto, a ONG baiana não adotou o mesmo repertório de ações desenvolvido pela antecessora de São Paulo, que ainda realiza protestos em praça pública com o intuito de chamar a atenção da mídia, da sociedade e do Estado. Devido às particularidades locais e a falta de apoio, Josenilda precisou adequar o repertório a sua realidade, executando um trabalho mais institucionalizado do que no formato usualmente utilizado pelos movimentos sociais, contudo é possível afirmar que as suas ações frente à ONG foram de grande relevância no que diz respeito à busca e localização de pessoas na Bahia, mesmo diante dos desafios enfrentados.

Inicialmente, a ONG funcionava na casa de Josenilda, em Camaçari-BA. Depois, para estar em conformidade com a legislação, mudou-se para a sala 406, do Edifício Santa Rita, na Avenida Sete de Setembro, em Salvador/BA.

Até aqui vimos que a criação das ONGs voltadas para pessoas desaparecidas têm como motivação a experiência pessoal vivenciada pelas fundadoras: o desaparecimento (e em alguns casos, seguido da consumação da morte) de seus filhos ou filhas. E com a ONG Simone Pinho (MSP) não foi diferente:

Sua criação não foi uma coisa pensada e nem tão pouco sonhada, e sim uma necessidade ao me encontrar ferida pelo desaparecimento de minha única filha Simone Lima Pinho, ocorrido em junho de 2000. Pelas dificuldades que tive nas buscas, pelo descaso dos órgãos oficiais e na minha trajetória vi que não era só eu que estava naquela situação tinha muita gente sofrendo sem apoio da polícia. Juntei forças e transformei minha dor em solidariedade fundando a ONG. Não há como não se sensibilizar com as histórias vividas por cada pessoa que se encontra nessa situação, seus dramas, suas angústias, mas sobretudo suas esperanças. Não dá para ficar indiferente diante de pessoas que simplesmente desapareceu (Josenilda).

Como outras militantes, ao alternar-se entre o trabalho com a ONG e a busca por informações da filha, Josenilda optou por afastar-se do trabalho, que exercia como professora na cidade de Camaçari, para dedicar-se exclusivamente à busca por desaparecidos.

A ONG tinha como missão: “articular com o poder público a elucidação do desaparecimento de pessoas, buscar o paradeiro e denunciar situações de risco, propor

medidas que facilitem a solução do problema enfrentado pelas famílias”. E seu objetivo principal era: “localizar pessoas desaparecidas de forma eficiente e eficaz no âmbito do território nacional com a concessão de apoio e orientação no processo investigativo, psicológico e jurídico para suas famílias”. Nota-se que o objetivo de Josenilda apontava para o desenvolvimento de um projeto universalizante, voltado para todas as pessoas desaparecidas, com um atendimento estendido às famílias das mesmas.

No entanto, ela lamenta o fato de não ter conseguido conquistar este objetivo de forma completa, já que a ONG não disponibilizava atendimento psicológico e jurídico para as famílias de desaparecidos. Ela justifica que *“como a ONG era mantida com recursos próprios da presidente, não recebia nenhuma ajuda financeira, esse tipo de atendimento ficou só no desejo porque voluntários também era difícil”*. Diferente, por exemplo, da ONG Mães da Sé, que, mesmo enfrentando algumas dificuldades, conta com o apoio de voluntários bem como de outras ONGs, do Estado e de empresas privadas.

Sobre o amparo que a ONG prestava após a localização, ela ressalta que *“sem apoio financeiro, o único amparo era o ombro amigo, os conselhos da presidente que sabia muito bem o que essas pessoas estavam sofrendo, pois sentia o drama na própria pele”*.

A questão da identidade foi essencial para que Josenilda, assim como as outras mães já citadas, abraçasse a causa dos desaparecidos. No entanto, os recursos financeiros e humanos são fatores que pesam na decisão de continuar ou não com o trabalho destas instituições. Nem sempre conseguem firmar parcerias com o poder público ou com empresas privadas, visto que tanto um quanto outro costumam investir monetariamente nos serviços que de alguma forma lhes tragam algum retorno financeiro ou que lhes assegure alguma redução de custos.

A organização tinha 13 pessoas na diretoria, *“que participavam das reuniões, opinavam sobre todos os assuntos, mas no trabalho diário a ONG só contava com duas voluntárias”*. Segundo Josenilda, os serviços eram prestados gratuitamente à população, tais como: cadastramento de pessoas desaparecidas, orientação quanto à necessidade de um BO (Boletim de Ocorrência) e como proceder nas buscas, visitas a hospitais, IML, casa de acolhimento, delegacias, no bairro onde desapareceu, nas ruas dentre outros.

Além destes, a organização também recorria aos meios de comunicação como rádios, TVs e jornais para procurar por desaparecidos e também divulgar suas imagens. Realizava

visitas periódicas as famílias de pessoas desaparecidas, orientações e recomendações às famílias para evitar o desaparecimento, busca a desaparecidos via internet,

ampliação de fotos, confecção de cartazes divulgação das fotos em jornais, contas de energia, exposição de fotos no aeroporto, contato com outras entidades para divulgação e pesquisa das fotos de desaparecidos (Josenilda).

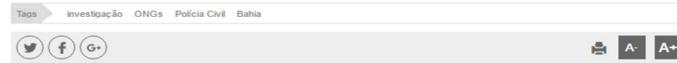
A ONG MSP também realizava palestras em escolas, nas quais Josenilda falava da *“experiência de sofrimento com o desaparecimento da minha filha”* bem como sobre os serviços desenvolvidos na organização, mesmo que a prevenção não tenha sido uma das propostas da organização, que direcionava suas atividades para *“a contribuição na investigação dos casos já consumados de desaparecimento”*.

O constante trabalho de divulgação é fundamental nos casos de desaparecimento, neste sentido a organização contou com a parceria da COELBA, que durante os anos de 2008, 2009 e 2010 inseriu “04 fotos de pessoas desaparecidas nas contas de energia a cada 3 meses”. O que para Josenilda *“foi de grande valia, pois a propagação de informação sempre é bem vinda na luta em busca de um desaparecido”*. Além desta empresa, ela também contou com a parceria da ONG Mães da Sé (São Paulo), do SOS Criança (Rio de Janeiro) e com emissoras de rádio e de televisão (como a TV Bahia e a TV Aratu), e jornais (como o Atarde, Correio da Bahia, Tribuna da Bahia), que também divulgavam as fotos dos desaparecidos cadastrados na ONG Simone Pinho. Josenilda ressalta que *“o trabalho com desaparecidos é um trabalho árduo e voltado para um público extremamente desesperado, propicio ao sofrimento da enganação, motivo pelo qual são poucos os trabalhos considerados sérios”*, dando a entender que por questões de cautela e segurança ela manteve parceria com estas instituições, devido seriedade com a qual as mesmas atuam.

Assim sendo, é importante destacar que em meio a fragilidade emocional dos familiares de desaparecidos durante o processo de buscas, podem surgir organizações que não inspiram tanta credibilidade. Uma matéria da página online do Jornal A Tarde (atarde.uol.com.br/bahia) denuncia quatro ONGs de proteção aos direitos da criança e do adolescente e direitos humanos de Salvador, que estariam se passando por forças policiais e emitindo (por R\$25) carteiras para seus membros terem acesso gratuito a festas e transportes coletivos, dentre estas organizações está a ONG Interbusca Desaparecidos, que funcionava com este nome desde 2010, atendendo familiares de desaparecidos de Salvador e região metropolitana. Ver imagem:

ONGs são investigadas por irregularidades em Salvador

Da Redação



Quatro ONGs de proteção aos direitos da criança e do adolescente e direitos humanos, em Salvador, são investigadas por suspeita de estarem atuando irregularmente como forças-policiais em festas populares e emitindo carteiras que dariam acesso gratuito a transportes coletivos e eventos para os seus membros. A investigação foi divulgada pela Polícia Civil, nesta quarta-feira, 26.

O resultado da operação deflagrada pela Coordenação de Operações Especiais (COE), será apresentado nesta quarta-feira.

De acordo com a Polícia Civil, foram apreendidos fardamentos, carteiras de identificação, algemas de lacre, bastões, radiocomunicadores, documentos e computadores nas sedes da Interbusca Desaparecidos, Interbusca Bahia, Gapinj - Grupo de Agente de Proteção a Infância e Juventude, Ropinju-DH - Rede de Oficiais de Proteção da Infância, Juventude e Direitos Humanos e nas casas de seus respectivos presidentes. Um revólver de calibre 38 também foi apreendido.

Fonte: atarde.uol.com.br/bahia.

Diante disso percebemos algumas das situações de risco nas quais são expostas as famílias de desaparecidos, devido à falta de uma instituição própria para este tipo de atendimento. O fato é que nem sempre as famílias sentem-se acolhidas em uma delegacia. Às vezes o que querem é somente ser ouvidas e não julgadas. Querem a resolução do problema, enquanto conquista de direito e não como favor. Assim, o fechamento de uma instituição como a ONG Simone Pinho tem um reflexo negativo, já que na Bahia ainda não existe outra instituição que a substitua.

A organização, até então mantida financeiramente pela fundadora (que dividia o seu salário de professora para pagar as contas da instituição), contando com a filantropia de colaboradores na parte logística, somente no último ano de funcionamento conseguiu que a prefeitura de Salvador cedesse e arcasse com os custos de uma sala com telefone, internet, condomínio e luz, no Edifício Adolpho Basbaum, na Avenida Sete (Salvador), para a instalação da ONG. Desta forma, “*durante um ano a ONG deixou de pagar aluguel*”.

Josenilda, foi uma militante que dedicava-se em “tempo integral às atividades da ONG” ao ponto de os domingos e feriados não fazerem parte do seu calendário, sentiu-se como se “*estivesse perdendo pela segunda vez algo muito importante*” ao encerrar definitivamente as atividades do MSP. Porém, ela ressalta que a organização “*exigia de mim um tempo que eu já não tinha mais, devido a minha condição funcional, eu era professora do município de Camaçari e fui convocada a voltar ao trabalho*”, pois precisava aposentar-se. Ela afirma que tentou dar continuidade somente com voluntários, mas não deu certo, pois precisava “*cumprir obrigações documentais*” e, além disso, o seu afastamento se refletiu rapidamente na “*queda do número de pessoas cadastradas e principalmente dos*

localizados”. Assim, ela decidiu pelo encerramento definitivo das atividades na ONG, ficando em funcionamento apenas o site da instituição⁴².

Assim como esta, inúmeras ONGs pelo Brasil fecham as portas por problemas financeiros, por não obter parcerias com outras instituições e nem apoio do Estado. A falta de apoio a instituições como esta pode estar relacionada ao fato de que nem sempre a bandeira defendida por estas organizações é a vista como relevante para a mídia, o Estado e a população, esta última influenciada pelo que é definido como prioridade pelos dois primeiros, acaba por vezes só tomando consciência quando necessita de tais serviços. Além disso, a não colaboração com as ações destas organizações tem ligação com o que já ressaltamos: tanto o Estado quanto as empresas privadas tendem a investir seus recursos financeiros nos serviços que lhes tragam alguma vantagem econômica.

Vale destacar que o trabalho desenvolvido junto à população baiana, nos oito anos em que a ONG se manteve atuante, resultou no cadastro de 5.054 pessoas desaparecidas e na localização de 697 pessoas. Dentre estas, 08 foram encontradas sem vida.

Devido ao reconhecimento do trabalho realizado por Josenilda frente ao Movimento Simone Pinho, o deputado estadual Bira Coroa (PT) criou o Projeto⁴³ de Lei nº 18.811/2010, que foi aprovado em 2013, instituindo o Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas. A Lei, denominada “Lei Simone Pinho”, cria um banco de dados de desaparecidos na Bahia e dá outras providências. O que pode aumentar as esperanças de localização e significa uma conquista para os baianos que passam pela experiência do desaparecimento, embora os resultados práticos desta lei ainda sejam sutis. No próximo capítulo abordaremos as questões pertinentes a esta legislação.

Longe de ser o objetivo desta pesquisa estabelecer uma relação mulher-mãe (que insere a mulher na condição natural de mãe em potencial), nem afirmar que somente as mães tem se mobilizado em torno de notícias sobre o paradeiro dos filhos desaparecidos, pois certamente há muitos pais empenhados na busca por filhos desaparecidos seja no Brasil ou em outros países, também é possível que existam muitos pais que participam de alguma forma até mesmo de algumas das ONGs que citamos ou de outras que não abordamos neste trabalho.

42. Site da ONG Movimento Simone Pinho: <http://procuramos.blogspot.com.br/>.

43. Este Projeto é destinado a desaparecidos de todas as idades. Segundo o documento, somente será cadastrado no sistema a ocorrência que tenha sido registrada por autoridade policial. O cadastro deve conter dados pessoais, características físicas, além de fotos, circunstâncias do desaparecimento e endereço de pessoas para contato. O projeto amplia a publicização das imagens dos desaparecidos e fixa em até 12 horas o prazo para que clínicas e hospitais, públicos ou privados, comuniquem aos órgãos competentes os internamentos de pessoas desacompanhadas que estejam inconsciente, em estado de perturbação mental ou impossibilitadas de se comunicar. Informações coletadas do próprio Projeto de Lei nº 18.811/2010.

Portanto, o que procuramos ressaltar tem a ver com o que Freitas trata em seu artigo:

Na década de 90 ganharam uma certa amplitude notícias que retratavam mulheres, especialmente mães, nas praças e ruas reivindicando justiça. O que uniria essas mulheres seria a maternidade e a violência que as tinham separado de seus filhos, mortos ou sequestrados (FREITAS, 2002, p. 69).

Isto é, no que tange as mobilizações sociais acerca do problema, a presença das mulheres a partir desta década é bastante expressiva e divulgada. Assim, pode-se afirmar que a partir dos anos 1990 a busca por desaparecidos enquanto motivação de militância política e defesa de direitos contou com a presença constante das mulheres.

É possível notar que elas estavam em relativa maioria à frente das buscas, portando cartazes nas ruas, comparecendo aos programas de televisão para dar entrevista, eram as que mais procuravam as delegacias para prestar queixas e fazer os B.Os, as que mais compareciam para exigir respostas das autoridades, as que fundariam a maioria das ONGs de apoio às famílias que passam pelo mesmo problema que elas. Estejam estas mulheres investidas nos papéis sociais de irmãs, namoradas, esposas, companheiras e principalmente mães, elas com frequência estariam lá buscando cotidianamente por uma resposta sobre o desaparecimento e acabaram inspirando a criação de algumas legislações voltadas para esta causa.

Desde as Mães da Praça de Maio até a ONG Simone Pinho, percebemos que estas mulheres transformaram a experiência da dor em um combustível que as manteve firmes na luta seja por justiça ou para ter o filho de volta em sua casa ou quem sabe para ao menos poder enterrá-lo. O que estas mulheres fazem é chamar atenção para um problema que não pode continuar invisibilizado ou considerado como familiar. É preciso que o Estado, a mídia e a sociedade encarem o desaparecimento de pessoas como um problema público para que todos busquem soluções para o mesmo.

Portanto, nota-se que as organizações sociais desempenham um papel fundamental na sociedade, preenchendo muitas vezes o vazio deixado pela falta de políticas públicas direcionadas a determinado segmento social ou problema social. No caso específico do desaparecimento de pessoas, há historicamente uma perceptível fragilização nas ações do Estado, que não investe em políticas que de fato atendam a este público e seus familiares. A demanda por instituições de busca e localização e também de amparo às famílias de desaparecidos existe e o poder público não tem preenchido esta lacuna, cabendo às organizações não governamentais amenizar o sofrimento de quem passa por este problema.

3. CAPÍTULO III: O QUADRO ‘DESAPARECIDOS’ COMO LÓCUS DA PESQUISA

A busca e a divulgação são essenciais em casos de desaparecimentos. A busca consiste em procurar pela pessoa desaparecida inicialmente nas redondezas do local onde a mesma foi vista pela última vez. Porém, na medida em que vão se passando os dias em que ocorreu a desapareição, as buscas precisam ultrapassar os limites do bairro, da cidade, do estado e talvez do país.

Esta atividade é realizada tanto por autoridades policiais e detetives particulares quanto por familiares e amigos. Trata-se de uma ação que exige muito esforço físico, emocional, tempo e investimento financeiro, além de dedicação e renúncias, em especial, da parte dos familiares, que, ao não encontrarem respostas devidas do Estado sobre o problema, acabam deixando de lado as suas rotinas de trabalho, lazer e vida social para iniciarem o trabalho de busca, que também consiste numa investigação.

A divulgação, por sua vez, é um trabalho que apresenta praticamente as mesmas exigências do anterior, pois é preciso recorrer aos meios de comunicação para fazê-lo. Em alguns casos, é necessário fazer isso por muitos anos. Não raras vezes a família precisa despende os mesmos esforços citados acima, isso porque existem situações em que é preciso que a imagem do desaparecido ultrapasse as fronteiras do país e seja mundialmente conhecida, sobretudo quando não se sabe de imediato o que determinou este desaparecimento, que se constitui como um mistério, podendo estar relacionado a crimes de subtrações, sequestros, tráfico de pessoas, dentre outros.

ONGs, delegacias e a população têm divulgado imagens de desaparecidos, principalmente por meio da internet, o que faz com que esta imagem seja compartilhada com um número ilimitado de pessoas, em curtíssimo período de tempo. Entretanto, a divulgação é uma atividade, na maioria das vezes, realizada por familiares, que dão continuidade mesmo nos casos em que o desaparecimento já ocorreu há muitos anos. Isso porque quando a esperança da sociedade já se esgotou com relação às reais chances de localização, o familiar permanece apegado a este sentimento, até porque é na esperança do reencontro que estas pessoas se agarram para continuar na luta, realizando os frequentes trabalhos de busca e divulgação.

Portanto, no presente capítulo trataremos da questão da busca e divulgação de pessoas desaparecidas por meio do Quadro Desaparecidos, exibido na televisão, que mesmo

com o avanço da internet, ainda é um meio indispensável para as famílias que passam pela experiência do desaparecimento na Bahia.

3.1 Breve apresentação do objeto de pesquisa e sua localização geográfica

Ao longo dos anos, a mídia tem exercido papel fundamental no que diz respeito à divulgação de pessoas desaparecidas, contribuindo, desta forma, para que suas imagens e histórias se tornem conhecidas do público e também para tornar visível um grave problema social que, como tantos outros, precisa ser considerado como relevante tanto para a sociedade quanto para o poder público.

No âmbito televisivo, em 1995, o tema passa a chamar a atenção da sociedade brasileira, por adquirir espaço na rede Globo através da novela *Explode Coração*, da autora Glória Perez. Esta novela foi exibida às 21 horas e nela ocorria a divulgação de fotos reais de desaparecidos, o que ao mesmo tempo em que sensibilizava os telespectadores também tornava conhecido o rosto de dezenas de desaparecidos do país. Glória Perez foi a precursora de iniciativas como esta e resultou na localização de 113 pessoas (crianças, adolescentes e adultos) que tiveram suas imagens divulgadas na novela.

Este foi o “pontapé” inicial para que outros autores também abordassem o tema em suas novelas, principalmente no tocante ao desaparecimento de crianças e adolescentes como as novelas: *Senhora do Destino* (Aguinaldo Silva, 2004, Globo) *Prova de Amor* (Tiago Santiago, 2005/2015, Record), *Amor, Eterno Amor* (Elizabeth Jhin, 2012, Globo), *Amor à Vida* (Walcyr Carrasco, 2013, Globo), *Cumplices de um Resgate* (Íris Abravanel, 2015, SBT), dentre outras.

É importante destacar que as discussões promovidas nestas novelas (embora seja ficção) apresentam resultados positivos, pois, por questões de cunho cultural, econômico e social, os canais de televisão aberta são os mais acessados pelos brasileiros, então a divulgação do problema torna-se mais ampla, podendo alcançar também outras partes do mundo aonde estas novelas venham a ser exibidas.

A internet, sendo o segundo veículo midiático mais acessado, é muito utilizada, por meio das redes sociais, para a divulgação de desaparecimentos. Conforme reportagem disponível no site “Sou de Curitiba” (<http://soudecuitiba.com.br>), no ano de 2014 uma família publicou uma campanha no *YouTube* com o título “Todos por João Rafael Kovalski”, pois o caso estava prestes a ser arquivado um ano após a ocorrência do desaparecimento de

João Rafael, que tinha 2 anos de idade na época em que sumiu misteriosamente. Além do vídeo divulgado neste canal, uma imagem com a frase “E se fosse o seu filho????” também foi divulgada em redes sociais como o *Facebook*. Nota-se, que a família em desespero, tinha como objetivo chamar a atenção da sociedade, conclamando a ajuda da mesma para também cobrar ações do poder público, bem como divulgar ao máximo a imagem da criança, aumentando as chances de sua localização. Além disso, era preciso fazer com que todos refletissem sobre o desaparecimento, inclusive e principalmente as autoridades que tinham pressa em arquivar o caso.

Em âmbito local, um caso que está chamando a atenção da sociedade baiana é o desaparecimento misterioso de uma criança de sete anos, ocorrido no dia 21 de janeiro do ano vigente, enquanto a mesma brincava em frente à casa⁴⁴ da avó, em Feira de Santana-BA. O caso tem sido amplamente divulgado pela televisão, rádio, jornais impressos e redes sociais, dentre outros meios. Campanhas estão sendo feitas por familiares e amigos na internet e até mobilizações pelas ruas da cidade foram realizadas, exigindo maior empenho e urgência nas investigações⁴⁵.

Além destes, existem outros exemplos de famílias que recorrem a estes meios na tentativa de fazer com que o problema ganhe visibilidade, o que demonstra um pedido de socorro à população e ao Estado antes que seja tarde demais.

O Estado também tem utilizado a internet como ferramenta de busca, divulgação e localização de pessoas. Na Bahia, por exemplo, a Delegacia de Proteção à Pessoa utiliza da internet para este fim, por meio do aplicativo SIPP (Sistema de Informação para Proteção à Pessoa), do *WhatsApp* e do *Facebook*, já que as redes sociais são bastante acessadas atualmente. Neste caso, conclama-se a participação da sociedade, compartilhando as imagens e enviando informações sobre o paradeiro de pessoas desaparecidas. Aqui notamos, a existência de um apelo à participação da sociedade na efetivação da segurança pública, conforme indica o artigo 144, da Constituição brasileira: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (...)”.

Ressalta-se, portanto, que os meios de comunicação são fundamentais para as denúncias públicas, conforme já relatamos nesta pesquisa. Assim sendo, algumas pessoas só

44. A ONG Mães em Luta de São Paulo (<http://www.maesemluta.org.br/>) estima que 90% dos casos de desaparecimentos de crianças ocorrem próximo às suas residências ou de seus familiares.

45. A presente pesquisa já estava praticamente concluída quando a Polícia Civil da cidade anunciou, no dia 26 de abril, que havia localizado o corpo da menina. Segundo a polícia, houve a confirmação por meio de exames de DNA realizados com um crânio encontrado a 5 km do local onde a criança desapareceu. Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/bahia>.

foram localizadas após ocorrer uma intensa atuação e divulgação da mídia. Um exemplo disso foi o “Caso Pedrinho”⁴⁶, que ficou conhecido nacionalmente em 2002. Por outro lado, lamentavelmente, alguns casos mesmo sendo amplamente divulgados na mídia ainda não foram solucionados, dentre estes estão aqueles já abordamos neste trabalho, e tantos outros.

A mídia televisiva também passou a dar visibilidade ao problema do desaparecimento por meio de programas jornalísticos regionais, nos quais familiares e/ou conhecidos comparecem uma vez por semana portando cartazes com fotos e telefones de contato e também com a esperança de que alguém que esteja os assistindo possa fornecer alguma pista sobre o paradeiro do seu ente que sumiu. Esse espaço na verdade não foi cedido sem que houvesse a luta de familiares e movimentos sociais por maiores espaços de divulgação, então de fato trata-se de um direito conquistado. Alguns surgiram como resultado da criação de leis, definindo que tais programas cedam alguns minutos de sua programação para a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas.

Assim sendo, em se tratando especificamente do objeto desta pesquisa, o Quadro Desaparecidos é um espaço dentro de programas jornalísticos para que famílias e conhecidos divulguem imagens e informações sobre pessoas desaparecidas. Além da sua grande contribuição na localização de pessoas, o Quadro também acaba por fazer com que as emissoras de televisão tenham suas imagens associadas às causas humanitárias e sociais.

De acordo com o site da ONG Gente Buscando Gente⁴⁷, o Quadro Desaparecidos é uma das mais importantes ferramentas disponíveis no Brasil para auxiliar famílias de desaparecidos no processo de busca e divulgação. Ele é realizado, geralmente ao vivo, em alguns estados do Brasil tais como Goiás (TV Serra Dourada – Afiliada ao SBT), Mato Grosso do Sul (TV Morena, afiliada da Rede Globo), Minas Gerais (TV Leste, afiliada da Rede Record), Pará (TV Liberal, afiliada da Rede Globo), Santa Catarina (RBS TV, afiliada da Rede Globo), Sergipe (TV Sergipe, afiliada Rede Globo) e Bahia (TV Bahia e TV Subaé – afiliadas Rede Globo). Na Bahia, a TV Aratu também exibia o quadro Desaparecidos, no

46. O “Caso Pedrinho”, como ficou conhecido, diz respeito à subtração de um bebê ocorrida em uma maternidade no ano de 1986 em Brasília, sendo localizado “16 anos depois em Goiânia, vivendo com outra família e com outro nome”, segundo o site Correio Braziliense <http://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017. Além disso, a realização de exames de DNA comprovou que na mesma casa também vivia outra pessoa subtraída, neste caso o crime havia ocorrido há mais de 23 anos. Estes crimes foram amplamente divulgados na mídia em 2002. O “Caso Pedrinho” virou tema da novela Senhora do Destino, de Aguinaldo Silva (exibida entre 2004 e 2005), também inspirou a escrita de um livro que recebeu o mesmo nome do caso, autoria é de Renato Alves.

47. Informações disponibilizadas por este site em 2013. Assim sendo, o número de Quadros ‘Desaparecidos’ pelo Brasil pode ter sofrido alterações. Disponível em http://onggentebuscandogente.blogspot.com.br/2013/03/o-quadro-desaparecidos-pelo-brasil_9.html. Acesso em 11 de janeiro de 2017.

Programa Que Venha o Povo, apresentado por Casemiro Neto⁴⁸.

Neste ponto, salientamos que o Quadro que é o nosso objeto de pesquisa é o gravado e exibido pelas TVs Bahia e Subaé, criado no ano de 2001.

Por ser gravado em locais externos, geralmente em praças, o Quadro lembra os espaços de mobilização utilizados pelos movimentos sociais de mães de desaparecidos, abordados no segundo capítulo. Todavia, os entrevistados relataram que as gravações são feitas em área externa e de grande movimentação de pessoas, ao invés de serem em estúdios, para, segundo Marcílio Costa (chefe de edição da TV Subaé), facilitar o “acesso para as pessoas” e para que, de acordo com Andréa Silva (repórter da TV Bahia),

o maior número de pessoas possam participar e para que a visibilidade no entorno também seja garantida. E quem passa ver uma foto. Quem passa ver um cartaz e já se interessa em observar a história para quem sabe ajudar aquelas pessoas. A questão de logística para as famílias que vão, lugar central, mais fácil de chegar, de sair de casa para ir até lá e de voltar para casa. E também para que quem passa se sensibilize, se envolva com o Quadro. Basicamente por isso sempre foi em praça pública. Era no campo grande um período muito pequeno, depois foi para a Piedade. (Andréa).

Já em Feira de Santana o Quadro era gravado na Praça Padre Ovídio (Praça da Matriz) e atualmente no Espaço Marcus Morais, na Avenida Getúlio Vargas, no centro da cidade. Segundo Marcílio, a TV Subaé também já gravou o Quadro na cidade de Alagoinhas.

De qualquer maneira, é inegável a semelhança dos repertórios de ação do Quadro com os difundidos historicamente pelos movimentos de mães, especialmente no que diz respeito à utilização de cartazes com nomes e imagens dos desaparecidos, local de encontro específico e público, com algum significado para a sociedade local e com ampla movimentação de pessoas. Entretanto, é importante salientar que aqui tais ações ocorrem de forma individualizada. Ou seja, cada participante do Quadro está ali para divulgar e buscar, de maneira individual, o seu conhecido/familiar desaparecido. Portanto, ainda que existam os sentimentos de identidade e solidariedade entre os participantes, as ações não são realizadas em prol do coletivo, estas pessoas não estão inseridas em movimentos sociais ou ONGs.

Mas o que o Quadro Desaparecidos faz de fato para contribuir com a localização das pessoas? De acordo com Marcílio: “O nosso trabalho é de divulgação. É a força da audiência e a nossa credibilidade que contam neste tipo de serviço. Temos belas histórias de pessoas que conseguem localizar parentes até em outros estados. O serviço é muito usado também por instituições de acolhimento para mostrar pessoas que estão abrigadas e muitas vezes não têm

48. Segundo entrevista disponível no site Bahia Notícias (<http://www.bahianoticias.com.br>), Casemiro trabalhou durante 19 anos e meio na TV Bahia e foi o criador do Quadro Desaparecidos exibido até os dias de hoje nesta emissora.

nenhuma referência da família”.

Segundo Andréa: “O que a gente faz é dar voz às famílias, ouvir as famílias, colocar no ar o relato das famílias, dando voz a quem tá procurando e detalhes sobre a pessoa desaparecida, para quê? Pra chamar a atenção de quem acompanha o Jornal Bahia Meio Dia, pra uma tentativa de reconhecer. No caso é o que a gente chama de solidariedade: quem tá em casa que tá assistindo, que tá vendo: - ah eu acho que já vi alguém parecido e tal. Aí se comove com a história e aí fica observando”.

Assim sendo, o trabalho realizado por este Quadro é voltado principalmente para a divulgação dos desaparecidos, podendo, por vezes, contribuir para a localização dos mesmos.

Além da TV Bahia, o Quadro era apresentado em mais cinco das emissoras associadas à Rede Bahia: TV Subaé, TV Santa Cruz, TV Do Norte, TV Sudoeste, TV Oeste. Atualmente só é gravado em duas destas e, segundo Mayra (produtora TV Bahia), “nas outras a gente recebe matérias, que são produzidas pelos locais de lá, emissoras locais”. De acordo com Mayra: “eles não conseguiram manter por conta da participação das pessoas mesmo, do público. Eu digo: Graças a Deus! Porque às vezes ia para a praça o pessoal ficava esperando e não aparecia ninguém. Hoje eles encaminham matérias para a gente e a gente vai fazendo”. Ao relatar este fato, a produtora demonstra-se contente pela falta de público, dando a entender que isso pode indicar uma redução no número de desaparecimentos nestes locais.

Todavia, pessoas de várias cidades e de outros estados, deslocam-se para participar das gravações deste Quadro, seja em Feira de Santana, seja em Salvador, que inclusive já contou com a participação de pessoas até mesmo de outros países como Bélgica e Portugal.

Em Salvador, o Quadro Desaparecidos possui parceria com a Delegacia de Proteção à Pessoa, assim é o número de telefone desta delegacia que é divulgado durante a exibição do Quadro, oferecendo maior segurança aos familiares. Em Feira de Santana os números de telefones divulgados são dos próprios familiares, pois não dispõe dos serviços de uma delegacia especializada em desaparecimentos.

Portanto, para participar do Quadro é necessário comparecer às quartas-feiras, pela manhã, a partir das 11h30min, com fotografia e informações sobre a pessoa desaparecida. A equipe de TV anota o nome de quem procura e o nome do ente desaparecido, os motivos do desaparecimento e quando ocorreu, às vezes qual roupa estava vestindo e se tinha algum problema de saúde. As pessoas podem aparecer quantas vezes quiserem para divulgar o desaparecimento. O Quadro vai ao ar, ao vivo, a partir das 12 horas, pela TV Bahia e pela TV Subaé, no Jornal Bahia Meio Dia. Sua apresentação em média dura menos que 5 minutos em Feira de Santana e em torno de 10 minutos em Salvador, podendo variar. A quantidade de

pessoas que participam também é maior em Salvador. O serviço é de utilidade pública, não sendo cobrada nenhuma quantia financeira aos participantes.

O recorte espacial ou local da pesquisa é o estado da Bahia, particularmente, as cidades de Salvador e Feira de Santana, cidades que concentram a maior população e maior área territorial do estado da Bahia.

Salvador⁴⁹ é a capital do estado e foi fundada no ano de 1549. As pessoas que nascem no município são chamadas soteropolitanas. O prefeito atual é Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto (DEM).

Sua população, de acordo com os dados estatísticos do censo do IBGE de 2010, era de 2.675.656 milhões de habitantes. A população estimada pelo IBGE em 2016 foi de 2.938.092 milhões de habitantes. A área territorial, segundo dados de 2015, é de 692,819 km².

A Região Metropolitana (RM) de Salvador foi criada no ano de 1973, pela Lei Complementar Federal nº 14/73. Segundo o IPEA, a RM de Salvador possui área de 4.354 km² e é composta por 13 municípios: Salvador, Pojuca, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Dias D'Ávila, Camaçari, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas, Itaparica e Vera Cruz.

Feira de Santana⁵⁰ é um município do interior da Bahia, criado no ano de 1833 e elevado à categoria de cidade em 1873. Está localizado na zona de planície entre o Recôncavo e os tabuleiros semiáridos do nordeste baiano. Segundo o censo do IBGE de 2010, sua população era de 556.642 mil habitantes. Em 2016 sua população foi estimada pelo IBGE em 622.639 mil habitantes. Sua área territorial, em 2015, foi de 1.337,993 km².

A cidade está situada a 108 quilômetros da capital e está ligada a esta por meio da BR-324. Quem é natural de Feira de Santana é chamado de feirense. Esta cidade é conhecida como “Princesa do Sertão” ou “Portal do Sertão”. O prefeito atual é José Ronaldo de Carvalho (DEM).

Portanto, a fim de nos aproximarmos mais ainda do nosso objeto de pesquisa, neste terceiro e último capítulo abordaremos os caminhos percorridos e os resultados desta pesquisa, que teve como objeto de estudo o Quadro Desaparecidos enquanto mecanismo de busca e divulgação utilizado por familiares nas cidades de Salvador e Feira de Santana, na Bahia. Diante disso, traçamos como objetivo geral discutir a busca e divulgação de pessoas

49. Informações nos sites: <http://www.salvadorbahiaBrasil.com>, <http://cidades.ibge.gov.br>, <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 14 de abril de 2017.

50. Informações nos sites: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br>, <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 14 de abril de 2017. Em 2011 foi criada a Região Metropolitana de Feira de Santana, integrando, neste primeiro momento, além desta cidade, “os municípios de Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho”. Informações no site: noticias.r7.com/cidades/noticias/governo-da-bahia-cria-regiao-metropolitana... Acesso em 14/04/2017.

desaparecidas por meio do Quadro Desaparecidos, gravado nestas cidades. Assim sendo, temos os seguintes objetivos específicos: abordar o desaparecimento de pessoas, seus principais conceitos e determinações; resgatar a história das campanhas e debates sobre desaparecidos a partir da década de 1990; enfatizar a luta política e o trabalho precursor dos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais frente à questão do desaparecimento de pessoas; apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada junto aos familiares de desaparecidos, repórteres e produtores do Quadro Desaparecidos da TV Bahia (Salvador) e da TV Subaé (Feira de Santana).

3.2 Procedimentos Metodológicos

O desaparecimento de pessoas é um fenômeno que sempre chamou a minha atenção, devido à questão do sofrimento que o mesmo acarreta às famílias envolvidas. Porém, durante o curso, conforme fui me aprofundando nas leituras sobre políticas sociais, o problema passou a chamar a minha atenção também pela questão do acesso ou não a direitos. Assim, no ano de 2014, ao tomar conhecimento de alguns casos de desaparecimentos ocorridos no Brasil, surgiram os seguintes questionamentos: O que tem sido feito para que estas pessoas retornem ao seu lar? Como o Estado tem atuado frente ao desaparecimento de pessoas? Tem assegurado o direito destas pessoas? Tem amparado os familiares de desaparecidos? Desenvolve ações em torno da prevenção? Tais questões me inquietaram e serviram de motivação para que durante o 7º semestre, período em que é ministrada a disciplina Projeto de Conclusão de Curso I, eu o pesquisasse e desenvolvesse o meu Projeto de TCC sobre o tema. Durante as pesquisas descobri que a bibliografia em torno deste assunto ainda é muito escassa bem como os dados estatísticos.

Na medida em que fui me aproximando deste tema por meio da teoria, mais questionamentos foram surgindo. Neste momento, fez-se necessário optar por um objeto de estudo, levando em consideração os desafios e possibilidades para a realização da pesquisa.

Portanto, no período de orientação, foi escolhido o Quadro Desaparecidos como objeto. A partir daí foi preciso pensar como proceder para investigá-lo, ponderando o fato de que o único conhecimento que tinha sobre o mesmo advinha das vezes em que assisti ao programa e também porque sempre que estava no centro da cidade de Feira de Santana, às quartas-feiras, e passava pelo local de gravações do Quadro, observava de longe familiares e

conhecidos de desaparecidos gravando o Quadro ou esperando para gravá-lo. Então decidimos adotar um caminho metodológico que inserisse de alguma forma todos os sujeitos pertencentes ao processo de busca e divulgação de desaparecidos, que são: as famílias, os profissionais da mídia, os profissionais da polícia e a fundadora da ONG Movimento Simone Pinho.

Para a coleta de dados, a princípio pensamos em fazer 4 (quatro) entrevistas *in loco* e utilizar a técnica de observação participante para a coleta de dados com os familiares, pois levamos em conta o fato de que os mesmos não dispõem de tempo suficiente para serem entrevistados no local de realização do Quadro (conforme informaram desde a primeira ida a campo), sendo necessário marcarmos outro momento para realizá-la. Mas diante disso foi preciso observar outra questão: o tempo que tínhamos para a realização da pesquisa no decorrer do semestre letivo. Sobre as entrevistas, também tivemos que mudar o que pensamos inicialmente, pois como dois dos entrevistados não puderam me receber pessoalmente, eles aceitaram responder a entrevista enviada por e-mail. Assim sendo, adaptamos a nossa metodologia às particularidades que foram surgindo, sem com isso perder o foco da investigação do fenômeno social.

Minayo entende a metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2009, p.14). Para a autora, nela incluem-se de maneira simultânea “a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (*Idem*).

Diante disso, utilizaremos o Materialismo histórico dialético como método, pois “o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real” (MINAYO, 2006, p. 107) e “a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade (...) é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais)” (*Idem*, p. 108). Assim sendo, entendemos que o método dialético é o mais indicado para a apreensão do movimento real do objeto (a realidade), que não está dado no imediato, no aparente, tornando-se necessárias aproximações sucessivas para compreender sua totalidade, suas contradições e multiplicidades e isso só é possível por meio da teoria, pois esta favorece o conhecimento crítico sobre as determinações sócio históricas deste objeto, buscando chegar à sua essência.

Em outras palavras, para pesquisarmos o nosso objeto fez-se necessário situá-lo na história, procurando entender suas particularidades vinculadas ao geral e o geral no particular, sem separá-lo das dimensões culturais, econômicas e políticas que o determinaram.

Mesmo pretendendo apresentar alguns dados numéricos, ressaltamos que esta é uma pesquisa qualitativa. Para Minayo, este tipo de pesquisa

trabalha com o universo dos significados, dos motivos das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes [...] (MINAYO, 2009, p.21).

Portanto, a pesquisa qualitativa nos permite buscar entender o que não está dado no imediato, o que não pode ser quantificado como a forma de pensar dos indivíduos sobre determinado problema ou realidade, suas opiniões e inquietações acerca dos mesmos e também suas expectativas.

Então, o “caminho” que utilizamos para o alcance dos objetivos supracitados foram os seguintes: revisão bibliográfica, análise documental, entrevista, estudo de vídeos e observação participante. Assim, nesta mesma ordem, apresentaremos nos próximos tópicos cada um destes elementos utilizados na pesquisa.

3.2.1 Revisão bibliográfica: descobertas e desafios

Para Minayo, assim que o pesquisador define o seu objeto, a sua primeira tarefa é “proceder a uma ampla pesquisa bibliográfica, capaz de projetar luz e permitir melhor ordenação e compreensão da realidade empírica” (MINAYO, 2006, p. 183).

Portanto, nesta primeira etapa da pesquisa (e também ao longo da mesma), utilizamos principalmente as teses de doutorado de Oliveira (2007), Newman (2010) e Fíguro-Garcia (2010) essenciais para que tivéssemos maior apreensão e compreensão do objeto através dos conceitos de desaparecimento de pessoas abordados e também sobre os motivos que têm determinado este problema social. As dissertações de mestrado de Graça (2014), Araújo (2007) e Guimarães (2011) foram imprescindíveis para traçarmos a trajetória de luta dos movimentos de mães de desaparecidos, precursores no que diz respeito a busca, divulgação e localização de pessoas desaparecidas bem como na militância pelo direito destas pessoas. Soma-se a estes, os artigos científicos de Ferreira (2013), que reflete sobre o

desaparecimento de pessoas como problema social e Gonçalves (2012 e 2013), que, por meio de análise comparativa entre dois movimentos de mães (Madres de Plaza de Mayo e Mães de Maio), complementou as reflexões acerca da inserção destas mulheres na militância política, enquanto quebra de paradigmas machistas construídos social e historicamente. Recorremos ainda ao artigo de Freitas (2002), que reflete sobre a participação social de mulheres (particularmente as mães de Acari) a partir da década de 1990. Utilizamos outros artigos, dicionário, fizemos pesquisas em sites da internet, tais como as páginas de organizações governamentais e não governamentais, de jornais online, dentre outras, no intuito de adquirir maiores informações sobre este fenômeno social.

Porém, pesquisar o desaparecimento de pessoas esbarra em desafios e um dos primeiros que são postos está relacionado à parte teórica, isso porque existe uma pequena quantidade de bibliografias sobre o tema. Evidencia-se, portanto, um silêncio teórico em torno do mesmo. O autor Oliveira (2007) ao abordar este fenômeno relata a dificuldade de estabelecer um conceito sobre o mesmo, já que há uma séria escassez de artigos e livros, além da ausência de dados oficiais atuais, cabendo ao pesquisador à tarefa de ampliar o arcabouço teórico sobre o assunto. Assim sendo, ressaltamos de antemão que a presente pesquisa poderá apresentar algumas questões nem sempre aprofundadas, isto é, nem todas as inquietações serão sanadas. Todavia, as reflexões aqui apresentadas poderão ser de grande valia para posteriores pesquisas acerca do desaparecimento de pessoas em Feira de Santana e Salvador.

3.2.2 Análise Documental

A análise documental foi necessária, pois precisávamos inserir o objeto na história. Aqui realizamos o resgate histórico das campanhas e debates sobre desaparecidos a partir de dos anos de 1990 por meio de buscas em sites e também em alguns trabalhos dos autores citados. Como o desaparecimento é um problema social, procuramos saber se tem sido criados espaços de discussão sobre o tema e percebemos que ainda é necessário que mais espaços se abram para tratar do assunto, com vistas à defesa e garantia de direitos, construção de meios de prevenção e divulgação do problema.

Analizamos, resumidamente, a Política Estadual de Busca a Pessoas Desaparecidas na Bahia, instituída pelo Projeto de Lei nº 19.812/2012 (de autoria de Rosemberg Pinto – PT) e o Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas do Estado da Bahia, instituído pelo Projeto de Lei nº 18.811/2010 (de autoria de Bira Coroa – PT). Em alguns momentos também

recorremos à legislações como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do adolescente de 1993, Lei da Busca Imediata (Lei nº 11.259/2005).

Utilizamos também fontes secundárias como os dados do IBGE sobre as cidades recortes e o banco de dados da Delegacia de Proteção à Pessoa (DPP), para obter dados estatísticos sobre a quantidade de desaparecimentos e localizações, motivos e perfil das pessoas desaparecidas no estado, no entanto estes dados dizem respeito apenas aos desaparecimentos ocorridos em Salvador e região metropolitana. Os dados dos desaparecidos em Feira de Santana e em outras cidades do interior do estado são monitorados pela Central de Dados e Estatísticas da Polícia (CEDEP), sendo importante ressaltar que não tivemos acesso aos mesmos, embora tenhamos utilizado os meios próprios para solicitá-los, tais como solicitações via e-mail e telefone. As justificativas que tivemos dos atendentes da instituição são as de que estão com “problemas técnicos no sistema”, ou com “dificuldades com o sistema”.

Por meio dos dados disponibilizados pela DPP, construímos gráficos que demonstram o número dos registros de ocorrências de desaparecimentos bem como o perfil das pessoas desaparecidas e motivos apurados pela delegacia como determinantes do sumiço das pessoas nas regiões citadas.

3.2.3 Entrevistas

A entrevista foi um dos nossos instrumentos de coleta de dados. As entrevistas ocorreram no processo de pesquisa de campo, porém nem todas foram realizadas *in loco*. Realizamos no total quatro entrevistas, sendo que duas via e-mail, pois esta foi a única forma que os participantes puderam respondê-la na ocasião. Todos os roteiros de entrevistas tiveram questões semiestruturadas, pré-definidas. Por roteiro de entrevista Minayo entende como

uma lista de temas que desdobram os indicadores qualitativos de uma investigação. Esta lista deve ter, como substrato, um conjunto de conceitos que constituem todas as faces do objeto de investigação e visar, na sua forma de elaboração, a operacionalização da abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados (MINAYO, 2006, p.189).

Assim sendo, para investigar o nosso objeto procuramos saber informações gerais tais como o nome da instituição, ano de criação e endereço; parcerias firmadas; resultados

atingidos; perfil das pessoas que desaparecem; os motivos dos desaparecimentos; posicionamentos pessoais diante da questão do desaparecimento; dentre outros.

Realizamos uma entrevista com a presidente da extinta ONG Movimento Simone Pinho (por e-mail), uma com uma delegada da Delegacia de Proteção à Pessoa (*in loco* e manuscrita), uma com o chefe de redação do Quadro Desaparecidos de Feira de Santana (por e-mail) e outra com a repórter e a produtora do Quadro Desaparecidos da cidade de Salvador (*in loco* e gravada, roteiro idêntico ao do anterior).

De acordo com Minayo (2009, p.64), a entrevista semiestruturada caracteriza-se por combinar perguntas fechadas e abertas e desta forma o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. Diante disso, comparando as entrevistas referentes ao Quadro Desaparecidos, porque apresentam questões idênticas, percebemos que ambos são faróis que nos direcionam para a apreensão do movimento do nosso objeto de pesquisa. No entanto, percebemos que a realizada *in loco* apresenta um diferencial: seu conteúdo é mais amplo, abrange outros temas, pois foi possível utilizar dos recursos fornecidos pela entrevista semiestruturada, como fazer perguntas no momento em que identificamos a necessidade de maiores esclarecimentos sobre um determinado assunto.

Salientamos que todos os entrevistados e profissionais das instituições aqui citadas foram muito solícitos e aceitaram prontamente colaborar com a realização desta pesquisa, desde o primeiro contato.

Destacamos que as entrevistas foram pactuadas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TLCE), com base em critérios éticos. Somente dois locais requereram ofício para a disponibilização dos dados. Estes locais foram: o Gabinete do Delegado Geral (GDG), que fica na Sede da Polícia Civil, e a Delegacia de Proteção à Pessoa.

Os temas que tratamos nas entrevistas e na observação participante serão distribuídos e abordados no tópico 3.3, intitulado “Resultados da pesquisa”.

3.2.3.1 Entrevista ONG Movimento Simone Pinho

A entrevista com a presidente da ONG foi a primeira a ser realizada e a recebemos via e-mail no dia 11 de março deste mesmo ano. Em razão do desejo inicial de ter esta ONG como objeto⁵¹ de pesquisa, comecei a manter contato via telefone e e-mail com Josenilda

51. O objeto de pesquisa foi modificado, pois, como a ONG já não estava em funcionamento, não teríamos como observar o trabalho desenvolvido junto aos familiares.

desde o mês de julho de 2016 e ela, muito gentil e disposta a continuar contribuindo para que a causa do desaparecimento de pessoas alcance a relevância própria de um problema público, logo aceitou participar da pesquisa.

A realização da entrevista com ela se deve ao fato de entendermos que a mesma é a pessoa mais indicada para falar sobre a atuação da instituição frente à questão do desaparecimento de pessoas na Bahia e como era feito o trabalho de busca e divulgação destas pessoas e também que tipo de amparo as famílias recebiam ao enfrentarem este problema. Além disso, neste estado, Josenilda foi a precursora na luta pela causa das pessoas desaparecidas e acabou inspirando a elaboração do já citado Projeto de Lei nº. 18.811/2010, que assegura: “Aprovada, esta lei passará a se chamar “Simone Pinho””, conforme Artigo 10º desta legislação.

3.2.3.2 Entrevistas Quadro Desaparecidos

Em janeiro do ano corrente inicia a realização de ligações telefônicas e envio de e-mails na tentativa de agendar a entrevista com um profissional de jornalismo que durante anos apresentou o Quadro Desaparecidos de Feira de Santana, no entanto o mesmo não retornou o contato. Então, fui até o local de gravação tanto para fazer as primeiras aproximações do objeto de pesquisa e observá-lo, como também para tentar agendar a entrevista.

No dia 15 de fevereiro fui pela primeira vez até o local de gravação do Quadro, nesta mesma cidade. Cheguei em torno das 11:20 da manhã e lá já estavam duas pessoas aguardando a repórter, que chegou cerca de 30 minutos depois. A repórter, Poliana, que apresenta atualmente este Quadro, disponibilizou-se de imediato em responder a entrevista. Porém, ela explicou que, como estava apresentando o mesmo há apenas seis meses (na ocasião), não conseguiria responder todas as questões e sugeriu que eu as enviasse por e-mail ao Marcílio Costa (chefe de edição), pois este seria a pessoa ideal para respondê-las. Entrei em contato com este profissional por telefone e avisei que enviaria o e-mail. Ele gentilmente concordou. Assim o enviei, todavia não obtive retorno neste momento.

Então, no segundo dia de observação, dia 22 de fevereiro, a repórter pediu para que eu enviasse o roteiro de entrevista para o seu e-mail e ela mesma encaminharia ao chefe de redação. Isso foi feito. Mas, conforme foram passando os dias, enviei outro e-mail e posteriormente liguei para lembra-lo do roteiro de entrevista. No início do mês de abril recebi por e-mail as respostas deste roteiro. Este profissional explicou-me que devido a sua dinâmica

de trabalho e vida cotidiana, acabou respondendo a entrevista, porém esqueceu-se de enviá-la. E por este motivo ocorreu o atraso no retorno das respostas. O mesmo colocou-se a disposição para que eu pudesse encaminhá-lo possíveis dúvidas referentes à entrevista.

A entrevista para tratar do Quadro Desaparecidos de Salvador, ocorreu no dia 22 de março do ano corrente. Desde o final do mês de janeiro foi iniciado o processo de contato por meio de telefone e e-mail para agendamento de entrevista com a repórter Andréa Silva e a produtora Mayra Lopes. No entanto, a repórter estava de férias, então não foi possível realizar a entrevista neste período. No mês seguinte continuaram as tentativas de agendamento, mas, como era período de Carnaval, os profissionais da mídia precisavam estar engajados na cobertura do evento.

Então, no mês de março, Mayra conseguiu marcar a data da entrevista, que ocorreu na sede da Rede Bahia, no bairro da Federação, em Salvador, em torno das 14 horas. Neste mesmo dia, porém mais cedo, por volta das 11h50min, compareci à Praça da Piedade, local onde é gravado o Quadro Desaparecidos em Salvador, pois desejava observar as gravações, com vistas a apreender as diferenças e similaridades existentes nas gravações realizadas pela TV Subaé e pela TV Bahia. Todavia, somente pude observar por cerca de 10 minutos, pois teria de estar na Rede Bahia às 13 horas e por este motivo não foi possível observar a gravação, tanto quanto eu desejava.

Então, me dirigi ao local e lá fui muito bem recepcionada tanto pela produtora Mayra quanto pela repórter Andréa. Ambas se prontificaram em colaborar com esta pesquisa, demonstrando que a divulgação de pessoas desaparecidas é para elas mais que um trabalho, é uma satisfação pessoal, como afirmaram em entrevista.

Assim, a entrevista com estes profissionais da mídia foi realizada por entendermos que os mesmos são os mais indicados para falar sobre a dinâmica do Quadro Desaparecidos e o que de fato é feito para divulgar estas pessoas neste espaço, já que este Quadro atuou em parceria com a ONG Simone Pinho e ainda atua em parceria com a polícia civil. Além disso, resolvemos abordar este programa jornalístico, pois ele já tem 16 anos de criação, se constituindo enquanto um dos instrumentos de busca a desaparecidos com maior tempo de atuação na Bahia, sendo por vezes procurado por familiares antes mesmo da ida a delegacia de polícia.

3.2.3.3 Entrevista Delegacia de Proteção à Pessoa (DPP)

A DPP está localizada em Salvador, no bairro Pituba. É uma delegacia da Polícia Civil especializada em desaparecimento de pessoas e foi criada no ano de 2012. Ela integra o

Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e tem “como uma das suas atribuições proceder às investigações para localizar pessoas desaparecidas”⁵².

O roteiro de entrevista desta instituição foi o menor, em termos de quantidade de questões, pois o objetivo principal aqui foi coletar os dados referentes à quantidade de desaparecidos e localizados no estado, o perfil e os motivos que tem contribuído para o desaparecimento dos baianos. A entrevista nesta delegacia foi realizada no dia 22 de março, mesma data em que ocorreu a entrevista com as profissionais do Quadro Desaparecidos da TV Bahia. Neste mesmo dia fui ao GDG, localizado na Sede da Polícia Civil, no bairro Piedade, também na capital baiana.

Como resido em uma cidade que fica a mais de 100 km de distância de Salvador, por questões de recursos financeiros e logísticos, optei por marcar a entrevista sobre o Quadro no mesmo dia em que iria ao GDG. Então, primeiramente estive pela manhã no GDG, pois é nesta instituição que recebemos a autorização necessária para a coleta de dados na DPP, e posteriormente, no início da tarde, na Rede Bahia, e no final da tarde fui à DPP, nesta ordem.

O fato de não morar em Salvador foi observado pelo profissional que me atendeu no GDG, este anexou ao ofício uma solicitação de urgência para que a DPP disponibilizasse os dados necessários à realização da pesquisa. Acredito que esta atitude contribuiu muito para que eu tivesse acesso aos dados no mesmo dia. Na DPP, me informaram que a instituição responsável pelos dados das cidades do interior é a CEDEP (Central de Documentação e Estatística da Polícia) e uma profissional da Assessoria de Comunicação da DPP se disponibilizou em mandar um e-mail solicitando tais dados. Tanto ela quanto eu entramos em contato com a CEDEP, mas os dados não foram disponibilizados, conforme já enfatizamos anteriormente.

3.2.4 Observação participante: uma aproximação necessária

Embora a matriz do Quadro Desaparecidos encontre-se em Salvador, a observação participante foi realizada em Feira de Santana, por ser a cidade onde resido os problemas com relação ao investimento financeiro foram reduzidos, o que permitiu que eu me aproximasse mais vezes do objeto de pesquisa, porém menos do que eu desejava.

Inicialmente, tinha como objetivo ouvir os familiares dos desaparecidos por meio de entrevista, pois foram eles que despertaram a minha atenção com relação ao desaparecimento

52. Informações retiradas do *folder* oficial disponibilizado pela DPP.

de pessoas. No entanto, a ida a campo me fez perceber que não seria possível entrevistá-los, pois a rotina diária dessas pessoas se divide em várias responsabilidades, tais como emprego, cuidar da casa, dos filhos, de outros familiares, dentre outras ocupações que fazem com que os mesmos compareçam às gravações porque este é o meio em que eles depositam maior esperança de encontrar o seu ente desaparecido, divulgando os rostos e informações dos mesmos. Em outras palavras, estes familiares ao terminarem as gravações precisam voltar às pressas para dar continuidade as suas rotinas de vida.

Diante disso, percebemos que a única forma de registrar seus relatos seria por meio de um diário de campo, já que este “consiste em uma forma de observação, comentários e reflexões para uso do profissional e do aluno” (Falkembac, s.d. *apud* LIMA; MIOTO; DAL PRÁ, 2007, p. 99), possibilitando assim uma “complementação das informações sobre o cenário onde a pesquisa se desenvolve e onde estão envolvidos os sujeitos (...)” (Triviños, 1987, *apud* LIMA; MIOTO; DAL PRÁ, 2007, p. 100).

Então, concordando com o que abordam as autoras, as anotações feitas no diário de campo serviram para que avançássemos tanto na explicação como na compreensão da totalidade do fenômeno do desaparecimento de pessoas, “captando seu dinamismo e suas relações” (*Idem*).

Portanto, o diário de campo é uma ferramenta essencial na observação participante, que é definida “como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (MINAYO, 2009, p.70). Minayo ressalta que este é um instrumento de coleta de dados muito importante, é parte essencial da pesquisa qualitativa a tal ponto em que alguns estudiosos o consideram como “um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade” (*Idem*).

Para esta autora, neste processo de observação, com o objetivo de coletar dados e compreender o contexto do objeto, o observador terá uma relação direta com os interlocutores no local da pesquisa e participará, quando possível, da vida social destes, modificando este contexto e modificando-se pessoalmente.

A observação participante foi realizada em três dias, dia 15 de fevereiro, 22 de fevereiro e 08 de março, a partir das 11h20min da manhã até após as gravações, em torno das 12h10min, no ponto de encontro com as famílias, já citado anteriormente.

Este foi o período em que pude me aproximar de muitas das pessoas que de certa forma eu já conhecia, pois já tinha as visto na televisão nas oportunidades que tive de assistir ao Quadro. Estar perto delas me fez perceber o quanto o desaparecimento de um ente acaba

mudando a rotina das pessoas e em certa medida, me coloquei no lugar delas e percebi o quanto difícil é lidar com esta situação.

Nesta fase, vivenciei o dilema de ter de me aproximar dessas pessoas e manter a distância necessária para a realização da pesquisa, camuflando muitas vezes a emoção que pairava ao lidar com as histórias ali contadas.

Ressalto que desde o primeiro momento não houve nenhuma recusa da parte dos participantes e nem da equipe de jornalismo, que sempre foram muito atenciosos e cordiais para comigo. Eles queriam saber sobre a minha pesquisa, e quando eu chegava sempre me recebiam com sorrisos e saudações, especialmente os participantes mais assíduos, tais como o senhor Carlos Marighela e a senhora Dinaelza Soares, que encontrei todos os dias nos quais observei. Saliento que alguns participantes demonstraram mais os seus posicionamentos com relação ao fenômeno do desaparecimento (estes apareceram mais vezes nas citações), outros, talvez mais tímidos ou receosos, falaram menos, porém, todos contribuíram para que apreendêssemos os movimentos do objeto e realizássemos esta pesquisa.

No segundo e terceiro dia eles mesmos me apresentaram aos demais participantes e eu expliquei a pesquisa e prossegui perguntando os seus nomes e se podiam conversar um pouco comigo sobre o motivo que aos levava àquele lugar. Todos, sem exceção, me falaram quem estavam procurando, alguns mais tímidos e com ar mais preocupados ou apressados, falavam menos, outros mais descontraídos e menos receosos se estenderam mais nas falas. A escuta é fundamental neste momento. É o momento de dar voz a estas pessoas, deixar que elas falem livremente. Em alguns momentos lhes fazia algumas perguntas tais como: quando ocorreu o desaparecimento? Em quais locais já procurou? Parentesco? Onde residiam? Se já tinha visitado equipamentos do Serviço Social para buscar auxílio com relação aos seus direitos e acesso a acompanhamento psicossocial? Se já tinham registrado a ocorrência do desaparecimento em delegacias? Dentre outras perguntas. Outras vezes só os observava conversando entre si e quando surgia a oportunidade fazia algum tipo de intervenção, como sugerir a inscrição do desaparecido nos sites das ONGs citadas neste trabalho, tentar também a inscrição no site governamental Cadastro Nacional de Desaparecidos, em páginas criadas no *Facebook* para a divulgação de desaparecidos e pessoas que perderam o contato com familiares. Uma das mães me pediu que divulgasse a foto de sua filha nestes sites, então eu a expliquei que um familiar próximo como a mãe ou pai ou outros que os substitua é o mais indicado, tanto por questões de segurança como para que as informações sejam as mais precisas. Ela compreendeu, e me pediu que a enviasse os endereços dos sites e isso foi feito.

Foi necessário ter cautela para não parecer que a minha presença no local resolveria de imediato os problemas deles. Por exemplo: três dos participantes me perguntaram como eu podia ajudá-los nesta situação, mas no terceiro dia de observação, Margarida Maria (mãe de Ana Maria, desaparecida há 3 meses) me fez esta mesma pergunta, entretanto seu olhar transparecia muita emoção.

Este fato ocorreu assim: quando ela chegou, dois participantes a chamaram para que ela ficasse junto ao grupo. Enquanto eu conversava com outros participantes, ela se aproximou, me apresentei e expliquei o que estava fazendo ali, falei brevemente da pesquisa, e perguntei o seu nome e o da filha e as condições do desaparecimento. Ela respondeu minhas perguntas calmamente, mas em seguida perguntou-me: “*Sim, mas em que você pode me ajudar?*” Eu respondi que, na condição de estudante, eu poderia escrever sobre o problema, expondo através da minha pesquisa os desafios enfrentados por eles na busca por seus entes, esperando que outras pessoas também escrevassem sobre o assunto, se mobilizem em torno da causa, até que finalmente o problema ganhe maior visibilidade perante a sociedade e o poder público e este o insira de fato em suas agendas como um problema público que necessita de respostas urgentes, por meio da formulação e implementação de políticas voltadas para assegurar de fato o direito deles e o de todos os desaparecidos, de forma universalizante.

Porém, compreendo que qualquer resposta minha naquele momento não daria conta de sanar a sua angústia diante da falta de respostas sobre o desaparecimento da filha, e isso acaba fazendo com que surja, inevitavelmente, um sentimento de inutilidade perante o problema. Contudo, a minha resposta a impulsionou a demonstrar suas concepções sobre o desaparecimento e a falta de acesso a direitos, enquanto familiar de desaparecido.

Portanto, a observação é também um momento de troca de informações, de aprendizado e de transformações. Os familiares com os quais pude conviver nestes dias me falaram como estavam procedendo com as buscas e os locais que já haviam recorrido, por exemplo, a senhora Dinaelza Soares já viajou até mesmo para outros estados em busca do seu irmão, que desapareceu há 7 anos. Ir a campo e lidar com pessoas que passam pela experiência do desaparecimento, é sem dúvida um momento transformador, pois aqui se pode confrontar a teoria com a realidade social e perceber que uma complementa a outra, e isso modifica o pesquisador porque ele passa a enxergar aquela realidade de outra maneira, passa a ter uma visão mais crítica e reflexiva sobre a mesma, já que esteve inserido nela.

3.2.5 Estudo de vídeos

Foram realizados estudos de 14 vídeos, sendo 7 (sete) do Quadro Desaparecidos de Salvador e 7 (sete) do de Feira de Santana. Buscamos os vídeos na internet, no site da Rede Globo (<http://g1.globo.com/bahia/bahia-meio-dia/videos...>), emissora que a TV Bahia e a TV Subaé são afiliadas e também no site *YouTube*. Assistimos aos vídeos online no primeiro site citado, mas encontramos alguns destes vídeos disponíveis no *YouTube*, que foram baixados por meio do aplicativo *Free YouTube Download*. A partir daí criamos um banco de dados com estes vídeos e com informações dos mesmos em documento *Word*. Os vídeos são referentes aos meses de janeiro a abril de 2017. O objetivo foi coletar maiores informações sobre o nosso objeto de pesquisa.

3.3 Resultados da pesquisa

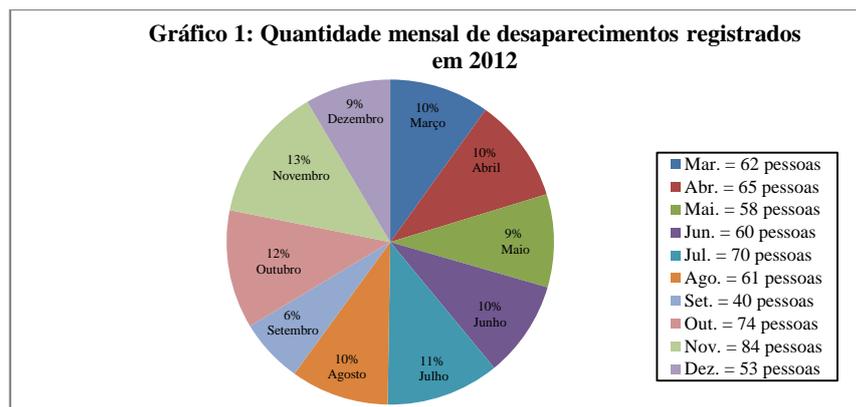
No presente tópico abordaremos os temas tratados nas entrevistas e na observação participante, os dados coletados durante o processo de pesquisa de campo.

3.3.1 Quantidade de Pessoas desaparecidas

Sabe-se que o desaparecimento de pessoas no estado da Bahia, assim como em outras partes do Brasil e do mundo, não é um fenômeno novo ou recente, no entanto, os dados apresentados aqui dizem respeito aos registrados a partir do mês de março de 2012 (ano da criação da DPP) até fevereiro de 2017, e são referentes à cidade de Salvador e região metropolitana, já que não tivemos acesso aos dados estatísticos de Feira de Santana⁵³.

Portanto, os dados de março a dezembro de 2012 apontam a ocorrência de 629 desaparecimentos em Salvador e região.

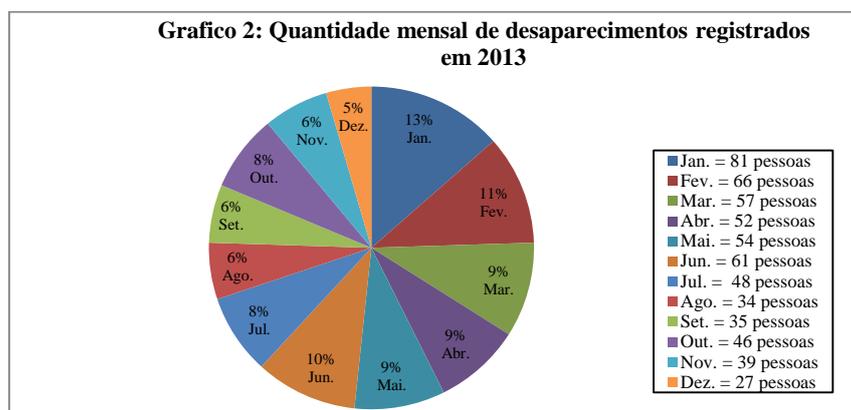
53. Os únicos dados estatísticos que conseguimos ter acesso sobre o desaparecimento de pessoas em Feira de Santana dizem respeito aos que foram publicados pelo site *Acorda Cidade*, no dia 02/02/2017. Segundo este site, o Centro de Documentação e Estatística da Polícia Civil registrou apenas um caso de desaparecimento de criança no ano passado, no município. Em 2015, foram três as ocorrências envolvendo crianças de 0 a 11 anos. Em contrapartida, neste mesmo ano, foram registrados 64 desaparecimentos de pessoas entre 12 e 17 anos. Em 2016, foram 41 casos registrados de pessoas desaparecidas nesta faixa etária. O site realizou uma breve entrevista com a delegada Dorean dos Reis Soares, que afirmou que os números estão “dentro da normalidade”. Para ela: “Os dados de crianças desaparecidas são os mínimos. Em 2015, foram três crianças, e todas retornaram ao lar. E a gente tem um maior número de adolescentes, de 12 a 17 anos, que são os casos de briga com os pais, ou fogem com namorados, tem uma festa e querem dormir na casa de um amigo, passam um final de semana fora de casa ou uma semana, e é feito o registro, a gente investiga, e assim que se descobre o paradeiro retornam ao seu lar. Então vemos que é dentro da normalidade”. Disponível em: <<http://www.acordacidade.com.br/noticias/172336/cai-numero-de-criancas-e-adolescentes-desaparecidos>> Acesso em 23/02/2017.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

Conforme o Gráfico 1, o mês de novembro apresenta o maior índice de desaparecimentos, equivalendo a 13%. No entanto, é possível notar que todos os meses apresentam grande quantidade de registros de ocorrência. Deste modo, por mês, foram registrados em média 62,9 casos de desaparecimentos.

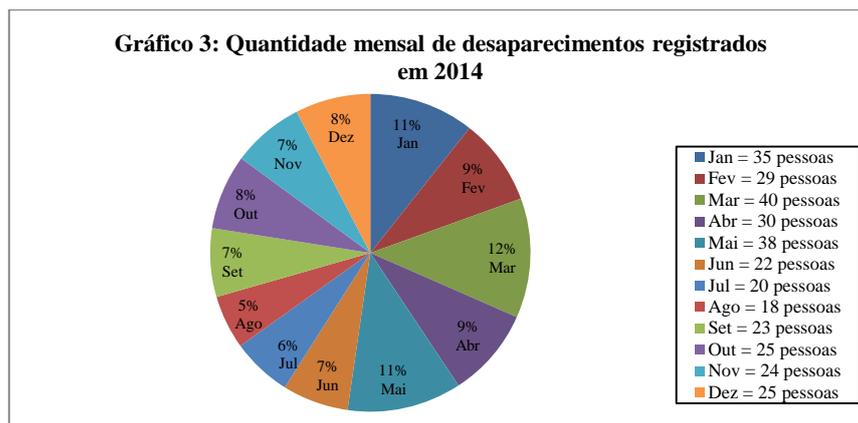
No ano de 2013, seiscentas (600) pessoas foram registradas como desaparecidas.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

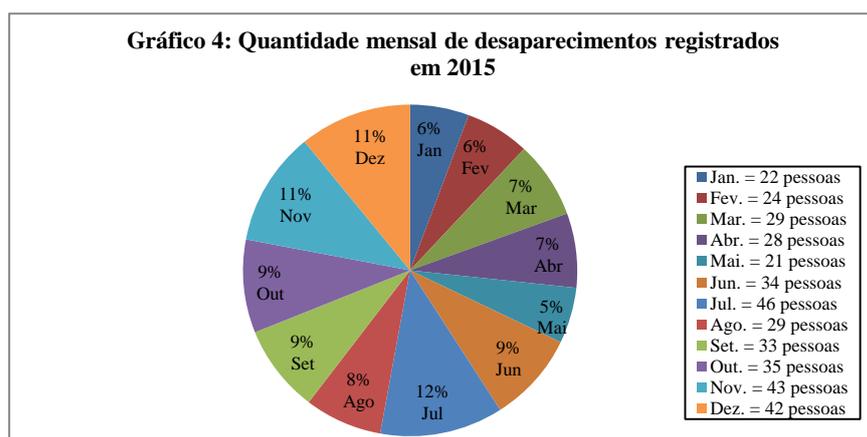
Conforme o gráfico 2, em média 50 casos de desaparecimento foram registrados por mês em 2013. Neste ano, segundo pesquisa já citada no primeiro capítulo, Salvador foi a terceira capital do Brasil com o maior número mensal de registros de pessoas desaparecidas.

Em 2014, o número de desaparecidos foi 329. Uma média de 27,4 desaparecimentos mensais, sendo o menor índice de desaparecimentos registrados desde a criação da DPP. No entanto, como a Delegacia não trabalha com prevenção não podemos afirmar que a redução nos casos de desaparecimentos tem alguma relação com o seu funcionamento.



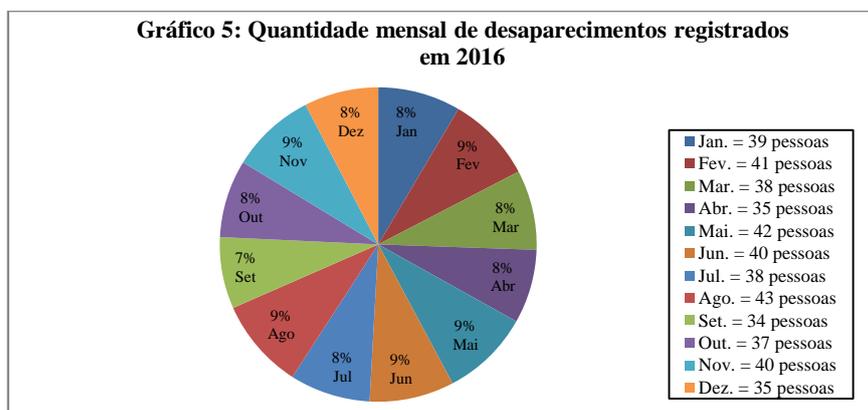
Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

No ano de 2015, cinquenta e sete (57) pessoas desapareceram a mais que no ano anterior. O número de registros equivaleu a 386 pessoas. Assim sendo, por mês a DPP registrou em torno de 32,16 casos de desaparecimentos.



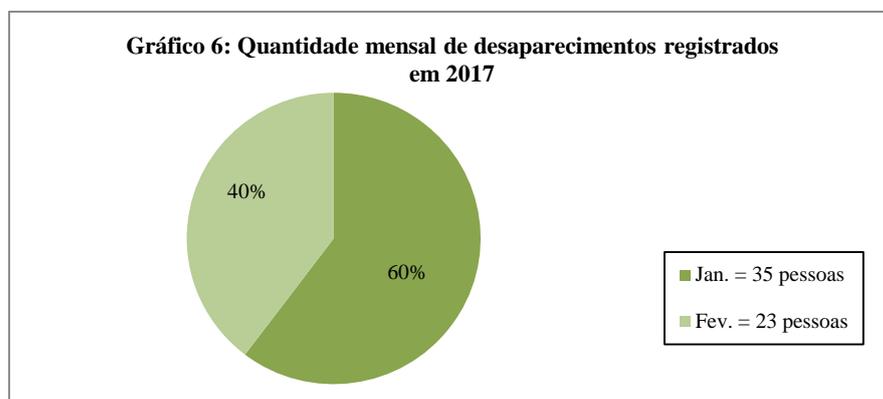
Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

Em 2016, o número voltou a crescer, sendo registrados quatrocentos e sessenta e dois (462) casos de desaparecimentos. A média mensal foi de 38,5. Conforme o gráfico 5.



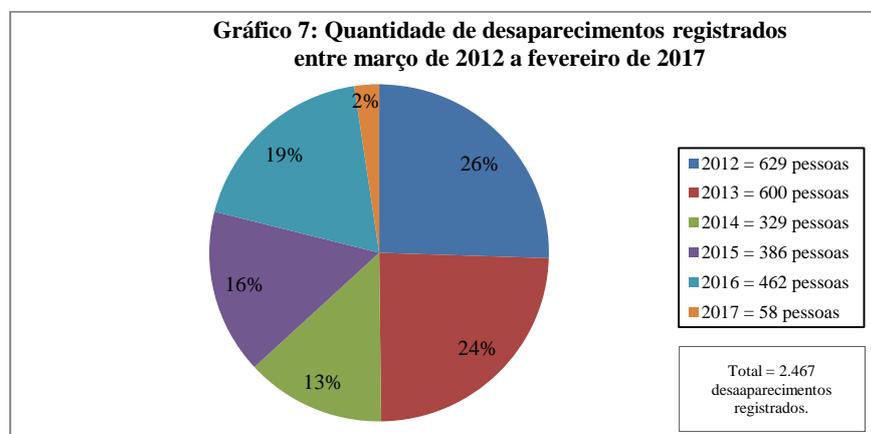
Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

De acordo com o que já ressaltamos, os dados que tivemos acesso de 2017 são dos meses de janeiro e fevereiro, já que a coleta destes dados foi realizada no mês de março. Assim sendo, nestes dois meses, a DPP já havia registrado 58 casos de desaparecimentos, sendo trinta e cinco (35) em janeiro e vinte e três (23) em fevereiro.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

Portanto, entre março de 2012 e fevereiro de 2017, foram registrados dois mil quatrocentas e sessenta e sete (2.467) casos de desaparecimentos. Conforme gráfico 7.



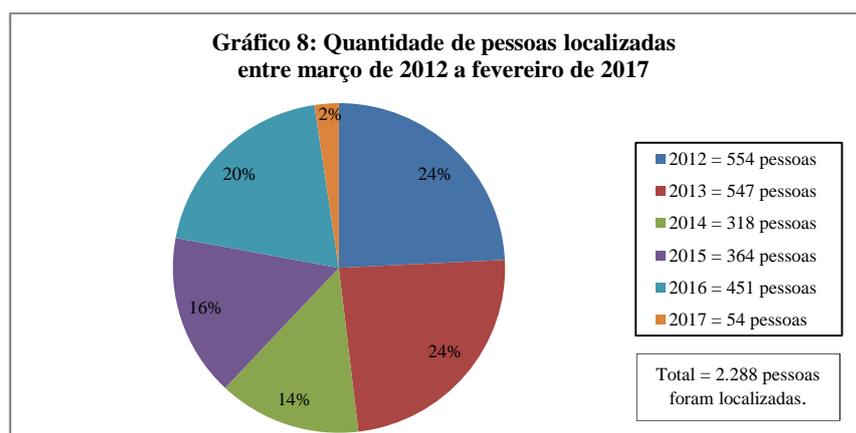
Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

Sendo que o ano de 2012, embora os dados sejam referentes a 10 meses, o percentual de desaparecimentos foi maior que nos demais anos (com exceção de 2017, cujo registro é apenas de 2 meses), com equivalentes 26% do número de registros⁵⁴.

54. É importante pontuar que sempre ressaltamos que são os “dados registrados”, porque aqui consideramos a possibilidade de nem todos os desaparecimentos serem registrados em delegacias, tais como os ocorridos em virtude da perda de contatos familiares, dentre outros motivos. Há também o fato de que a figura desta instituição ainda é motivo de receio para algumas pessoas, assim é possível que alguns casos de desaparecimentos não estejam inseridos nas estatísticas policiais.

3.3.2 Quantidade de pessoas localizadas

Do total de pessoas desaparecidas, duas mil duzentas e oitenta e oito (2.288) foram localizadas, conforme gráfico 8. Todavia, 179 pessoas que desapareceram neste período em que os dados disponibilizados pela DPP abrangem ainda permaneciam com o paradeiro ignorado até fevereiro do ano vigente.



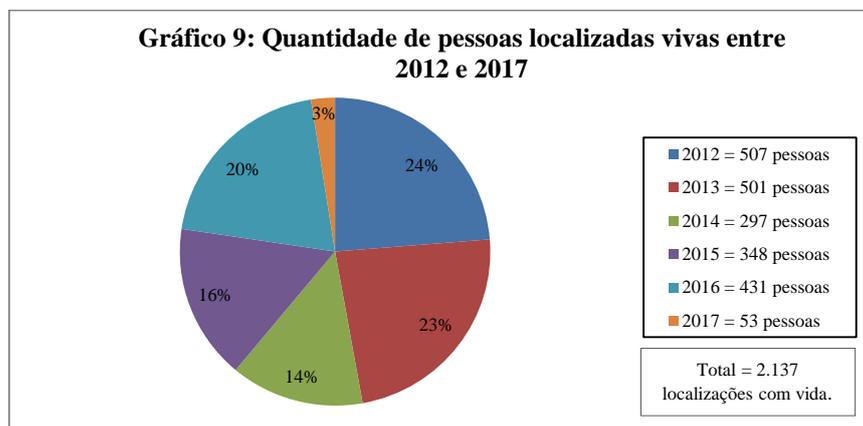
Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

Sobre as localizações, o profissional entrevistado do Quadro Desaparecidos de Feira de Santana não tem uma estimativa sobre a quantidade de localizações. Já as entrevistadas do Quadro de Salvador afirmaram que, de 2001 até o início do ano vigente, o Quadro contribuiu para que houvesse “*uma média de 5.000 reencontros, entre pessoas com vida e pessoas sem vida*” (Mayra), ou seja, de “*finalização das histórias, tanto reencontros com final feliz ou situações outras, de pessoas que morreram, descobrir que estavam mortos. Mas é mais encontro feliz na verdade*” (Andréa).

No entanto, Mayra acredita que tanto um dado quanto o outro “*não expressa a realidade*”. De fato, nenhum dos dados são capazes de compreender toda a realidade do fenômeno, apenas uma parte do mesmo. Dentre outros motivos, existem os casos em que as pessoas são localizadas pelos familiares e estes não retornam nem à delegacia e nem ao Quadro para avisarem que a situação já foi resolvida. Sobre isso, durante a observação em Feira de Santana, a senhora Dinaelza Soares e o senhor Carlos Marighela disseram considerar “*um absurdo, como é que a pessoa localiza e não vem aqui falar que localizou?*”, “*é bom avisar para que mais pessoas se sintam motivadas a também vir aqui*”, respectivamente. Mayra afirma que, quando as pessoas demoram a aparecerem para gravar o Quadro, ela mesma liga para saber como anda a situação, se a família já localizou ou não. A autoridade

policial informou que ao ocorrer a localização é necessário “a família voltar para fazer o termo de baixa, para arquivar” o caso.

Sobre as localizações com vida, que correspondem à maioria dos casos, os dados da DPP indicam que o número de pessoas localizadas com vida nestes anos foi de 2.137.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

Localizar o ente com vida é tudo o que o familiar mais deseja, no entanto, conforme vão se passando os anos, algumas famílias desejam ao menos localizar o corpo para realizar o sepultamento e fechar o ciclo. Lembro-me que alguns autores e familiares consideram os desaparecimentos mais longos como uma “morte inconclusa”, não consumada. Ou seja, aqui há um luto, mesmo sem a existência do corpo, porém este luto é, por vezes, mais prolongado do que aquele no qual foi realizado todo o ritual com corpo e sepultamento, conforme a cultura de cada um. Sobre isso, na observação alguns familiares de desaparecidos afirmaram que querem “encontrar de qualquer maneira”, seja com vida ou não, mas só não querem continuar sem uma resposta. Este é o caso de dona Dinaelza Soares e seu Carlos Marighela, pessoas que conversei e que participam do Quadro há mais tempo. A primeira procura o irmão há 7 anos, o segundo procura o cunhado há 3 anos.

Segundo Mayra, “muitas mães que perderam os filhos, encontrou enterrado não sei onde, elas ficam extremamente gratas a gente por ter encontrado. Ficam super felizes: ‘minha filha, agora eu sei onde está o meu filho, porque antes...’ o pior para todo mundo é essa angustia de não achar”.

No entanto, a maioria dos familiares nem cogitam a hipótese de encontrar o ente morto, isso foi observado nos casos em que o desaparecimento é mais recente, em que o que impera é o sentimento de esperança, embora este seja o sentimento de todos que comparecem todas as quartas para a gravação do Quadro, independente do tempo que ocorreu o

desaparecimento. O fato é que quem procura por desaparecidos, acima de tudo, deseja os encontrar com vida.

Além do exposto, é necessário salientar que pode haver casos nos quais a pessoa procurada não quer que ocorra a sua localização ou não deseja retornar ao convívio familiar, por algum motivo. As profissionais do Quadro da TV Bahia trazem à luz um exemplo desta situação. Segundo elas, um jovem que morava em Portugal e foi localizado vivendo em situação de rua em Salvador, não aceitou retornar à sua casa:

Um dia teve um caso daquela senhorinha que o filho dela era usuário de drogas, que morava em Portugal, que o filho dela estava na rua. O filho era de Portugal e veio de Portugal para cá. Achou no mesmo dia, mas a gente nem conseguiu fazer a reportagem, porque ele queria ficar na rua, então ela disse: - minha filha a minha busca encerrou aqui, porque ele não quer voltar para casa. (Mayra)

O Quadro costuma exibir reportagens sobre algumas localizações, o que não foi possível neste caso, conforme ressalta Mayra.

Sobre a localização de pessoas sem vida, segundo os dados da DPP, 151 pessoas foram localizadas mortas, entre março de 2012 e fevereiro de 2017. Vide gráfico 10.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

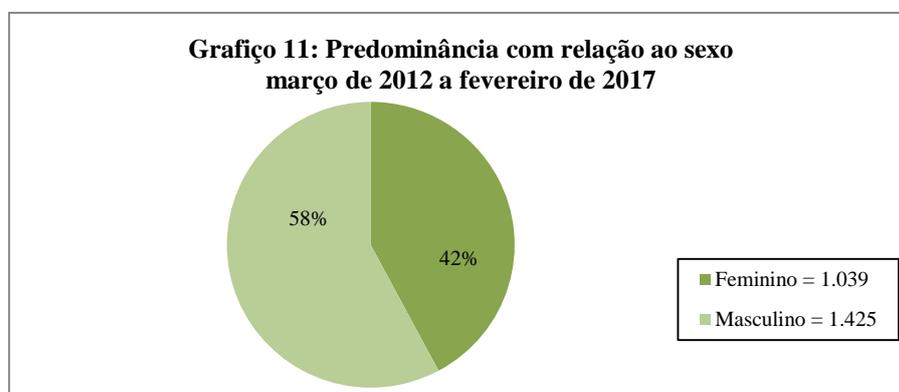
3.3.3 Perfil das pessoas desaparecidas

Sobre o perfil das pessoas que mais desaparecem na Bahia, a senhora Josenilda, presidente da ONG Movimento Simone Pinho (lembrando que esta organização funcionou de 2002 até 2010), afirma que em sua maioria eram “pessoas de classe social baixa, nível escolar fundamental, afrodescendentes”. De acordo com ela, a predominância era de pessoas do “Gênero masculino, idade entre os 13 a 23 anos, afrodescendentes, nascidos na capital baiana e região metropolitana, classe social baixa e portadores de necessidades especiais [sic]”.

Sobre o perfil dos participantes do Quadro Desaparecidos em Feira de Santana, Marcílio afirmou que “Geralmente estas pessoas têm baixa renda” e afirmou que não tem estatística tanto no que diz respeito à cor/etnia quanto sobre a idade das mesmas. Observamos *in loco* que a maioria é da classe trabalhadora e advinda das camadas mais populares, visto que durante as conversas que tivemos alguns deles disseram: “como a gente é pobre fica mais difícil encontrar”, “sabe como é né, você já é pobre e ainda mora em condomínio Minha Casa, Minha Vida, aí a gente sofre preconceito e desconfiança”, “quando a pessoa é rica no instante eles acham ou viva ou morta, mas acham”. Com relação à cor/etnia percebemos, tanto na observação *in loco* como nos vídeos, que é variada.

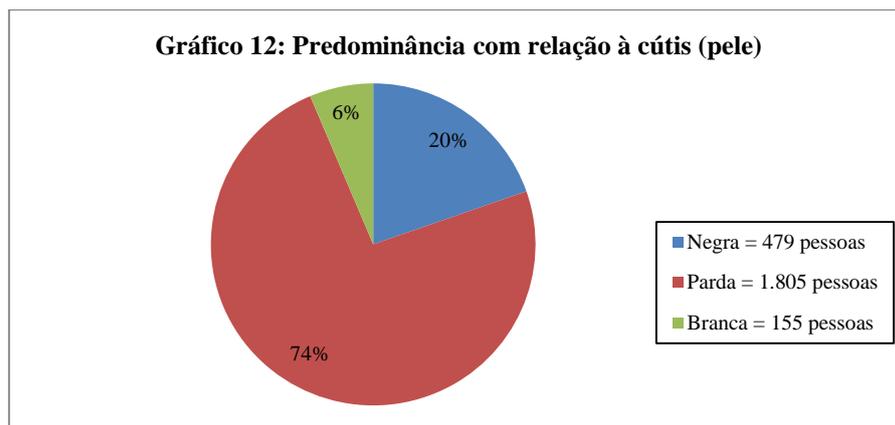
Já no Quadro gravado em Salvador, as profissionais afirmam que este perfil “é variado, homens e mulheres”, não sabendo informar a predominância com relação ao sexo, a cor/etnia, nem a idade precisa dos que desaparecem. Andréa afirma que não têm estatísticas a este respeito, mas que acredita que a “a maioria é adulto jovem”.

Os dados da DPP sobre o perfil apontam o seguinte: Embora tenhamos um grande número de pessoas desaparecidas de ambos os sexos, nos anos que os dados abrangem, a predominância é de pessoas do sexo masculino, equivalendo a 1.425 casos. Ou seja, 58% dos registros são de pessoas do sexo masculino e 42% do sexo feminino.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A.

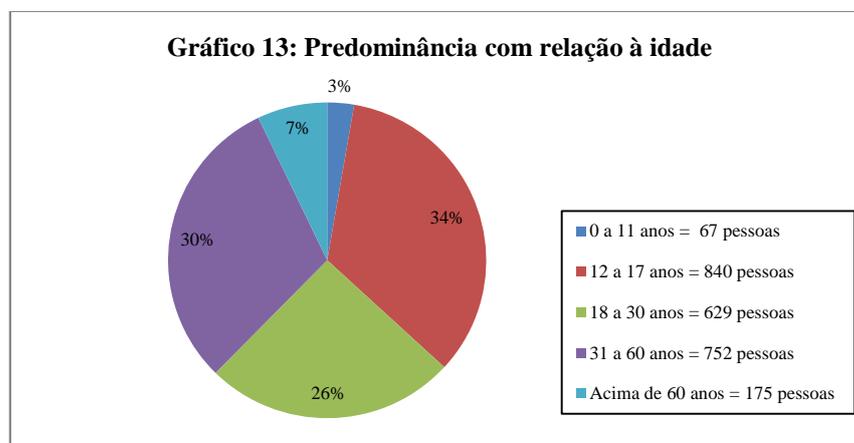
Com relação à cúrtis (pele), a predominância neste período foi de pessoas de pele parda, correspondendo ao registro de 1.805 pessoas, o equivalente a 74% dos casos. Conforme dados do gráfico 13.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J. A.

Todavia, se considerarmos que a pele parda, assim como a preta (não denominada nos dados da DPP) se insere também na categoria racial negra, ao que indica estão falando do mesmo grupo étnico racial. Lembrando que a afirmação da cor da pele tem relação com as questões de identidade (como você se identifica/como você se vê) e de cultura, da construção social das características físicas do negro, isto é, qual tom de pele - e demais traços físicos – a sociedade aprendeu a relacionar com o negro (como a sociedade vê você). De qualquer modo, os dados indicam que as ocorrências de desaparecimentos, em sua maioria, foram de pessoas identificadas como pardas e negras.

A idade predominante (assim como ocorre em Feira de Santana conforme nota rodapé da p.89) foi dos 12 aos 17 anos, tendo 840 registros de pessoas desaparecidas, ou 34% dos casos. O número de pessoas desaparecidas com idades entre 31 a 60 anos, e 18 a 30 anos é também bastante expressivo, correspondendo a respectivos 34% e 26% dos registros.

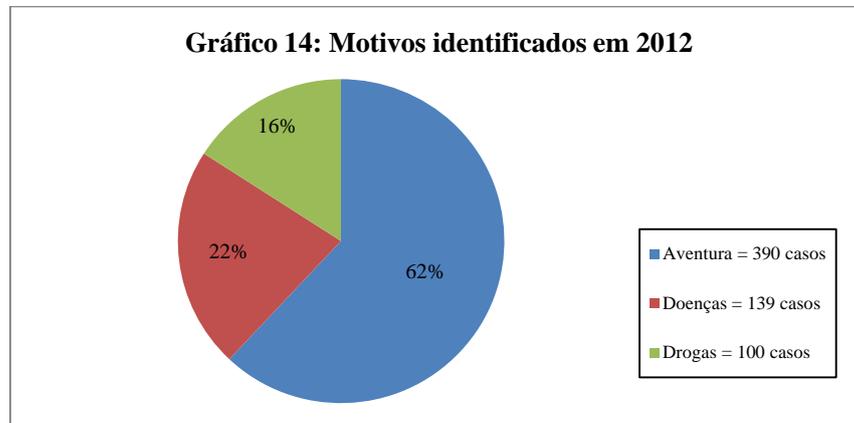


Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J. A.

Portanto, os dados da DPP e as entrevistas com os profissionais que lidam com o problema, indicam que o desaparecimento de pessoas, especificamente em Salvador e região metropolitana, é um fenômeno social que acomete principalmente os homens de cor parda e negra, adolescentes, com idades entre 12 e 17 anos. Sobre a classe social, há indícios de que uma parcela significativa pertença à classe trabalhadora e com renda baixa, no entanto, como não fizemos esta pergunta a todos que recorrem ao Quadro Desaparecidos, nem os profissionais do Quadro ou da delegacia tem este dado estatístico, não podemos ser mais precisos com relação a esta categoria.

3.3.4 Motivos/Determinações

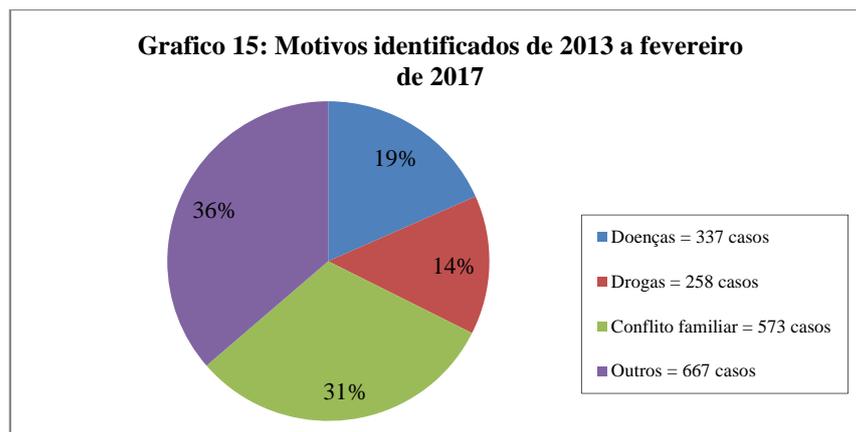
Mais o que tem determinado tantos desaparecimentos? Sobre os motivos, apresentaremos dois gráficos referentes aos dados da delegacia, pois 2012 é o único ano em que “aventura” aparece como motivo, sendo o determinante principal dos desaparecimentos, com equivalentes 390 casos registrados, ou 62%.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J. A.

Em 2012, a DPP identificava três motivos: Doenças; Drogas; Aventura. Porém, para facilitar a compreensão e identificação das doenças que mais tem determinado os desaparecimentos seria necessário nomear algumas doenças que geralmente provocam desaparecimentos. Na delegacia me informaram que as doenças são geralmente Alzheimer, doenças psicológicas como a esquizofrenia, o transtorno bipolar do humor, sendo relacionadas aos desaparecimentos tanto de idosos quanto de jovens.

A partir de 2013, a DPP passa a inserir o “conflito familiar” e a denominação “outros” entre os motivos dos desaparecimentos.



Fonte: DPP. Organização: PEREIRA, J.A

Vimos, portanto, que a denominação “Outros” apresenta o maior número de casos de desaparecimentos, com 667 casos registrados (ou 36%). No entanto, utilizar a palavra “Outros” enquanto motivo pode escamotear as reais determinações que estão por trás deste problema social, além de fazer com que permaneçam dúvidas com relação aos reais motivos que tem contribuído para a ocorrência dos desaparecimentos.

Porém, percebemos também que o “conflito familiar” é um motivo bastante expressivo perante os demais, com 573 casos registrados, o equivalente a 31%. Ao longo deste trabalho vimos que geralmente incluem o conflito familiar como um dos determinantes de desaparecimentos no Brasil, sendo associado às fugas do lar em virtude da violência familiar e/ou doméstica. Nesta perspectiva, na DPP, os agentes informaram que em “conflito familiar” estão inseridas as fugas devido ao envolvimento com drogas e orientação sexual (homossexual) não aceita pelos pais, ambos exercendo forte influência nos desaparecimentos ditos voluntários.

Ao responder sobre o que mais contribui para o desaparecimento das pessoas, Josenilda afirma que “o principal motivo é a desestrutura familiar, fato primordial para que jovens ainda em formação social e/ou com transtornos mentais venham a evoluir por caminhos tortuosos das drogas, prostituição e crimes comuns, ou simplesmente evadir da sua residência”. Além disso, ela afirma que

dentre a maioria das ocorrências registradas, estão os portadores [*sic*] de deficiência mental, mas temos também: aqueles que desaparecem por conta própria, outros fogem dos familiares que os maltratam de todas as formas; e muitos encontram-se nas ruas onde os mesmos se deparam com a prostituição, drogas, etc. Situação socioeconômicos precaríssimas – situação de abandono, conflito de guarda, rapto de crianças, suspeita de homicídio e extermínio (Josenilda).

Segundo o profissional do Quadro Desaparecidos de Feira de Santana, as pessoas mais procuradas no Quadro são: pais e filhos que se separaram ainda na infância, filhos que

não conhecem os pais (principalmente o pai), perda de contato com familiar, pessoas que sumiram após sofrer alterações nas condições de saúde mental (transtornos mentais), pessoas com deficiência mental que saíram desacompanhadas e não retornaram, pessoas que saíram para trabalhar e/ou realizar alguma atividade cotidiana e não retornaram e nem deram notícias, pessoas que saíram em busca de emprego em outros estados e não deram mais notícias. Estes dizem respeito à maioria dos motivos citados pelos familiares e conhecidos que buscam por desaparecidos no Quadro gravado nesta cidade. Também foi possível observar estes determinantes por meio dos vídeos e da observação, principalmente casos de perdas de contatos e que as pessoas desejam conhecer algum familiar, além dos casos de pessoas que saíram de casa para realizar alguma atividade e não retornaram, pessoas com deficiência ou algum tipo de doença psicológica também são bastante procuradas.

Exemplificarei alguns casos: Maria Augusta, uma adolescente de 17 anos, que participou em um dos dias em que estive observando, procura o pai e relatou que *“o meu maior sonho é conhecer meu pai”*. Quando ela já estava gravando o Quadro, uma pessoa próxima à ela, que a acompanhava, falou-me que a mesma se emociona sempre que participa de reuniões familiares em sua casa, pois ela sente falta do pai. Esta pessoa contou-me que há algum tempo a adolescente vem tentando saber ao menos o nome do pai, *“mas a mãe escondeu o nome do pai dela, mas de tanto ela insistir e chorar, a mãe resolveu falar o nome e hoje a gente veio aqui para ver se encontra, porque é o sonho dela”*. Algumas pessoas que procuram por familiares, não sabem o nome completo deste familiar ou não tem foto recente do mesmo, o que dificulta a localização.

Maria Lúcia procura pela mãe biológica desde que a mãe adotiva faleceu, há 1 ano, ao aparecer no programa, durante os dias em que observei, recebeu uma ligação de uma mulher que afirmava ser a sua mãe, no entanto, ao se encontrarem e conversarem, compartilharem as informações que tinham, perceberam que não eram mãe e filha. Ela contou-me que o que mais deseja agora é encontrar a sua mãe, pois ela mora sozinha e sente muita falta da mesma.

Tem o caso do irmão da senhora Dinaelza Soares, que saiu para trabalhar, na mesma cidade em que morava com a família, há 7 anos atrás, e a partir deste dia não se tem qualquer informação sobre o paradeiro dele. Já no caso do senhor Jaime da Silva, observado nos vídeos, ele procura a prima que *“foi para o Rio de Janeiro à procura de trabalho e daí nós não tivemos mais notícias”*, o que ocorreu há mais de trinta anos.

Outro exemplo observado nos vídeos é o de Fernando Santa Cruz, que procura pelo cunhado que *“saiu na madrugada de sexta para sábado, deixando todos os documentos e pertences e até agora não deu notícias”*. Mantive contato com Maria Regina e Jorge Leal, mãe e pai de uma criança de 7 anos que desapareceu misteriosamente no início deste ano, deixando para trás os seus brinquedos e a sua sandália em frente à casa da avó, onde brincava no momento do desaparecimento.

Além destes, há os casos de desaparecimentos de pessoas dependentes químicas (alcoolista e/ou usuária de outras drogas). Na observação conversei com o senhor Carlos Marighela, que procura pelo cunhado, que segundo ele *“tomava remédio e bebia muito e nesse dia ele saiu para beber e até hoje não retornou”*. Também conversei com uma mãe que procura pela filha que sofre de esquizofrenia e faz uso de drogas ilícitas.

Para Andréa “talvez sejam quatro” os motivos que mais aparecem no Quadro gravado em Salvador:

fuga espontânea, aí por motivos vários de desentendimento com a família, de depressão, de vontade mesmo de sumir do mundo, acontece isso; doenças psicológicas ou doenças mentais esse também é um aspecto bem forte (...), desencontro do passado (...) desencontro familiar por separação do passado; e adoções também do passado às vezes legais, às vezes ilegais. Muitas vezes ilegais e que a pessoa se arrepende lá na frente e quer se reencontrar. Crime também, mas crime é menos, né. Ultimamente tem sido bem menos” (Andréa).

3.3.5 Depoimentos sobre os desaparecimentos e as buscas

Durante a coleta de dados buscamos identificar nas falas dos sujeitos participantes a concepção que estes têm sobre o desaparecimento e os desafios para a realização das buscas.

Nas falas identificamos que o desaparecimento pode ser visto como um problema cuja causa “geralmente” está na família (ou no “desajuste familiar”), mas também pode ser considerado como algo que “pode ocorrer com qualquer pessoa”, abalando o emocional de quem vivência e, portanto, somente quem passa pelo problema saberia explicá-lo por experiência própria.

Assim, para os profissionais da mídia o desaparecimento seria um fenômeno social que:

Geralmente ocorre devido a algum desajuste familiar. Os casos mais antigos parecem que são reflexo de problemas financeiros, pois existem casos de crianças que foram dadas para serem criadas por outras famílias (Marcílio).

É difícil assim... eu penso que é primeiro uma situação da vida, que não tá escape de ninguém. Pode acontecer com qualquer pessoa. E eu acho que é uma situação muito angustiante. É uma situação que ninguém poderia passar, porque é uma situação muito complicada porque você não sabe se a pessoa tá viva ou se a pessoa tá morta, se a pessoa tá com frio, se a pessoa tá doente, se a pessoa tá com amnesia. É uma angustia constante (Mayra).

É um negócio que não se explica. Só quem sente, só quem vive sabe o que é isso aí... Ninguém tá livre de passar por um problema grave desse... é uma dor muito grande... É uma incerteza todos os dias (Andréa).

A primeira fala chama a atenção devido ao uso da expressão “desajuste familiar”. Entretanto, cabe nos questionarmos sobre qual família recai social e historicamente esta expressão? A mesma fala responde esta questão: a família com “problemas financeiros”, ou, a família constituída pela classe que vive do trabalho.

Aqui é importante lembrarmos que esta também é a família que não dispõe do acesso a políticas públicas que lhes assegure de fato o acesso qualitativo a programas sociais voltados para a garantia de emprego, segurança, saúde, educação, alimentação e condições favoráveis de sobrevivência. Vale ressaltar que o modo de produção capitalista ao transformar o trabalho em emprego, acaba imprimindo mudanças no que diz respeito as relações sociais tanto no âmbito familiar como comunitário, ou seja, os indivíduos passam a enxergarem-se como rivais, há sempre a sensação de que é preciso competir, demarcar território, dominar o outro, este outro pode ser o seu vizinho, a sua esposa, os seus filhos, a sua família, o que pode evoluir para as práticas de violência. Soma-se a isso, o fato de que as relações de produção ocasionam desempregos e empobrecimento da classe trabalhadora, restando a esta a luta por sobrevivência.

Então, identificados os problemas sociais existentes no contexto familiar que têm determinado desaparecimentos, é importante que sejam criadas políticas sociais que encarem com seriedade e reduzam de fato estes problemas, atuando constantemente na prevenção dos mesmos junto a estas famílias.

Tomando por base as outras duas falas, nos questionamos: qual a concepção que as pessoas, cujo lugar de fala é o de mãe e pai de desaparecidos, têm sobre este fenômeno?

Eu fico pensando: ela [Ana Maria] é mulher, que já torna ela mais vulnerável, ainda esquizofrênica, ainda usa drogas.... É muito triste não saber onde a filha está, se está comendo ou bebendo, se tem tomado os remédios e quando a menstruação chega? Como ela tem se virado nesses dias? (Margarida Maria).

A cada dia que passa dói mais, porque a gente fica naquela esperança de... amanhece a gente diz daqui a pouco vai ter uma informação. Quando dá de noite e escurece, nada de informação nenhuma” (Jorge Leal).

Portanto, o sentimento de angústia é uma constante na vida dos familiares que passam pelo desaparecimento, eles vivenciam as dificuldades de lidar com a cotidiana ausência de alguém, cuja localização não se tem ideia. As declarações feitas por Margarida Maria, durante a observação participante, e por este pai, observada durante o estudo de vídeo, nos fazem refletir sobre o quão difícil é conviver com o desaparecimento, especialmente nos casos em que não se tem sequer uma pista do que possa tê-lo motivado.

Como já relatamos, o desaparecimento é um problema que muda a vida e a rotina dos envolvidos, que em busca de respostas acabam adaptando as buscas às suas atividades cotidianas: *“cuido de casa, de uma irmã acamada, vou à igreja três vezes por semana e toda quarta tô aqui... já percorri esta região toda em busca do meu irmão. Até para outros estados eu já fui... fui em São Paulo, Brasília e Goiás e cheguei lá e divulguei e procurei meu irmão lá... Olha, minha filha, é um gasto que você nem imagina”* (Dinaelza Soares).

Os desafios são muitos. Os depoimentos, especialmente os coletados durante a observação participante, indicam que a busca pode ser um momento de desgaste emocional e físico, oferecer riscos à integridade física da família e acarretar algum investimento financeiro, mas que só ocorre porque há esperança. Inclusive este sentimento é ressaltado pelos repórteres em todas as exibições do programa.

Eu já rodei a cidade procurando ela, já fui até em Cabuçu e Saubara... e onde eu souber de uma pista eu vou atrás... eu coloco gasolina no carro de um amigo nosso, mas eu vou... eu queria era ter mais dinheiro para poder fazer mais, ir em mais lugares em busca da minha filha (Maria Regina).

Eu tenho esperança sim... e fico é revoltada quando alguém me diz para não buscar mais. As pessoas ao invés de dizerem palavras de incentivo, só dizem que você não vai encontrar (Dinaelza Soares).

Um dia desses a minha filha mais nova, a irmã de Ana Maria, quase brigou com uma vizinha, porque ela ia passando na rua e a vizinha falou: ‘olha, essa daí é a irmã da que tá desaparecida, eu acho que eles não vão mais encontrar, já deve tá morta!’. Quando minha filha ouviu isso, voltou e disse para ela respeitar a nossa dor e não voltar a dizer que não vamos encontrar Ana Maria (Margarida Maria).

Aqui é possível notar que nem sempre a família dispõe de condições econômicas para realizar as buscas. Para exemplificar podemos citar o caso de uma família de Feira de Santana, que, após se cansar de esperar por respostas da polícia, resolveu realizar diversas buscas por conta própria, no entanto os seus recursos econômicos não foram suficientes para dar continuidade, então fizeram uma campanha na internet para arrecadar fundos para a contratação de um investigador particular e continuar com as buscas.

O desaparecimento também revela a solidariedade e a união de vizinhos e conhecidos para com a família que passa pela experiência, contribuindo muitas vezes com as buscas e divulgações. Porém, como vimos no depoimento de Margarida Maria, a comunidade também pode apontar curiosamente a família que tem ente desaparecido, contudo, mesmo sendo um ato que constrange e desagrade a família, não é o pior. Na visão dos familiares uma das situações mais dolorosas neste processo de buscas é notar a falta de esperança advinda das pessoas próximas sobre as chances de localização do desaparecido, para eles é algo que doe tão quanto o próprio desaparecimento, já que ataca diretamente o sentimento ao qual as famílias cotidianamente retiram forças para continuarem lutando, é como um combustível indispensável para seguir em frente com a luta por respostas sobre o paradeiro do ente. É este sentimento que faz com que estas famílias estejam presentes às gravações do Quadro “*mesmo em dias de chuva*”. É o mesmo sentimento que renasce em um dia e morre noutro diante da falta de respostas das autoridades públicas, a cada pista falsa que é dada, trotes passados para os telefones que as famílias disponibilizam durante a exibição do Quadro e nos vários cartazes espalhados pelas ruas e na internet:

Tem gente que tá falando que apareceu, mas até agora não apareceu. O pessoal tá dando informação errada, até a polícia mesmo pode ir no local e chega lá não encontra, entendeu?! ... A gente tá pedindo ao pessoal, por gentileza, passar a notícia correta para a gente e para a polícia, pode ligar para nosso número e a gente passa a para a polícia ir atrás da minha filha (Jorge Leal).

Fora estes fatos, as buscas também podem significar a necessidade de preencher um vazio, sanar a solidão, podem ocorrer no intuito de demonstrar o afeto, de entender a história de vida, a necessidade de saber respostas do passado, de reunir a família, dentre outros significados. Assim, uma mãe que realizava buscas pela filha há quase um mês (na ocasião) relatou que: “*Eu venho aqui porque eu quero que onde a minha filha estiver, se ela estiver assistindo, ela veja que eu não desisti dela*” (Maria Regina).

Vejamos outros depoimentos:

Eu vim em busca da minha mãe biológica, porque eu fui criada por uma família que já faleceram e hoje eu me sinto só, não tenho família e gostaria muito que Deus me desse a permissão de conhecer a minha família. A última vez que ela me procurou tem dois anos atrás e a minha mãe, que me criou, não me deixou ter contato nenhum com ela (Maria Lúcia).

Eu fui criado com o meu avô e [sobre a] minha mãe falavam que trabalhava fora e não aparecia, até hoje não apareceu. Minha família não conta o que realmente aconteceu com ela e eu queria saber (Carlos Eduardo).

Procuo meus parentes porque eu vou fazer 60 anos e não conheço ninguém. Perdi minha mãe em 80 e não tenho mais referência de ninguém (Aurora Maria).

Tem 17 anos que eu não vejo ele [pai], porque eu nunca o vi. Espero encontrar ele, né!?... Eu não aguento mais, eu quero que ele venha até a mim, porque eu não sei o que fazer, não sei aonde procurar (Maria Augusta).

Através da observação e do estudo dos vídeos, é possível perceber que os sujeitos, envolvidos neste processo de buscas e divulgações por meio do Quadro Desaparecidos, acreditam nos efeitos positivos do programa, têm esperança de que o mesmo proporcionará o desejado reencontro: *“Estou sempre na esperança e na fé que eu encontre ele [filho] através desse programa”* (Aurea Eliza), *“ele [irmão] desapareceu... aí eu não sabia o que fazer, então pensei que o jeito é ir na TV Bahia para ver se eles me ajudam a encontrar ele”* (Wilson Silva). O fato é que foram vários os casos de localizações ocorridas após a divulgação de imagens de desaparecidos no Quadro, como já relatamos no presente capítulo, o que faz com que aumente a sua credibilidade entre as famílias.

Araújo (2007) ressalta que as mães de Acari que não permaneceram na militância em busca de respostas sobre o desaparecimento de seus filhos foram criticadas pelas mães que continuaram na luta, semelhante ao que percebi durante a observação. Participantes assíduos do Quadro, ao lembrarem de outros participantes que há tempos não apareciam, disseram que não conseguem entender como alguns familiares não comparem para divulgar o desaparecimento dos entes.

Como é que uma pessoa só porque tem vergonha não vem aqui ou vem só uma vez e não volta mais? Então não quer encontrar. Quando a gente quer encontrar a gente larga a vergonha de lado (Dinaelza Soares).

Eu não tenho vergonha de nada, já tem três anos que venho aqui e não tenho vergonha e não entendo essas pessoas que não vem por isso, ou que vem e quando chega aqui não quer ser gravado... diz que não quer passar na televisão... Deve ser que deve alguma coisa (Carlos Marighela).

Não sabemos quantos são os casos de pessoas que têm entes desaparecidos e por diversos motivos como o medo, o receio da exposição do caso na mídia, a falta de tempo e de condições financeiras para deslocar-se de suas residências, bem como a timidez ou a “vergonha” não comparecem ao programa para divulgá-los. Sabe-se que a timidez pode impossibilitar as pessoas de realizarem diversas atividades que desejam fazer. Por exemplo: uma participante do Quadro ao divulgar informações sobre a mãe que estava procurando recebeu uma ligação de uma senhora que dizia ser a sua mãe, então marcaram um encontro para se conhecerem pessoalmente, no entanto quando estavam juntos e passaram a trocar as

informações perceberam que não eram mãe e filha, como já relatamos. Essa participante contou-me que há quarenta anos essa mãe sonha em encontrar a filha, mas por vergonha não vai ao programa procurá-la.

Assim sendo, o não aparecimento destas pessoas às gravações, ou mesmo a desistência na hora de gravar, não significa necessariamente que seja porque “não quer encontrar”, mas pode indicar que há alguma força maior por trás desta atitude: a timidez diante das câmeras ou de expor um problema pessoal, ou outro motivo desconhecido.

A busca também pode significar a necessidade de reinserir ao convívio familiar pessoas abrigadas em instituições públicas de saúde e assistência social. Como observamos no estudo de vídeos a participação de uma funcionária do CRAS Pop de Feira de Santana que compareceu ao programa em busca da família de uma idosa que foi encontrada em situação de rua e não sabia informar seus dados pessoais, então a profissional revolveu divulgar o caso por meio do Quadro, na tentativa de localizar os familiares: *“Ela não informa muita coisa nome completo, de onde ela é... e pelo fato dela ser uma idosa, né, tanto o Centro Pop, como algumas pessoas também sabem da necessidade que nós temos de encontrar alguém que possa cuidar dela”*.

Outro exemplo semelhante é o de uma funcionária do Hospital Especializado Lopes Rodrigues (conhecido como Colônia) de Feira de Santana que foi ao Quadro em busca dos familiares de uma mulher que está no hospital desde 2002, quando foi localizada inconsciente. Neste caso a paciente consegue lembrar o nome dos pais, dos irmãos e dá alguns detalhes sobre o local onde morava. Segundo a funcionária, *“Ela chegou ao hospital sem documentação... foi encontrada na BR 116 e foi conduzida por policiais federais. E agora ela pede muito que quer morar com seus pais”*.

É provável que estas pessoas estejam sendo procuradas por seus familiares ou conhecidos e, por meio da divulgação destas profissionais, os mesmos podem ter a chance de tê-las de volta ao convívio familiar e comunitário. Os exemplos apontam para a importância e necessidade de atuação em rede, envolvendo profissionais da mídia, de segurança pública, assistência e saúde.

Quando perguntamos na entrevista “O que vocês (você e equipe de jornalismo) recomendam que as pessoas façam ao perceberem que alguém próximo desapareceu?”, os profissionais ressaltaram a questão do registro da ocorrência em delegacias e um deles também demonstrou ser importante a participação no Quadro:

Procurar a polícia para registrar o caso, percorrer hospitais, abrigos e necrotérios, além – é claro – ir ao nosso quadro de desaparecido, que pode ter um resultado mais imediato (Marcílio).

Ir à delegacia, não tem mais isso de ficar esperando 24 horas, tem que ir imediatamente (Andréa).

As frases demonstram a confiança que o profissional tem nos resultados advindos do Quadro, assim como os familiares, e também traça a trajetória de buscas geralmente percorrida por familiares de desaparecidos (“hospitais, abrigos, necrotérios”, “delegacia”, ruas, terrenos abandonados, dentre outros), já que muitas vezes não há indícios do que possa ter causado o desaparecimento. Logo mais trataremos dos registros de ocorrências.

3.3.6 Quem são as pessoas que mais buscam por desaparecidos no Quadro?

Nos dias em que realizei a observação participante tive contato com 10 participantes do Quadro, dentre estes apenas 2 são do sexo masculino. Por meio do estudo de vídeos também foi possível notar uma presença massiva de mulheres, no período em que este estudo abrange, tanto em Salvador quanto em Feira de Santana. Em Feira de Santana somente em um dia a quantidade de homens foi a mesma que a de mulheres, ou seja, estiveram presentes quatro pessoas, sendo dois homens e duas mulheres. Em Salvador todos os dias observados tiveram a mulher como maioria, embora tenha notado que muitos homens comparecerem nestes dias, principalmente idosos. Por meio da entrevista aplicada aos profissionais da mídia, procuramos saber quem são as pessoas que mais procuram por desaparecidos e qual o grau de parentesco.

Assim, frente ao processo de buscas e divulgações, através do Quadro Desaparecidos da TV Bahia e da TV Subaé, uma figura continua despontando: a figura da mulher. Como na década de 1990, nos dias atuais as mulheres continuam sendo maioria no que tange os atos de sair em busca e de sair para divulgar. Como já abordamos no segundo capítulo, aqui estas mulheres, adultas (das mais diversas idades), estão investidas, geralmente, nos papéis sociais de irmãs, filhas, esposas (poucas), e mães (em sua maioria).

Andréa e Mayra confirmam esta informação: “A maioria é mulheres e mães... Quem mais procura é mulher. É quem mais vai até lá procurar... Principalmente mães”. Embora, segundo elas, também comparecem outros “Parentes de primeiro grau” como “pai e irmão e filho. Filho vai muito”, isto é, tem-se também a presença da figura masculina, mas a feminina geralmente é maioria durante as gravações do Quadro.

A autora Graça (2014), ao abordar a questão da pouca participação de pais nos movimentos de mães de São Paulo, na década de 1990, indica que este fato tem a ver com o “processo histórico de formação e as mudanças ocorridas na instituição família, com as transformações nas funções da paternidade e maternidade” (GRAÇA, 2014). Assim sendo, na sociedade se constituiu uma tradicional associação do homem “com as manifestações violentas enquanto defensores da guerra, e as mulheres em manifestações passivas naturalmente defensoras da paz”. (MOURA, SANTOS, 2008 *apud* GRAÇA, 2014).

Portanto, a restrita presença masculina nos movimentos de luta em torno do desaparecimento de pessoas está intrínseca à construção social dos diferentes papéis atribuídos ao homem e a mulher, estabelecendo historicamente o lugar onde deve haver a participação social e política de cada um.

3.3.7 Registro de ocorrência e a cultura da espera para realizá-lo: houve mudanças?

Ao longo desta pesquisa tratamos da dificuldade que as famílias enfrentam (enfrentaram) ao recorrem às delegacias para o registro do B.O. Por este motivo, durante a pesquisa de campo buscou-se saber sobre o registro de ocorrência e a realização das buscas pela polícia, com base na Lei da Busca Imediata (Lei 11.259/2005).

Como já abordamos, a cultura de exigir 24 horas ou mais para o registro do B.O e iniciação das buscas (pela polícia) é algo que aos poucos vem mudando, ao menos para os menores de idade, que conquistaram este direito com a criação da Lei da Busca Imediata. Por meio da lei é assegurado que a autoridade policial: “a) aceite a denúncia; b) faça as investigações; e c) processe a ocorrência no momento em que a família fizer a denúncia” (OLIVEIRA, 2007, p.79). Segundo o autor, desde 1991 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já trazia as duas primeiras prerrogativas, mas a Lei 11.259/2005 insere a terceira, obrigando as autoridades policiais a realizarem imediatamente o registro da ocorrência e as buscas com intuito de localizar crianças e adolescentes desaparecidos.

Ainda de acordo com Oliveira (2007), especialistas em segurança apontam que as primeiras horas após o desaparecimento de crianças são cruciais para a sua localização, assim a demora em registrar as ocorrências e dar início às buscas pode contribuir para a efetivação do desaparecimento, para a redução das chances de preservação da vida e da integridade física.

Se todas as delegacias brasileiras têm cumprido com este dever por ora não podemos confirmar, necessitam pesquisas a este respeito, podemos apenas inferir que no caso da 2ª Delegacia Territorial (DT) de Feira de Santana e da DPP de Salvador estas prerrogativas parecem estar sendo seguidas. Um familiar de uma criança desaparecida em Feira de Santana, que realizava a divulgação por meio do Quadro, afirmou que a polícia havia realizado o registro da ocorrência no momento em que compareceram à delegacia e estavam procedendo com as buscas e investigações, fazendo visitas rotineiras à sua casa e no bairro, onde ocorreu o desaparecimento, tendo realizado trabalho conjunto com a DPP de Salvador e com a polícia civil do Piauí (pois havia a suspeita de que haviam levado a criança para este estado). Estas informações também foram divulgadas em matéria do mês de março, no Quadro Desaparecidos.

Na DPP de Salvador foi informado que o familiar pode fazer o registro assim que perceber o desaparecimento, de imediato, independente da idade e que eles realizam “busca imediata para qualquer registro de BO”, mas afirmaram que recomendam que as famílias também façam buscas pela região onde a pessoa desapareceu, “casa de amigos, hospitais...”. Entretanto, no folder próprio da delegacia tem a seguinte afirmação: “(...) No caso de crianças e adolescentes, a delegacia é obrigada a registrar a ocorrência e iniciar imediatamente as buscas (Lei 11.259/05) Lei da Busca Imediata”. Ou seja, a obrigação com relação às ações imediatas diz respeito somente àquele público cujas prerrogativas legais abrangem.

Vimos que os profissionais da mídia recomendam a ida à delegacia assim que ocorrer o desaparecimento. Para Andréa “*as 24 horas são fundamentais, antes a polícia só podia registrar o caso depois de 24 horas, hoje em dia não é mais assim*”. No entanto, há controvérsias com relação ao adulto desaparecido. Como não há aparatos legais que estabeleçam claramente que as buscas a maiores de idade devam ser feitas imediatamente, a polícia não se sente obrigada a realizar este serviço, mesmo após a aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia (Lei 11.370/2009), que prevê no artigo 31, a realização de “investigações, visando à localização de pessoas desaparecidas”, sem especificar a faixa etária destas pessoas.

Durante a observação participante, a mãe de Ana Maria (33 anos), desaparecida em Feira de Santana desde novembro de 2016, fez uma declaração que põe em cheque a atenção dada ao adulto desaparecido:

Adulto desaparecido é como se nem existisse (...) a polícia nem se preocupa em ir atrás. Disse que não pode fazer nada, pois não tem pista, que se eu souber onde a minha filha está é para falar com eles, a partir daí eles vão ao local e trazem ela de

volta. Na hora eu pensei: Se eu soubesse onde está a minha filha eu mesma iria buscá-la (Margarida Maria).

Ou seja, em alguns locais continua havendo uma tendência em colocar a responsabilidade pelas buscas sobre os ombros da família, que ainda precisa realizar as investigações, ou seja, realizar um trabalho que é da polícia, o que aponta para uma desresponsabilização do Estado sobre o problema do desaparecimento de pessoas, principalmente se estas forem maiores de idade. O que é um indicativo de que nos casos de desaparecidos maiores de idade continua sendo como Oliveira ressaltou em 2007:

De acordo com as agências estatais, a busca de pessoas com 18 anos ou mais só se processa se o desaparecimento ocorreu quando a pessoa ainda era menor de idade. Contrariamente não há nenhum dispositivo legal (salvo em caso de flagrante delito) que acione o sistema policial para que realize as investigações. Este será, portanto, um problema exclusivo da família (OLIVEIRA, 2007, p.79).

O autor aponta para a existência de uma maior precariedade e silenciamento dos instrumentos legais de atendimento às famílias de desaparecidos adultos. Então é urgente a necessidade de romper com a cultura da espera das 24 horas para realizar o registro das ocorrências. Também é preciso assegurar que as autoridades policiais realizem buscas imediatas, independente da faixa etária das pessoas desaparecidas.

3.3.8 Atuação do poder público baiano frente ao desaparecimento de pessoas

Ao abordarmos o desaparecimento de pessoas não estamos falando de um problema social novo. Entretanto, as ações em torno da garantia do acesso aos direitos das pessoas desaparecidas e de seus familiares ainda caminham a passos lentos.

Esta afirmação nos faz lembrar que “um problema público pode estar presente por muito tempo, porém não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele” (SECCHI, 2013, p. 44). Este pode ser o caso do desaparecimento de pessoas, que mesmo sendo considerado relevante para alguns e está presente na mídia ainda não alcançou de fato um olhar cuidadoso da parte dos formuladores de políticas públicas.

Para o autor um problema público “é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” (SECCHI, 2013, p.10). Assim sendo, de acordo com este autor, para que um problema seja considerado público e entre nas agendas políticas é necessário que o mesmo tenha implicações significativas em termos de quantidade

ou qualidade de pessoas, ou seja, é preciso que os atores políticos o considerem como um problema relevante para coletividade. Mas já vimos que é imenso o número de pessoas que desaparecem anualmente no país, que o desaparecimento já dispõe de visibilidade perante a mídia e que existem movimentos sociais, ONGs e familiares lutando há décadas por respostas concretas do Estado frente ao desaparecimento de pessoas. Entretanto, mesmo diante de tantas lutas, é como se o desaparecimento ainda fosse visto pelos governantes de forma naturalizada ou como um problema particular e não de caráter público, como de fato é.

Para a presidente da ONG Simone Pinho, a atuação do poder público perante este problema social é

sofrível, pois as demandas públicas são voltadas para pessoas de classes dominantes. A atividade que trata de desaparecimento na sua grande maioria trabalha com um estrato da população de classe baixa, que já sofre com todos os desmandos do nosso sistema político. A atuação do poder público apenas segue o mesmo padrão estabelecido para as classes mais carentes, sem comprometimento (Josenilda).

Segundo Josenilda, o não comprometimento do poder público perante o desaparecimento de pessoas ocorre porque muitas das pessoas que passam por esta experiência são oriundas das camadas mais populares. É como se prevalecesse a ideia de que “para quem não tem nada, ou muito pouco (...) qualquer coisa serve”, utilizando as expressões de Jairnilson Paim, então bastaria uma “proteção social residual”. Ou seja, criam-se as legislações para dar uma resposta ao apelo social e da mídia, que torna visível o problema, no entanto, nem sempre há um compromisso com o acesso aos direitos. Assim, muitas das políticas voltadas para assegurar o direito da pessoa desaparecida e de seus familiares ainda não saíram do papel. Mas até quando os problemas sociais serão tratados sem a devida seriedade? Até quando as políticas sociais voltadas para desaparecidos serão apenas um paliativo?

Portanto, vale arriscar a afirmação de que, em uma sociedade capitalista, alguns problemas sociais ainda não são tratados como problemas de pública relevância por falta de interesse dos governos em buscar possíveis soluções para os mesmos, soluções estas que podem surgir por meio de políticas bem elaboradas, que no caso das voltadas para pessoas desaparecidas, mesmo significando conquistas (ainda que tímidas) dos movimentos sociais, deixam muito a desejar por serem, até o momento, insuficientes para lidar com este problema social.

A nível nacional, em dezembro de 2009 foi sancionada a Lei 12.127/2009, que institui o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, com o objetivo de

auxiliar na busca, identificação e localização de crianças e adolescentes de todo o país, no entanto o seu caráter universalizante foi questionado, por voltar suas ações apenas para menores de idade. No ano seguinte, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos instituíram o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, este incluindo desaparecidos de todas as idades. Seu objetivo é criar uma rede de investigações e acompanhamento dos casos, a partir do acúmulo de dados sobre crianças, adolescentes, adultos e idosos, segundo informações do Portal Brasil. Este Cadastro foi criado para o registro de desaparecidos de todo o país, e seria atualizado em parceria com as delegacias de todos os estados, conselhos tutelares e organizações da sociedade civil. Porém, a inclusão continua não acontecendo, visto que esta ferramenta permanece em processo de desenvolvimento. Em sete anos de criação, os problemas no site *cndesaparecidos.sdh.gov.br* ainda não foram resolvidos.

Alguns estados da federação estão criando leis estaduais voltadas para a busca, divulgação e localização de desaparecidos. Contudo, geralmente estas legislações voltam-se apenas para a construção de cadastros ou bancos de dados, que são imprescindíveis para a divulgação dos desaparecidos, cruzamento e sistematização destes dados em âmbito nacional e estadual, que, vale destacar, ainda precisam funcionar e estar acessíveis de fato para as famílias e para o público geral que deseja buscar informações sobre o assunto. Mas além da criação de Cadastros, ainda é preciso direcionar ações para as famílias e para os desaparecidos após a localização, é necessário atentar-se também para a prevenção de novos casos bem como para as reincidências. Sobre esta última, na DPP informaram que ocorre geralmente “nos casos em que as pessoas são dependentes químicas ou com doença mental”.

Adentrando a particularidade baiana, em 2013, o então governador Jacques Wagner (PT) sancionou o Projeto de Lei nº 18.811/2010, de autoria do deputado estadual Bira Coroa (PT), que institui o Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas da Bahia. De acordo com o artigo 1º, o Cadastro é “destinado a dar agilidade e eficácia na busca de pessoas que tenham desaparecido no território do Estado”. Neste mesmo ano também foi aprovado o Projeto de Lei nº 19.812/2012, de autoria do deputado estadual Rosemberg Pinto (PT), instituindo assim a Política Estadual de Busca a Pessoas Desaparecidas⁵⁵, que

55. Porém, geralmente os sujeitos aos quais se destinam estas legislações não sabem da existência das mesmas. Durante a observação participante, percebi que os familiares desconheciam a existência das leis que visam garantir alguns direitos às pessoas desaparecidas. Uma realidade não exclusiva dos participantes deste Quadro, pois não é do interesse da classe dominante que os direitos sejam divulgados constantemente nos meios de comunicação, o que dificulta o conhecimento e consequentemente o acesso aos mesmos.

visa a priori otimizar os meios de divulgação para que seja possível o encontro dessas pessoas, bares, restaurantes, cinemas, estádios de futebol, praças de alimentação são um campo vasto para que seja divulgada as fotos, dados, informações que possam ajudar nesta busca tão dolorosa, para quem tem um parente desaparecido (BRASIL, POLÍTICA ESTADUAL DE BUSCA A PESSOAS DESAPARECIDAS DA BAHIA, 2013).

Tanto o Cadastro como a Política voltam-se para o desenvolvimento de ações em torno da busca e divulgação, responsabilizando o poder público pelas mesmas. Por didática, explicamos que serão abordados os artigos do Cadastro e da Política que melhor direcionam a nossa análise sobre o movimento real do objeto pesquisado.

Assim, sobre a divulgação o Cadastro determina que:

Art. 4º - Os veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica dos Poderes do Estado destinarão espaço para a divulgação dos dados das pessoas desaparecidas. O Estado e Municípios poderão firmar convênios com demais órgãos de iniciativa privada que poderão ajudar na divulgação.

A Política estabelece os caminhos que serão seguidos para a realização das ações de divulgação:

Art. 4º - Para efeito de divulgação do desaparecimentos de pessoas, deverão ser seguidas [sic] os seguintes passos:

- I. Estádios de futebol deverão apresentar durante a exibição de jogos em seus telões fotos de pessoas desaparecidas;
- II. Os cinemas antes de cada sessão deverão apresentar no mínimo 15 pessoas por cada filme;
- III. Elevadores de prédios públicos e comerciais deverão apresentar fotos de pessoas desaparecidas em seus computadores instalados nos elevadores;
- IV. Emissoras de televisão deverão disponibilizar cerca de 5 minutos de programação diária para divulgação de pessoas desaparecidas;
- V. Todos os bares e restaurantes que possuem telões ou aparelhos de TV com programação própria deverão inserir a divulgação de pessoas desaparecidas durante a sua programação;
- VI. Os shoppings centers [sic] e hotéis que possuem telão nas praças de alimentação deverão inserir a divulgação de pessoas desaparecidas em sua programação.

A divulgação de pessoas desaparecidas por meio dos vários veículos de comunicação é fundamental para que tanto os casos se tornem conhecidos como também a imagem da pessoa desaparecida seja acessada por um maior número de pessoas. Entretanto, na Bahia, mesmo após 4 anos da implementação destas legislações, as ações em torno da divulgação ainda ficam mais restritas ao Quadro Desaparecidos e divulgações em redes sociais. Fizemos uma pesquisa na internet sobre os meios utilizados para divulgar desaparecidos no estado e descobrimos que poucos são os espaços criados para este fim. A exceção fica por conta do Quadro Cadê Você (apresentado na rádio Itapuã FM, de Salvador), resultante da aprovação do Projeto de Indicação (PIN Nº 827/13) do locutor e vereador Leandro Guerrilha, que inclusive divulga os desaparecimentos no *Faceboock*.

Nesta mesma rede social, famílias e comunidades assim como órgãos governamentais divulgam desaparecimentos. Com relação aos primeiros encontramos uma página de nome “Desaparecidos de Salvador, BAHIA”, criada por familiares de desaparecidos e voltada para pessoas desaparecidas da capital e região. Em Alagoinhas, cidade do interior da Bahia, a comunidade criou uma versão do Quadro Desaparecidos, sendo que os vídeos são disponibilizados no *YouTube*.

Sobre os órgãos governamentais, há na internet páginas da Delegacia de Proteção à Pessoa e a do Disque Denúncia da Bahia. A DPP utiliza ainda os aplicativos SIPP e *WhatsApp*, para denúncias de desaparecimentos e para receber informações sobre o paradeiro e imagens de desaparecidos. Tais órgãos também recebem informações por meio de ligações telefônicas.

Para que as imagens de desaparecidos do interior do estado sejam divulgadas por estes órgãos, a DPP solicita que os responsáveis pelos desaparecidos (em especial um parente de primeiro grau) assinem, na delegacia local, um termo de autorização da divulgação desta imagem. A partir daí, a delegacia a envia juntamente com o termo para a DPP e esta envia ao Disque Denúncia, que procede com a divulgação das fotos em seu site.

Não encontramos páginas na internet para a divulgação de desaparecidos em Feira de Santana. Tivemos contato com um grupo no *WhatsApp*, criado para orações e arrecadações de recursos financeiros para que a família continue com as buscas da criança desaparecida nesta cidade, no início do ano.

Assim sendo, além do Quadro exibido na televisão, a internet tem sido uma grande aliada na busca e divulgação de desaparecidos, devido a rapidez no compartilhamento das informações, haja vista que uma mesma imagem pode ser visualizada por milhares de pessoas em um curto espaço de tempo, o que segundo a DPP, tem contribuído imensamente para a localização de desaparecidos⁵⁶.

A Política prevê ainda a criação de banco de dados genéticos e de banco de dados de pessoas desaparecidas, direcionando qual instituição ficará responsável por sua administração, como inscrito no artigo 1º (parágrafo 2º) e no artigo 2º, sucessivamente: “Art.1º: § 2º – Ao informar o desaparecimento de pessoas, os responsáveis pela informação deverão fornecer também dados que possam cadastrar geneticamente o desaparecido; Art. 2º – Fica obrigada a criação de um Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas, que deverá ser instalado e administrado pelo Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia”.

56. De acordo com entrevista do site Tribuna da Bahia, a DPP considera que o sucesso das investigações deve-se às mídias sociais, sobretudo ao *Facebook* e ao *WhatsApp*, que transmitem mensagens instantâneas, dando agilidade nas buscas. In: www.tribunadabahia.com.br. Acesso em 15 de março de 2017.

Segundo Rosemberg, a criação de um banco de dados no Departamento de Polícia Técnica e do banco de dados genéticos evitará que as famílias passem anos buscando por parentes que já faleceram, assim para ele: “estaremos abreviando o sofrimento da dúvida e dando a oportunidade destes prestarem uma última homenagem aos seus entes”.

Neste sentido, a Política determina no seu artigo 3º que “Nenhum corpo será sepultado como indigente sem que antes sejam adotadas as medidas cautelares de cruzamento de dados constantes no Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas”.

O Cadastro Estadual também tem este objetivo ao determinar em seu 7º artigo que:

O Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia, órgão vinculado a Secretaria da Segurança Pública, receberá mensalmente a relação do cadastro de pessoas desaparecidas, e ficará responsável em identificar os cadáveres de identidade ignorada, que deram entrada nas suas unidades da Capital e Interior. Este comunicará de imediato a autoridade policial requisitante, os dados: biográficos e biométrico dos corpos identificados pelo órgão. (BRASIL, CADASTRO ESTADUAL DE PESSOAS DESAPARECIDAS DA BAHIA, 2013).

Porém, durante o estudo dos vídeos, um caso demonstra que é necessário ter cautela relação à identificação de corpos com identidade desconhecida. Uma matéria exibida no mês de fevereiro deste ano, durante o Quadro Desaparecidos da TV Bahia, relata que uma filha que buscava pelo pai desde maio de 2016 acabou descobrindo que o IML já havia o enterrado um dia depois do desaparecimento. Segundo a filha ela fez diversos contatos com o IML e até esteve várias vezes na instituição, onde sempre negaram que o corpo do seu pai havia dado entrada. Então ela seguiu com as buscas, mas após oito meses de procura descobriu que o mesmo havia sido enterrado como indigente, ou seja, a instituição teria realizado o enterro sem fazer uma devida comunicação à família. Informações disponíveis no site G1.

Quando estive na DPP procurei saber se a “instituição envia para o Departamento de Polícia Técnica (DPT) a relação do cadastro de pessoas desaparecidas para que eles identifiquem cadáveres de pessoas com identidade ignorada, conforme determina a legislação”, os profissionais afirmaram: “nós encaminhamos a família para ver se tem algum corpo sem identificação”. Em outras palavras, o diálogo entre o DPT e a DPP ainda não está acontecendo como prevê o Cadastro estadual e a família continua tendo de realizar um trabalho que a legislação já definiu por quem deve ser feito.

A Política direciona as ações em torno da criação de bancos de dados para a busca e divulgação de desaparecidos, determinando os órgãos da segurança pública como responsáveis pela instalação e administração, sem indicar a realização de trabalhos de prevenção, de amparo as famílias e nem a constituição de redes com outras políticas como de

saúde, assistência e educação e com conselho tutelar. Para Rosemberg, autor do PL que instituiu a Política, “O Estado precisa cumprir a sua função de poder atender o cidadão principalmente nesta hora tão dolorosa”, mas é exatamente por este motivo que a Política deve assegurar o amparo social, psicológico e jurídico para as famílias que passam pela experiência do desaparecimento, já que a “assistência aos desamparados” é prevista no artigo 6º da Constituição Federal.

O relato de Margarida Maria enfatiza esta necessidade: *“Sinto muita falta de ter um lugar certo para recorrer, um apoio psicológico, social, pois a dor é muito grande. Não tem ninguém para garantir nossos direitos. Ninguém me procura para perguntar se eu preciso de um apoio”*. Esta mãe vivencia o problema e sua fala denuncia o quanto é difícil lidar com o mesmo sem ter acesso a algum acompanhamento psicossocial.

O Cadastro, por sua vez, indica a elaboração de algumas ações em rede para a localização do desaparecido:

Art. 8º - A entidade assistencial, pública ou privada, que receba e abrigue doente mental, indigente, criança ou adolescente abandonados ou autor de ato infracional enviará periodicamente à Secretaria da Segurança Pública do Estado relatório dos dados identificadores das pessoas que tenham dado entrada nesses estabelecimentos.

Parágrafo único. Deverá ser imediatamente comunicada a entrada, em estabelecimento assistencial de abrigo ou internação, de criança ou adolescente sem referências familiares, com dados ou fotos que possam ser divulgados na forma do art. 4º.

Art. 9º - Identificado como motivo do desaparecimento de criança o abuso físico, psicológico ou sexual, ou a negligência, ocorridos no ambiente familiar, o núcleo familiar será encaminhado para assistência especializada, prestada por psicólogos, assistentes sociais e advogados, para acompanhamento psicológico e orientação jurídica sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre possíveis medidas judiciais cabíveis em caso de manutenção da violência.

Assim, o Cadastro estabelece a elaboração de redes e atuação interdisciplinar para o acompanhamento do “núcleo familiar”, que é extremamente importante para todos que passam pelo problema. Todavia, este acompanhamento é direcionado somente às famílias comprovadamente responsáveis pelo desaparecimento de crianças, através dos seus atos de violência cometidos contra as mesmas.

Como já salientamos, as ações em rede são importantes para que ocorra um maior número localizações, pois pessoas dadas como desaparecidas podem estar internadas em hospitais, abrigos, em situação de rua, matriculados em escolas, e outros, e a família não ter ideia do paradeiro. Um trabalho em rede conseguiria reduzir o tempo de buscas, de ansiedade

e angústia das famílias que vivenciam esta situação e esperam todos os dias receber alguma notícia sobre o ente. Este trabalho também seria fundamental para assegurar os direitos destas pessoas e dos familiares, por meio de acompanhamentos durante o desaparecimento e após a localização, além de contribuir também na prevenção.

Segundo informações coletas na DPP, tanto a população como o Conselho Tutelar, a Secretaria de Assistência Social e o Serviço Social de Hospitais entram em contato para relatarem sobre a entrada de pessoas sem documentação e também sobre pessoas em situação de rua suspeitas de serem desaparecidas. Durante a entrevista com as profissionais do Quadro Desaparecidos da TV Bahia também foi ressaltado a atuação de profissionais do Serviço Social hospitalar:

às vezes a pessoa que tá desaparecida foi levada para um hospital, tá sem documento. Quantas vezes acontece, né Mayra, do hospital procurar a gente? A assistente social [diz]: ‘olha vocês mostraram um caso de uma pessoa e tal que tá procurando um senhor assim e assim, eu acho que ele tá aqui’ (Andréa).

Assim sendo, algumas ações em rede, conforme aponta o Cadastro, estão sendo implementadas na Bahia, mas ainda é preciso que as mesmas alcancem a todos, é necessário garantir que esta rede seja uma realidade no estado, não se restringindo a apenas algumas localidades.

Diante do exposto, como será que os profissionais da mídia, que atuam juntamente com familiares de desaparecidos, enxergam a atuação do poder público baiano?

Para Marcílio, aparentemente o Estado não considera o desaparecimento de pessoas como um problema público, a não ser “*quando existe algum indício de crime o caso ganha mais atenção*”. Ou seja, as ações do Estado somente surgem quando o desaparecimento ganha visibilidade perante a mídia e a sociedade, quando há um grande apelo social.

Para Andréa, o Estado até considera o desaparecimento como um problema público,

mas não faz tanto quanto deveria, deveria investigar mais... A justificativa da delegacia é que a estrutura deles não comporta, não oferece condições para que eles sejam tão precisos nas investigações, ajudar a população. Eles fazem a parte deles, não fazem como gostariam. Mas o que a gente percebe é isso: falta mais investigação, mas aí já é uma questão política de cunho político (...) (Andréa).

Entretanto, na delegacia, a falta de informações da família sobre o desaparecido foi citada como uma das dificuldades que enfrentam para a realização do trabalho investigativo. Segundo a polícia, algumas famílias não sabem informar sobre as amigas e os locais que a pessoa desaparecida costuma frequentar. De fato, este pode ser sim um empecilho para a

realização do trabalho destes profissionais, representantes do Estado, que precisam dar respostas sobre os desaparecimentos. Afinal, como proceder às investigações sem pistas? Contudo, outras questões precisam ser consideradas, tais como a questão da estrutura, citada pela repórter, a indisponibilidade de recursos humanos e materiais, dentre outras, para não correr o risco de adotar uma postura que retira a culpa do Estado e insere na família.

O desaparecimento é um problema social que acarreta outros problemas tanto com relação à saúde dos que ficaram e realizam as buscas, quanto problemas financeiros e de acesso a vários direitos. Uma das participantes informou que depois da desapareção do seu ente a sua mãe está apresentando sintomas de depressão, isolou-se em casa, não quer mais sair da mesma e está sempre chorando, pois sente-se culpada pelo desaparecimento. Outra participante me informou que o seu irmão trabalhava *“com registro em carteira, tudo direitinho, e agora que desaparece a gente não pode receber nada, parece que fica esquecido, que não fez nada da vida. O que adianta, hein, trabalhar tanto se quando desaparece ninguém faz nada?”* (Dinaelza Soares). A participante falava sobre a realidade em que ela e sua família vivem, sem terem acesso a direitos da parte do Estado e nem dos empregadores do irmão. Para ela já que o seu irmão está desaparecido há tanto tempo, alguém podia assegurar-lhes os direitos proporcionados pelo ente enquanto trabalhava. Portanto, quem suprirá a falta dessas pessoas e a contribuição que elas garantiam financeiramente para o sustento da família? Então, o Estado precisa dar outras respostas para além das ações em torno da divulgação.

Além do exposto, os repórteres, durante a exibição do programa, ressaltam a questão da solidariedade, no sentido de que as pessoas que assistem atentem-se para as imagens e contribuam para que haja localizações e reencontros, o que também pode ser entendido como uma forma de inserir toda a sociedade na luta frente ao desaparecimento de pessoas. Ademais, a falta de instituições de apoio ao familiar acometido pela experiência do desaparecimento, faz com que estas pessoas, além de se ampararem entre si, tenham no profissional que apresenta o Quadro (e outros integrantes da equipe) uma das poucas fontes de amparo, de escuta, devido à atenção que estes profissionais dispensam aos participantes. Segundo Mayra no Quadro gravado em Salvador também ocorre esta aproximação. Para ela, a gravação do Quadro Desaparecidos é *“a oportunidade de você ver essas pessoas todos os dias [as quartas], eu sempre vou assim com o ânimo pra cima, brinco com todo mundo, porque eu acho que é uma forma da gente acolher essas pessoas (...)”* (Mayra).

Assim, observamos que a relação interpessoal entre os participantes e profissionais de jornalismo também é algo digno de atenção. Inclusive no final das gravações (em torno das 12h10 min) eles, que quase não têm tempo para dialogarem entre si, pois, em sua maioria sempre precisam sair às pressas para resolver outras atividades pessoais, sempre se despedem e avisam se voltarão ou não na próxima semana. Quando chega algum novato, eles tentam se aproximar, em especial a senhora Dinaelza Soares e o senhor Carlos Marighela, participantes veteranos, que sentem falta dos participantes que não retornam na semana seguinte, como informaram estes dois participantes assíduos.

A repórter, Poliana, também tem uma relação próxima aos participantes. Não é raro ouvir os participantes elogiando a sua atenção para com eles. Sempre que chega ao local, pergunta sobre as novidades e sempre se despede de todos e os agradece pela participação. Os familiares conversam com bastante naturalidade com a repórter, falam sobre os locais já percorridos, sobre as possíveis pistas, os contatos que tiveram, os desencontros, e outros, o que pode indicar que entre ambos já existe uma relação de respeito, e por que não dizer de solidariedade e amizade? Sim, nos bastidores do Quadro Desaparecidos, em Feira de Santana, o que se vê é um clima de amizade, respeito, apoio, preocupação e esperança. Sentimentos adquiridos ao longo dos anos de caminhada para as gravações do programa, diante dos vários casos bem sucedidos de localizações e reencontros, conquistados por outras famílias, que não são a deles, mas são “*como se fossem*”, pois o sofrimento de um passa a ser o dos outros, a alegria de um é compartilhada por todos, trata-se dos laços de identidade e solidariedade que vão sendo construídos por pessoas que compartilham experiências traumáticas semelhantes. A equipe de jornalismo e os familiares participantes compartilham, desta forma, da mesma esperança de reencontro. Mas também se vê a tristeza e a revolta diante da insuficiente atenção advinda das autoridades competentes.

Portanto, observa-se que a luta, ainda que individualizada, dos participantes do Quadro Desaparecidos é semelhante à dos demais familiares inseridos em ONGs ou movimentos sociais, no sentido da não desistência de buscar por respostas e de tentar tornar visível o desaparecimento dos seus entes, mesmo diante dos vários desafios enfrentados cotidianamente. Nota-se, além disso, que o desaparecimento de pessoas é um problema social que envolve um emaranhado de fatores, que vão desde as questões emocionais até o não acesso a direitos, sendo necessária a ampliação das ações com vistas a garantir respostas satisfatórias às famílias que o vivenciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desaparecer não significa automaticamente ter deixado de existir, de ser sujeito de direitos. Entretanto, esta é uma afirmação que ainda precisa ecoar socialmente para que este problema social seja encarado com a devida seriedade pelo Estado.

Inúmeras pessoas desaparecem anualmente no país, o que tem provocado o sofrimento de diversas famílias e conhecidos, que, em meio à dor, ainda precisam realizar constantes trabalhos de busca e divulgação do desaparecido. Na tentativa de sanar este problema social, algumas legislações têm sido criadas, apontando ações que devem ser realizadas frente ao desaparecimento de pessoas. No entanto, estas leis ainda não respondem de forma satisfatória os problemas intrínsecos ao desaparecimento, além disso, muitas destas ainda não saíram do papel ou são focalizadas em um determinado público.

O que não é diferente na Bahia. O estado dispõe de aparatos legais, que visam garantir alguns direitos para as pessoas desaparecidas e seus familiares, direcionando ações no que tange a divulgação das imagens de desaparecidos e sua busca. Sobre as divulgações são realizadas principalmente pelo Quadro Desaparecidos e pelas redes sociais, que têm se mostrado instrumentos indispensáveis neste sentido. Porém, sobre as buscas ainda é preciso assegurar que todos tenham o mesmo direito, independente da idade, como forma de inclusão. O que percebemos que não é um caso particular da Bahia, já que não existe uma legislação nacional que assegure o direito a busca imediata de adultos desaparecidos.

A criação da Delegacia de Proteção à Pessoa, delegacia especializada em desaparecimentos de pessoas, é uma forma material de resposta ao problema do desaparecimento de pessoas em Salvador e região metropolitana. Suas ações em torno da busca e da divulgação por meio de investigações e utilização de redes sociais têm apontando para um aumento no índice de localizações.

Como em outras partes do Brasil, na Bahia ainda há uma dificuldade na sistematização e disponibilização dos dados, neste sentido os avanços são notados apenas na capital, que dispõe do serviço especializado desta delegacia. Este fato insere alguns questionamentos: Por que os serviços deste órgão não se estendem a toda a população do estado? Ou, por que ainda não foram criadas no estado outras delegacias especializadas em desaparecimentos? Ou ainda, por que não investir no treinamento dos agentes das demais delegacias para lidar com casos de pessoas desaparecidas? Já que a Polícia e o Cadastro visam garantir direitos a todos que desaparecem na Bahia, então estes direitos precisam

perpassar também pelo acesso a um serviço especializado de busca e investigação advindos das delegacias.

Assim, a mídia televisiva, por meio do Quadro Desaparecidos, ainda é o instrumento de busca no qual todos os desaparecidos podem ter acesso. O Quadro tem atuado no que diz respeito a divulgação dos casos, contribuindo tanto na localização como na pressão para que os casos sejam solucionados. Este espaço tem sido visto por familiares como principal instrumento de busca e divulgação dos entes desaparecidos, como uma das poucas fontes de esperança de reencontro, o que se deve à credibilidade alcançada ao longo dos 16 anos de atuação, com vários resultados positivos, somada a, ainda, insuficiente resposta advinda do poder público.

Como nos movimentos que vimos no decorrer deste trabalho, aqui também há um apelo para a solidariedade, para uma “corrente de solidariedade”, para que aqueles que estejam assistindo ao Quadro compartilhem as informações, as imagens e auxiliem os participantes na localização das pessoas que desapareceram. Portanto, a mídia tem feito um importante trabalho de divulgação, junto às famílias que buscam por desaparecidos.

Todavia, os meios de comunicação ainda precisam dar enfoque à questão do direito. É preciso dar maior visibilidade aos direitos que estas pessoas têm com relação à convivência familiar e comunitária, o acesso à segurança e a assistência. É preciso alertar para o fato de que já temos uma Política e um Cadastro que oferece algum amparo legal para estas famílias. É necessário deixar estas questões visíveis para que os familiares de desaparecidos possam cobrar, possam ser demandatários dos seus direitos e não fiquem alheios aos mesmos.

A quantidade de pessoas que desaparecem anualmente em Salvador e região metropolitana é alarmante, imaginamos então se somássemos com todas as outras pessoas que desaparecem no estado, cujos dados são uma incógnita, o número com certeza seria bem maior. Os dados apontam que as pessoas que mais desaparecem são os adolescentes de 12 a 17 anos, de pele parda. Todavia, a variável “outros” enquanto maioria entre os motivos de desaparecimentos não contribui para que tenhamos ideia do que de fato esteja determinando o sumiço destas pessoas.

Por outro lado, o “conflito familiar” aparece como segundo motivo predominante, o que serve de alerta para que ações em torno da família sejam realizadas, pois problemas ocorridos no lar como a violência doméstica e/ou familiar, relação de dominação do homem sobre a mulher, dos pais (principalmente do pai) sobre os filhos, fazem nutrir nas vítimas o

desejo de fugir quando a situação se torna insustentável, assim a fuga seria uma alternativa para se livrar de uma convivência que oprime e até mesmo para salvar a própria vida.

Além disso, a falta de recursos financeiros que muitas vezes impulsionam pais a doarem seus filhos ou também saírem de suas cidades para irem em busca de oportunidades de empregos em outras cidades ou estados (especialmente do sul e sudeste), situações estas que também têm ocasionado desaparecimentos, também servem de alerta para que se possa considerar outros determinantes de desaparecimentos e identificar a raiz deste problema, que acomete centenas de famílias na Bahia, inseridas numa sociedade capitalista, que ao transformar o trabalho em emprego acabou transformando as relações sociais tanto no âmbito familiar como comunitário, ocasionando mazelas que somente podem ser combatidas por meio de políticas públicas. Portanto, a não observância destas questões intrínsecas ao problema do desaparecimento de pessoas podem acabar fazendo com que recaia somente na família a responsabilidade pela produção de desaparecimentos.

Assim sendo, vale salientar que o poder público precisa analisar o problema em sua essência, no intuito de desenvolver ações de prevenção a novos casos ou reincidências, independente do motivo que possa ter determinado os desaparecimentos.

Portanto, através dos resultados da pesquisa, percebemos que a realização de trabalho em rede é essencial, no sentido de contribuir com as localizações e assegurar que as famílias disponham de acompanhamento tanto durante o desaparecimento como após a localização. Faz-se preciso reiterar que o desaparecimento de pessoas é um problema social que necessita da atenção de vários atores sociais como a mídia e a sociedade, além da articulação entre as políticas de segurança, saúde e assistência, já que o mesmo envolve uma série de fatores que devem ser considerados pelas políticas sociais para que tenhamos menos desaparecimentos, por meio do acesso a direitos, que não podem continuar sendo negados.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Fábio Alves. **Do luto à luta:** a experiência das mães de Acari. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2007.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro.** São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso março de 2017.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1990.

_____. Lei 12.127, de 17 de dezembro de 2009. Institui o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

_____. Lei 11.259/2005 - LEI DA BUSCA IMEDIATA. Disponível em: <http://www.desaparecidosobrasil.org/leis-e-projetos-de-lei>. Acesso em 2 de janeiro de 2016.

_____. PROJETO DE LEI Nº 18.811/2010. Institui o Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências.

_____. PROJETO DE LEI Nº 19.801/2012. Institui a Política Estadual de Busca a Pessoas Desaparecidas.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS - IBGE. **Censo demográfico.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>

_____. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome: Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

CARVALHO, R. S. S. F. **Sem resposta:** dor, luta e esperança na busca por pessoas desaparecidas. USP. São Paulo, 2013.

FERREIRA, L. C. de M. **Apenas preencher papel:** reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos, 2013.

_____. **De problema de família a problema social:** notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico* [Online], 2013. Disponível em <http://aa.revues.org/426>

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Famílias e violência:** reflexões sobre as mães de acari. Revista Psicologia USP, Vol. 13, nº 2, 69-103. 2002.

FIGARO-GARCIA, Claudia. **Uma proposta de prática psicológica para casos de desaparecimento de crianças e adolescentes.** Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

GONÇALVES, Renata. **De antigas e novas loucas:** Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.130-143, jul./dez. 2012.

_____. **Do luto à luta:** mães e mães de maio contra a violência de Estado. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GRAÇA, Alice Marta Belinello da. **Da casa às ruas: o movimento de mães em São Paulo**. Dissertação de Mestrado do Curso de Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Trajetória e desafios. Texto base da conferência inaugural do *XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*. San José, Costa Rica, 12 de julho de 2004.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35ª ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2011.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto a questão da violência contra a mulher**. Katalysis v.8 n° 2 jul./dez. 2005 Florianópolis/SC.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NEUMAN, Marcelo Moreira. **O Desaparecimento de Crianças e Adolescentes**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC - SP, 2010.

OLIVEIRA, Dijaci David de. **Desaparecidos civis: conflitos familiares, institucionais e segurança pública**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília: Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Sandra Rodrigues de. **É possível dizer adeus? Repercussões de múltiplas perdas e desaparecimento de pessoas em contextos de desastre**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2014.

_____. **Onde está você agora além de aqui, dentro de mim?: O luto das mães de crianças desaparecidas**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2008.

SHERER, Giovane Antonio. **Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

YAZBEC, M.C. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE

1. Roteiro de entrevista para a ONG Movimento Simone Pinho:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL
Cachoeira/Bahia

Prezada Senhora Josenilda Lima,

O presente roteiro de entrevista foi orientado pelo Professor Doutor Antônio Eduardo Oliveira e desenvolvido e aplicado pela discente Jucélia Amorim, estudante do curso de Serviço Social, da UFRB.

A finalidade desta entrevista é abordar a questão do desaparecimento de pessoas na Bahia, visando obter dados estatísticos sobre as ações sociais desenvolvidas para buscar e divulgar os desaparecidos no estado.

Desta forma, solicitamos a sua colaboração respondendo a esta entrevista, deixando claro que a sua participação é voluntária. Caso a senhora aceite, por gentileza, responda as questões abaixo.

Cachoeira/Bahia, 13 de fevereiro de 2017.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Nome da Instituição.
2. Nome da presidente/fundadora.
3. Em que ano nasceu a ONG Movimento Simone Pinho? O que motivou a criação da instituição?
4. Quais eram os objetivos e a missão da ONG?
5. Quais eram os serviços prestados pela instituição?
6. A ONG cobrava algum tipo de pagamento ou doação para o cadastro dos desaparecidos e prestação destes serviços?
7. Quantas pessoas trabalhavam na ONG?
8. A entidade oferecia atendimento psicológico, social e jurídico às famílias dos desaparecidos?
9. E após a localização, a ONG prestava algum tipo de amparo tanto aos desaparecidos quanto aos seus familiares?
10. A instituição realizava algum trabalho social com ênfase na prevenção?
11. Quais as principais contribuições do Movimento Simone Pinho para a sociedade?

12. Sobre os Motivos dos desaparecimentos:

- 12.1. Os casos de desaparecimentos que chegavam ao conhecimento da ONG eram motivados por quais fatores?
- 12.2. Em sua opinião, o que mais contribui para o desaparecimento das pessoas?

13. Sobre o perfil das pessoas desaparecidas cadastradas na sua ONG:

- 13.1 Qual a predominância em termos de gênero, idade, cor/etnia, cidade de origem, classe social e condições de saúde?

14. Sobre o perfil das pessoas que procuravam a ONG em busca de desaparecidos:

14.1 Qual a predominância em termos de gênero, idade, cor/etnia, cidade de origem, classe social e grau de parentesco?

Observações: As questões 13 e 14 procuram identificar o perfil predominante das pessoas desaparecidas cadastradas e o das pessoas que buscavam pelo desaparecido através da ONG. Ou seja, queremos saber se em sua maioria são mulheres/homens; crianças/adolescentes/adultos/idosos; de cor/etnia negra/branca/indígena; as pessoas desaparecidas registradas geralmente residiam em quais cidades; pertenciam a quais classes sociais; tinham algum tipo de doença ou deficiência; e quem os procurava em sua maioria eram mães, pais, irmãos, filhos, esposas/esposos, vizinhos etc.

14. Sobre o fechamento da organização:

14.1. O que a levou a encerrar as atividades da ONG? Pretende reabri-la?

14.2. Como as famílias reagiram diante do fechamento da instituição?

15. Sobre a atuação da mídia:

15.1 Como a senhora avalia a relação da mídia com os desaparecidos?

16. Sobre o processo de buscas e a atuação do Estado:

16.1 Qual a sua percepção sobre a atuação do poder público perante este problema social que é o desaparecimento de pessoas?

16.2 Baseado no trabalho que a senhora desenvolveu frente à ONG, em 2013 foi aprovado um projeto de lei que institui o Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas na Bahia. Como a senhora avalia as leis que são voltadas para as pessoas desaparecidas?

16.3 A senhora passou pela experiência do desaparecimento da sua filha e neste momento precisou recorrer a alguma instituição do Estado, como uma delegacia de polícia. Desta forma, gostaria de saber como foi o tratamento que recebeu neste local?

16.4 Houve apoio da população local na busca por sua filha?

16.5 Qual a sua opinião sobre o tratamento dispensado às famílias de desaparecidos que procuram a polícia?

17. Parcerias:

17.1 A ONG contou com algum tipo de ajuda de custo advinda da sociedade, da prefeitura ou de outras instituições públicas ou privadas?

17.2 E a parceria com a COELBA ocorreu em que ano? Como funcionava?

17.3 A senhora mantinha contato com outras ONGs (voltadas para a busca de desaparecidos) da Bahia, de outros estados, ou de outros países? Se sim, qual ou quais?

18. Campanhas:

18.1 A ONG realizou alguma campanha para divulgação dos desaparecidos e prevenção de desaparecimentos na mídia?

18.2 A ONG realizou ações sociais na comunidade com o auxílio de equipe interdisciplinar para a divulgação dos serviços prestados e de imagens de desaparecidos nos vários espaços públicos como escolas, hospitais, postos de saúde, dentre outros?

19. Resultados atingidos:

19.1 Número de pessoas cadastradas? Quantas pessoas foram localizadas com vida?

19.2 Do total de pessoas localizadas pela organização, houve alguma que vocês encontraram sem vida? Se sim, quantas?

Obrigada por participar da nossa pesquisa!

2. Roteiro de Entrevistas para o Quadro Desaparecidos:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL
Cachoeira/Bahia

Prezado (a),

O presente roteiro de entrevista foi orientado pelo Professor-Doutor Antônio Eduardo Oliveira e desenvolvido e aplicado pela discente Jucélia Amorim, graduanda do curso de Serviço Social, da UFRB.

A finalidade desta entrevista é abordar a questão do desaparecimento de pessoas na Bahia, visando obter dados estatísticos sobre os mecanismos de busca e divulgação dos desaparecidos no estado.

Desta forma, solicitamos a sua colaboração respondendo a esta entrevista, deixando claro que a sua participação é voluntária. Caso o/a senhor/a aceite, por gentileza, responda as questões abaixo.

Cachoeira/Bahia, 15 de fevereiro de 2017.

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Informações Gerais:

1. Nome (*pode ser apenas o primeiro nome ou apelido, se preferir*).
2. Cargo exercido na instituição?
3. Em que ano o Quadro “Desaparecidos” começou a ser exibido?
4. O Quadro costuma ser gravado em locais externos, principalmente em praças. Por que isso ocorre? Onde ele é gravado atualmente?
6. Em quais cidades da Bahia este mesmo Quadro é apresentado? (*É local ou regional?*)
7. É preciso fazer uma inscrição prévia? O que é necessário para fazê-la e ter a imagem do desaparecido divulgada?
8. É cobrada alguma taxa para a participação e divulgação das imagens no programa?
9. Quantas vezes a mesma pessoa desaparecida pode ter a sua imagem divulgada no programa?
10. Vocês mostram quando a pessoa é localizada? Raramente ou sempre?
11. Como funciona o trabalho de vocês neste Quadro? O que de fato o programa faz para localizar estas pessoas?
12. Vocês mantêm contatos com ONGs voltadas para a localização de desaparecidos e com a Delegacia de Proteção à Pessoa (DPP)? Possuem alguma parceria com estas instituições ou com outras? Se sim, com quais? E como funciona esta parceria?

13. Sobre os resultados atingidos:

- 13.1 Quantas pessoas já foram encontradas com vida através deste Quadro?
- 13.2 Quantas pessoas já foram encontradas com vida através deste Quadro?

- 13.3 Quantas mulheres?
- 13.4 Quantos homens?
- 13.5 Número de crianças, adolescentes, adultos e idosos.
- 13.6 A maioria faz parte de qual faixa etária?
- 13.7 Quantas pessoas com deficiência?
- 13.8 Alguém que teve a sua imagem divulgada aqui já foi encontrado sem vida? Se sim, quantos?

14. Sobre o perfil das pessoas mais procuradas no programa:

- 14.1 Qual a predominância em termos de gênero?
- 14.2 Qual a predominância em termos de idade (*as pessoas mais procuradas são crianças, adolescentes, adultos ou idosos*)?
- 14.3 Qual a predominância em termos de cor/etnia (*a maioria é branco, negro (preto ou pardo), indígena*)?
- 14.4 As pessoas desaparecidas que aparecem no programa geralmente residem em quais cidades?
- 14.5 Qual a predominância com relação às condições de saúde? (*pessoas com deficiência (física, mental e outras)?; com Alzheimer?; pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas?; dentre outros.*)

15. Sobre os motivos que determinaram os desaparecimentos:

- 15.1 A produção do programa faz uma identificação prévia sobre os motivos do desaparecimento junto às pessoas que procuram pelo desaparecido?
- 15.2 Quais são os motivos de desaparecimentos apresentados com maior frequência pelos familiares que fazem buscas e divulgações no Programa?

16. Sobre o perfil das pessoas que geralmente procuram por desaparecidos no programa:

- 16.1 São em sua maioria mulheres ou homens?
- 16.2 E qual o grau de parentesco predominante? (*a maioria é mãe, pai, irmão/irmã, esposo/a, tio/a, amigo/a, vizinho/a, dentre outros*).
- 16.3 Residem geralmente em Feira de Santana e região? E pessoas que moram em outras cidades e estados também aparecem no programa procurando por desaparecidos? Por gentileza, cite algumas destas cidades e estados.

17. Posicionamentos diante do problema do desaparecimento de pessoas:

- 17.1 O que você pensa sobre o desaparecimento de pessoas?
- 17.2 O que vocês (você e equipe de jornalismo) recomendam que as pessoas façam ao perceberem que alguém próximo desapareceu?
- 17.3 Em sua opinião, o Estado considera o desaparecimento como um problema de pública relevância?

Obrigada por participar da nossa pesquisa!

3. Roteiro de Entrevista para a Delegacia de Proteção à Pessoa

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

1. Nome da Instituição:
2. Nome do responsável:
3. Cargo exercido na instituição?
4. Quantas pessoas estão desaparecidas atualmente na Bahia?
5. Quantos casos de desaparecimentos são registrados por mês?
6. Qual o perfil das pessoas que geralmente desaparecem no estado?
7. Quais cidades da Bahia apresentam o maior índice de desaparecimento de pessoas?
8. Os dados dos desaparecidos no interior do estado também são encaminhados para esta delegacia?
9. Tem alguma central responsável pela coleta e divulgação desses dados?
10. Os estabelecimentos de saúde (públicos e privados) comunicam a esta delegacia os casos em que pessoas chegam inconscientes, com transtornos mentais e crianças desacompanhadas?
11. Esta instituição envia para o Departamento de Polícia Técnico a relação do cadastro de pessoas desaparecidas para que eles identifiquem cadáveres de pessoas com identidade ignorada?
12. Quais são os motivos que mais contribuem para o desaparecimento de pessoas?
13. O que vocês recomendam que as pessoas façam ao perceberem que alguém próximo desapareceu?
14. Existem casos reincidentes?
15. Quais as dificuldades enfrentadas pela polícia para lidar com a questão do desaparecimento de pessoas?
16. Quais os resultados atingidos após a criação desta instituição? Quantas pessoas foram localizadas?

Obrigada por participar da nossa pesquisa!